

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ADLLER MOREIRA CHAVES

**FAZENDO GÊNERO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA HISTÓRIA
DE VIDA NO LEGISLATIVO BAIANO**

**VITÓRIA
2017**

ADLLER MOREIRA CHAVES

**FAZENDO GÊNERO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA HISTÓRIA
DE VIDA NO LEGISLATIVO BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, na área de concentração Organizações e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza

**VITÓRIA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C512f Chaves, Adller Moreira, 1992-
Fazendo gênero na política institucional : uma história de vida
no legislativo / Adller Moreira Chaves. – 2017.
156 f. : il.

Orientador: Eloisio Moulin de Souza.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Identidade de gênero. 2. Mulheres na política. 3. Poder
(Ciências sociais). 4. Desempenho. I. Souza, Eloisio Moulin de,
1968-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PPG
ADM**

Programa de
Pós- Graduação
em Administração
UFES
Mestrado e Doutorado

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Programa de Pós - Graduação em
Administração

Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus
Universitário - Goiabeiras
CEP. 290075.910-ES-Brasil-Telefax (27)
3335.7712

E-Mail ppgadm@gmail.com

www.ppgadm.ufes.br

“Fazendo Gênero na Política Institucional: uma História de Vida no Legislativo”

Adller Moreira Chaves

*Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Administração da
Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Administração.*

Aprovada em: 20/04/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. Eloísio Moulin de Souza

Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Drª Márcia Prezotti Palassi

Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Drª Susane Petinelli Souza

Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Drª Mônica Carvalho Alves Cappelle

Universidade Federal de Lavras

Para Dona Creuza (*in memoriam*), Dona Glória
e Eliene Chaves.

Mulheres que mudam vários mundos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Eterno, por me proporcionar viver e respirar, além de ser a fonte de inspiração da vida.

Agradeço meus pais, Alécio Chaves e Eliene Chaves, pois sem eles não teria dado esse grande passo. Vocês são minha inspiração! Ana Flávia por ter suportado esses 2 anos de Mestrado, sem reclamar e sempre entendendo as lutas. Pantera (*in memoriam*) por ter sido meu parceiro nas madrugadas de estudo deitado no chão até eu ir deitar, 17 anos de companhia. Todos meus familiares e amigos que tiveram uma participação nessa caminhada, principalmente Tia Geane por toda ajuda. Tia Sandra e José Rosa pela moradia no E.S.

Meu orientador, Eloisio Moulin de Souza, um ser humano ímpar, que foi paciente e disponível sempre. Além disso, é uma “fonte de conhecimento que tive o prazer de beber”.

A Thiago Mothé, que foi um irmão nesse meu tempo na Grande Vitória, cuja amizade acabou com a solidão de morar só muitas vezes. Aos amigos Arthur Silva e Welton, companheiros de RU, de saídas e de estudos, essa amizade durará muito tempo e aquele grupo de Whatsapp, nem comento. Aos colegas de mestrado e doutorado Valdir Junior, Karina, Layon, Carol Júlio, Aline, Arthur Dao, Chris, Rubens, Emanuel, Fran, Tati, Rodrigo, Adonai e todos os outros que alegraram meus dias.

As membras da banca de qualificação (Márcia e Suzane), que muito contribuíram na construção dessa pesquisa. As membras da defesa de dissertação que contribuíram com o “toque final” do trabalho.

Aos professores do PPGADM que pegaram um aluno recém-saído da graduação e moldaram para se transformar em um bom mestre, pois assim creio. Acima de tudo, obrigado por me ensinar a estudar corretamente. Agradeço especialmente aos que me tiveram como aluno: Alfredo Leite da Silva, Leticia Fantinel, Alexandre Reis Rosa, Eloisio Moulin, Márcia Prezotti Palassi e Priscilla Martins da Silva.

As antigas parceiras de pesquisa na UESB, a professora Dr^a. Almiralva Gomes e a colega Joice Freitas por me mostrarem gênero como algo a ser pesquisado nas organizações. Também aos professores Wesley Piau, Elinaldo, Marcus Vinícius, Dora, Marisa, Zildinha, Maristela, Luciana e muitos outros que ajudaram na construção do conhecimento e na busca em ser um pesquisador da Administração. Também ao Grupo de Pesquisa em Administração Política que me despertou para muitas leituras e ajudou no desenvolvimento do pensamento crítico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro, através da bolsa de estudo, sem a qual as dificuldades em completar esse Mestrado seriam ainda maiores.

Agradeço você leitor, que está investindo seu tempo na leitura desse trabalho, demonstrando que meu trabalho realmente foi de valia.

“A propósito, não valorizem demais as diferenças entre homem e mulher. Nem o homem nem a mulher podem caminhar sozinhos ou reivindicar prioridade”.

Paulo, o Apóstolo (A Mensagem)

“A mulher é metade da população, a metade menos favorecida. Seu labor no lar é incessante e anônimo; seu trabalho profissional é pobremente remunerado, e seu talento é frustrado, quanto as oportunidades de desenvolvimento e expansão. É justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular”.

Bertha Lutz, discurso de posse como deputada federal em 1936.

RESUMO

Nas últimas décadas as mulheres começaram a ocupar espaços sociais que antes eram relegadas, entre eles está a política institucional. Muito se têm estudado o que esse ingresso acarretou de mudanças sociais e políticas, mas o que essas mudanças provocam nos indivíduos e no próprio local? Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar a construção de identidades de gênero em uma vereadora no interior do estado da Bahia. Através de uma história de vida de uma vereadora e utilizando análise de conteúdo constatou-se que pontos como: a infância, a religião, a família, o trabalho, a profissão e a política; são instrumentos que influem as performances de gênero dos sujeitos no ambiente da política institucional. Também discute sobre a entrada das mulheres em cargos eletivos, demonstrando que ainda existem muitas barreiras a serem transpostas. Na política a participação de mulheres vem aumentando, mas isto tem ocorrido de forma lentíssima e a maioria não se sente representada. A produção dos dados foi feita por meio de 13 encontros, em sua maioria gravados, nos quais ocorreram os recolhimentos da história de vida da participante. Esses dados foram categorizados a *posteriori* e analisados com base no referencial teórico. As histórias relatadas pela vereadora mostram que as relações de poder que a circunda constroem suas atuações performáticas. Observou-se que no Brasil, assim como o estudo de Charles (2014) no País de Gales, as mulheres dentro da política devem “fazer masculinidade” para serem melhores aceitas. Dessa maneira, vê-se que gênero é algo que o indivíduo faz e desfaz.

Palavras-chave: Identidades; Gênero; Política; Poder; Performance; Performatividade.

ABSTRACT

In the last decades women began to occupy social spaces that were previously relegated, among them is the institutional policy. Much has been studied of what this entails of social and political changes, but what do these changes bring about in individuals and in the place itself? Thus, this research aimed to analyze the construction of gender identities in a councilwoman in the interior of Bahia State. Through a life history of a councilwoman and using a content analysis found that such points as: childhood, religion, family, work, profession and policy; are instruments that influence the subjects' gender performances in institutional policy. It also discusses the entry of women into elective positions, demonstrating that there are still many barriers to be overcome. In politics the participation of women has been increasing, but this has occurred very slowly and most do not feel represented. The data were produced through 13 meetings, mostly recorded, where the recollection of the participant's life history occurred. These data were categorized a posteriori and analyzed based on the theoretical reference. The stories told by the city councilwoman show that relations of power that surrounds her construct her performances. It was observed that in Brazil, as well as Charles's (2014) study in Wales, women in policy must "do manhood" to be better accepted. In this way, it is seen that gender is something that the individual does and undo.

Keywords: Identities; Genre; Policy; Power; Performance; Performativity.

Title: DOING GENDER IN INSTITUTIONAL POLICY: A LIFE STORY ON LEGISLATIVE IN THE STATE OF BAHIA-BR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eleição para Câmara dos Deputados	68
Figura 2 – Eleição para Senado Federal	69
Figura 3 – Participação Feminina na Política Institucional.....	71
Figura 4 – Prefeitos Eleitos no Brasil	72
Figura 5 – Vereadores Eleitos no Brasil	73
Figura 6 – Deputados Federais Eleitos na Bahia	76
Figura 7 – Deputados Estaduais Eleitos na Bahia	77
Figura 8 – Prefeitos Eleitos na Bahia	78
Figura 9 – Vereadores Eleitos na Bahia	79

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

ACM – Antônio Carlos Magalhães

ALBA – Assembleia Legislativa da Bahia

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DCE – Diretório Central dos Estudantes

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

GFIPS – Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMÁTICA.....	17
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Objetivo Geral	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVA.....	18
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
2	DEBATENDO GÊNERO	23
2.1	O GÊNERO E O PÓS-ESTRUTURALISMO.....	26
2.2	FAZENDO E DESFAZENDO GÊNERO	32
2.3	GÊNERO, PODER E DISCURSO	36
3	IDENTIDADES E POLÍTICAS	41
3.1	IDENTIDADE DE GÊNERO.....	41
3.2	PERFORMATIVIDADE E PERFORMANCE.....	46
3.3	POLÍTICAS.....	48
4	CAMINHOS PERCORRIDOS	53
4.1	TIPO DE PESQUISA	53
4.2	SUJEITO DE PESQUISA.....	54
4.3	PRODUÇÃO DE DADOS.....	56
4.4	ANÁLISE DE DADOS.....	59
4.5	O PESQUISADOR, O CAMPO E A PESQUISADA.....	60
4.5.1	Ética e Responsabilidade	62
5	AS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL	64
5.1	ENTRANDO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA	64
5.2	QUADRO ATUAL DA MULHER NA POLÍTICA NACIONAL	67
5.3	AS MULHERES NA POLÍTICA BAIANA.....	74
6	A CONSTRUÇÃO DE UMA MULHER POLÍTICA	81
6.1	A INFÂNCIA E SAÍDA DO LAR.....	82
6.1.1	Uma família rígida	88
6.1.2	A Santinha	90
6.1.3	A ovelha negra da família	93

6.2	O MUNDO DO TRABALHO.....	98
6.2.1	De volta ao lar.....	102
6.3	O MUNDO DA POLÍTICA.....	107
6.3.1	Inspiração e entrada na política eletiva.....	109
6.3.2	Vish, agora que é coisa	112
6.3.3	Uma CPI não é para feminilidade	115
6.3.4	Uma vereadora atuante.....	120
6.3.5	O partido e as mulheres	124
6.3.6	A política e a vida privada da mulher.....	127
6.3.7	Maria e as mulheres na política.....	129
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	135
	APÊNDICE I – A PROCURA DE UMA HISTÓRIA	149
	APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	151
	APÊNDICE III – ROTEIRO PARA RECOLHIMENTO NOS ENCONTROS	153
	ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	154

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi de constantes transformações no Brasil que perpassam desde questões de urbanização e desenvolvimento das cidades até a inserção da mulher em locais como: mercado de trabalho, universidades e escolas (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Estas alterações desencadearam uma série de transformações históricas, sociais e econômicas que influenciaram diretamente nas mudanças de tradições, padrões culturais, até no conceito social do ser mulher, no qual a mesma era vista como subordinada ao homem e o trabalho dela seria apenas uma extensão das tarefas domésticas (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004; SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Dessa forma, as mulheres ficavam esquecidas na história e eram excluídas pela visão androcêntrica¹ do ser humano, fazendo com que as suas identidades e subjetividades fossem formadas com base nessa influência (RAGO, 1998). Costa (2010) afirma que esse estereótipo de mulher submissa, onde seria o sexo frágil, causou um afastamento delas da vida política institucional, pois na visão daquele momento se ela não era capaz de guiar a própria vida, como iria guiar uma cidade, um estado ou até mesmo um país.

A luta por espaço permeou a história das mulheres no decorrer dos séculos e, se tratando dos espaços políticos institucionais não foi diferente. Até um decreto do presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, elas não tinham nem o direito a voto e muito menos a liberdade de se candidatar para qualquer cargo eletivo; vale ressaltar que na homologação do decreto, nem todas as mulheres poderiam votar. Neste primeiro momento, somente mulheres casadas que tivessem autorização de seus maridos, ou solteiras e viúvas que apresentassem renda própria que poderiam votar (BRASIL, 2015; SOARES, 2013).

¹O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar leis, de impor a justiça, de governar o mundo” (MORENO, 2003, p. 23)

A Constituição de 1946 foi um marco para a luta feminina, pois foi instituído o direito a voto para as mulheres, desde que alfabetizadas. Apesar disso, a luta organizada das mulheres para se inserirem no processo eleitoral brasileiro começou antes, principalmente quando Leolinda Daltro, que havia fundado o Partido Republicano Feminino em 1910, lutou para que algum senador² colocasse em pauta o voto feminino no ano de 1919 (BRASIL, 2015). Após isso, se passaram quase 70 anos de muitos embates e mudanças no cenário político nacional, como a Ditadura Militar, fazendo com que apenas ao final desse período, em 1985, as mulheres analfabetas pudessem votar. Em 1988, na Constituição Federal, torna obrigatório o voto de brasileiros, tanto homens quanto mulheres, maiores de 18 anos e o voto facultativo para maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos, sem distinção alguma (COSTA, 2010).

Entre a primeira mulher a se candidatar e os nossos dias ocorreram inúmeras disputas para que elas fizessem parte efetivamente do cenário político nacional através de cargos eletivos. Gonçalves (2008) diz que somente após a metade do século XX as mulheres começaram a ter participação política direta no Brasil, conquistando diversos espaços sociais que antes não lhes era permitido. A autora demonstra que vários fatores ocasionaram essa dificuldade de entrada das mulheres, entre eles se destacam: a educação sexista, falta de incentivo político para candidatar, concentração das tarefas domésticas, ausência de políticas públicas para atender as necessidades da mulher (GONÇALVES, 2008).

Hoje, independentemente dos aspectos sociais e econômicos que são analisados, chegam sempre a conclusão que ainda há uma sub-representação das mulheres no país (BRASIL, 2015; COSTA, 2010). Para Gonçalves (2008) a paridade é necessária em órgãos políticos institucionais, pois todos os cidadãos, independente de gênero, devem ter representado seus interesses. Em seu estudo, Bonh (2010) mapeou a participação das mulheres em cargos eletivos do legislativo e observou que a eleição

² Na escrita do trabalho utilizou-se o Manual de Comunicação do Senado Federal para escrita de cargos e funções, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/cargo-e-funcao>

de 2008 foi um marco em relação a participação de mulheres nas disputas eleitorais, apresentando um aumento considerável de candidatas. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³, nas eleições de 2014, 52,1% do eleitorado eram mulheres, enquanto que a quantidade de candidatas foi apenas de 28,8%, e na eleição municipal de 2012, o número de candidatas foi de 30,7% para todos os cargos. Analisando os últimos pleitos eleitorais, há uma evolução na quantidade de mulheres candidatas e eleitas, mas é constatado que o crescimento da participação das mulheres no Brasil é lentíssimo (BRASIL, 2015).

Bohn (2009) descreve que as candidatas e eleitas para cargos na Câmara dos Deputados estão mais ligadas a partidos de esquerda. Apesar disso, seu estudo enfatiza que existe o pertencimento a diferentes ideologias na participação da mulher na política institucional brasileira (BOHN, 2009). Bohn (2008) afirma que a participação igualitária da mulher, é amplamente difundida e aceita nos segmentos sociais dos países mais desenvolvidos economicamente, caso que em tese se repete no Brasil. A grande maioria da população é favorável a igualdade de gênero na política em suas falas, apesar da existência de uma minoria influente que pensa diferente. O estudo demonstra que gênero não é um elemento decisivo na escolha do candidato (BOHN, 2008).

Apesar de muitos estudos falarem sobre a inserção da mulher em instituições que eram conhecidas como masculinizadas no Brasil (CAPPELLE *et al*, 2002), inclusive alguns estudos sobre mulheres na política institucional (BOHN, 2008; 2009; COSTA, 1998; COSTA, 2010; GONÇALVES, 2008; GROSSI; MIGUEL, 2001), pouco se tem pesquisado nacionalmente sobre a constituição das identidades de mulheres ao adentrarem nesses ambientes. Os estudos em sua maioria têm se atentado a descrever a multiplicidade de papéis que acarretou essa “saída do lar” das mulheres (GOMES *et al*, 2014; JONATHAN; SILVA, 2007).

³Informações disponibilizadas no *website* do TSE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acessado em 01 de setembro de 2015.

É visando adentrar nessa lacuna que o presente estudo está inserido. Através da utilização do método biográfico de história de vida com uma vereadora baiana, a pesquisa buscou entender como as identidades de gênero de mulheres são constituídas com base nas relações de poder nas casas legislativas do interior da Bahia.

1.1 PROBLEMÁTICA

Como foi anteriormente explanado, a entrada das mulheres em cargos eletivos pertencentes a política institucional não foi fácil e continua não sendo, assim como é observado também em outras atividades profissionais. A inserção delas nesse espaço de decisões políticas institucionais possui grande importância, pois na busca do fim da subordinação e da discriminação das mulheres, é necessário proporcionar-lhe um cenário de igualdade com os homens, uma questão que perpassa por aspectos legislativos, demonstrando aí a importância de colocá-la neste debate em casas legislativas (COSTA, 2010). Gonçalves (2008) discorre sobre a necessidade de incorporação das mulheres nos locais de decisões e a participação de processos decisórios no Brasil, pois só assim, existirá um cenário favorável para o real suprimento de seus interesses.

As mulheres têm conquistado um novo espaço social, ampliando seu protagonismo e lutando por espaços que fazem parte da política institucional, adentrando em ambientes decisórios. Apesar disso, essas posições ainda são ocupadas em sua maioria por homens, fazendo com que seja necessário pensar ainda mais sobre a inserção das mulheres nesses locais e a influência que ocorre tanto para o espaço quanto para a mulher (BRASIL, 2015). Em seu estudo, Souza e Bianco (2011) ressaltam que para melhor entender as relações de poder que permeiam as organizações, é necessário estudar gênero, pois assim, compreenderia melhor essas relações em determinados tempos históricos ou contextos sociais e culturais. Gêneros são feitos e desfeitos diferentemente de acordo com o local em que práticas de gêneros acontecem e também com o tempo histórico.

Diante do exposto, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: **como gênero é construído na história de vida de uma vereadora do interior da Bahia?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como se dá a constituição das identidades de gênero em uma vereadora no interior da Bahia.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir a inserção das mulheres em cargos eletivos no Brasil e na Bahia.
- Investigar a performatividade que compõe a construção do gênero de vereadoras e políticas eleitas.
- Examinar as performances de gênero da participante na Câmara de Vereadores que a mesma faz parte.
- Entender o fazer e desfazer de gênero no espaço legislativo onde a pesquisada está inserida.

1.3 JUSTIFICATIVA

Atualmente, apesar da inserção da mulher em posições de decisão, como cargos eletivos políticos, ainda ocorre uma sub-representação que está em descompasso com as responsabilidades que as mulheres assumiram na sociedade. Com mais de 52% do eleitorado, elas representam apenas 9,9% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 18,5% da quantidade de senadores. Mesmo com essa representação com números “vergonhosos”, não há como negar que houve um crescimento da participação das mulheres na política nacional (BRASIL, 2015, grifo próprio). Isso mostra a importância de se pesquisar a inserção da mulher nas Casas Legislativas.

Com a entrada das mulheres em cargos que eram prioritariamente ocupados por homens, como cargos políticos institucionais, houve um despertar da comunidade acadêmica para o debate acerca das questões de gênero. No Brasil, os estudos começaram a “ganhar corpo” no início da década de 90, aumentando conseqüentemente o número de publicações (ECCEL, 2010). Apesar disso, Davel e Alcadipani (2003) demonstram que as pesquisas ligadas ao gênero na Administração e Organizações nos anos 90 apareceram muito tímidas, ainda mais a abordagem pós-estruturalista, no qual há necessidade de um aprofundamento que instigue as organizações. Mesmo com o crescimento na década posterior, pesquisa realizada por Souza, Corvino e Lopes (2013) mostra que ainda há carência de estudos nessa área:

[...] pode-se afirmar que os estudos feministas desenvolvidos na área de Administração ainda carecem de um maior aprofundamento conceitual. Há também uma lacuna de pesquisas que estudem o feminino não somente em mulheres, mas também em homens, rompendo assim de forma definitiva com a visão biológica de gênero, em que o sexo determinaria o gênero. Destaca-se ainda que em uma década de análise foram encontrados apenas 16 artigos sobre o feminino e mulheres, fato que pode ser explicado pela entrada recente do tema na área de Administração, confirmando a carência de pesquisas [...] (p.618).

Segundo Cappelle *et al* (2002), poucas pesquisas na área de Administração trazem no estudo das relações de gênero, a perspectiva de relações de poder e, muito menos, a ligação disso com aspectos ligados a subjetividade do indivíduo. Dessa forma, observa-se a importância de se pesquisar sobre as relações de poder que constituem as mulheres, suas subjetividades e identidades, onde são localizadas em tempo e locais específicos. Então, estudar pessoas inseridas em casas legislativas onde existe uma pluralidade de cosmovisões é de grande valia.

Outro aspecto importante em relação a essa pesquisa, é a busca em contribuir com os estudos organizacionais, considerando a importância da atividade exercida pela mulher na constituição da sua identidade de gênero. Faz-se necessário avançar na construção de um debate e uma reflexão sobre as transformações ocorridas nas mulheres dentro desses espaços organizacionais. As relações de poder e as relações de gênero precisam ser problematizadas e discutidas nos estudos organizacionais, pois a inserção das mulheres nesses ambientes tem criado novos arranjos sociais e

também uma certa dificuldade em adaptação nesse novo modelo social (CRAMER; PAULA NETO; SILVA, 2002). Isso gera um jogo entre o privado e público. As mulheres no espaço público vêm quebrando preconceitos e promovendo mudanças nas relações domésticas e sociais, mostrando que possuem grandes possibilidades de contribuir com a vida política institucional (COSTA, 2010). Além disso, ao ingressar através da eleição em um cargo político, as mulheres se inserem em um espaço marcado por fortes relações de poder, onde o mesmo exerce grande influência sobre a construção das subjetividades e identidades (FOUCAULT, 1985).

Dessa forma, esse processo de inserção e mudanças nas mulheres nesse local em relação a sua identidade de gênero, merece atenção dos pesquisadores interessados no estudo da temática e se mostra importante também para o espaço político estudado, à medida que a apresentação dos resultados possibilita uma reflexão a respeito dos desafios vivenciados no cotidiano e até mesmo possíveis melhorias para os indivíduos que estão inseridos nesses espaços.

Destarte, intenta usar um aporte teórico mais crítico para se analisar as relações de poder e as relações de gênero. Esse trabalho propôs a utilização da abordagem pós-estruturalista, pois é uma abordagem feminista que tem uma liberdade de questionar a questão do gênero, trabalhando o conceito de relação de gênero como um instrumento político e um dispositivo de poder, visando revelar a complexidade presente na formação dos sujeitos, sendo que as relações de gênero são construídas pelos discursos que circundam os indivíduos (BUTLER, 2003). Essa escolha deve-se também pela rejeição da visão que o sujeito é unificado e generalizado, tratando-o como um ser fragmentado e plural. Outro ponto levado em consideração é o desmonte da categorização, expondo suas limitações (SCOTT, 1995). Além disso, essa abordagem permite não só problematizar as relações de poder e gênero, mas problematiza a própria categoria mulher (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995).

Em seu estudo, Vieira e Caldas (2006) mostrou que no Brasil a abordagem pós-estruturalista ganhou poucos adeptos dentro dos estudos organizacionais e que a produção não era significativa, apesar que a influência de seus expoentes era nítida.

Todavia, no mesmo artigo eles salientam o crescimento que essa corrente obteve nos anos anteriores a pesquisa, principalmente nas teorias feministas (VIEIRA; CALDAS, 2006). Para Faria (2009), os estudiosos das abordagens críticas, dentro das quais se enquadram o pós-estruturalismo, tem conquistado terrenos localmente, mas ainda existe uma certa limitação a esse avanço. Esses estudos também foram levados em conta quando se escolheu fazer o presente trabalho seguindo essa visão crítica pós-estruturalista.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A utilização e análise de informações são melhores possibilitados de forma sequencial, organizando-o em capítulos. Essa disposição do conteúdo possibilita o leitor uma interpretação mais dinâmica, com uma transitoriedade pelas informações e abordagens citadas de maneira aprimorada. Pensando nisto é que foi elaborado este trabalho. É importante afirmar que durante todo o trabalho buscou utilizar autores que discutem a sociedade proporcionando a reflexão sobre a estrutura social em que vivemos, visando compreendê-la e questioná-la. Desta forma, este trabalho é constituído de sete capítulos.

O primeiro capítulo está findando neste texto, onde além do mesmo compreende os seguintes pontos: introdução, problemática, objetivo geral, objetivos específicos e a justificativa da realização da pesquisa. No segundo capítulo, abordam-se contribuições teóricas que debatem gênero: o pós-estruturalismo; o fazer e desfazer gênero; poder e discurso. O terceiro capítulo é constituído por uma base teórica que discute identidades e políticas vinculado com identidade de gênero; performatividade; performances e políticas. Caminhos percorridos é o quarto capítulo, onde são apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados neste estudo. É discutido o tipo de pesquisa, o sujeito de pesquisa a produção de dados bem como a análise dos mesmos. Por fim, traz uma discussão sobre o pesquisador, o campo e a pesquisada e questões de ética e responsabilidade.

Discutir as mulheres na política institucional é o foco do capítulo cinco, demonstrando como se deu a entrada na vida política, bem como traçando um panorama sobre a atual situação das mesmas. No sexto capítulo são apresentados os resultados da história de vida da pesquisada. É importante trazer que o capítulo é dividido em três categorias de análise: 1- “A infância e saída do lar” que possui três subtópicos (uma família rígida; a santinha; a ovelha negra da família). 2- “O mundo do trabalho” que tem apenas um subtópico (de volta ao lar) 3- “O mundo da política” que é a principal categoria de análise, elaborado por meio dos subtópicos (inspiração e entrada na política eletiva; vish, agora é que é coisa; uma CPI não é para feminilidade; uma vereadora atuante; o partido e as mulheres; a política e a vida pessoal da mulher; Maria e as mulheres na política). O sétimo capítulo apresenta as considerações do pesquisador sobre este trabalho, bem como as respostas obtidas para a problemática descrita e aos objetivos, bem como recomendações para novas pesquisas. Por fim, têm-se as referências, os apêndices: a procura de uma história, TCLE e o roteiro para auxiliar o recolhimento da histórica de vida; bem como o anexo: parecer consubstanciado do CEP.

2 DEBATENDO GÊNERO

Ao discutir gênero, é necessário discorrer sobre o contexto do surgimento do termo, além de perpassar os conceitos e pensamentos acerca da temática. Investigando o tema, Laqueur (2001) afirma que até o século XVIII não ocorria a classificação de gêneros, pois homens e mulheres compartilhavam os mesmos efeitos, ambos não eram opostos. Souza e Carrieri (2010) discorrem que, apesar de diferenças visuais entre homens e mulheres, isso não definia o que cada um seria, onde a mulher era vista como representante inferior de um único sexo. Essa divisão atual de gênero, muito se deve aos ideais propostos pelos Iluministas, fazendo com que ocorresse uma valorização da individualidade dos sujeitos, e do capitalismo ao entregá-los papéis, dividindo-os entre a esfera privada e pública (LAQUEUR, 2001; PRASAD, 2012; SOUZA; CARRIERI, 2010).

Beauvoir (2014) contribuiu bastante com a discussão sobre gênero ao começar a tratar o gênero com uma marca, um traço cultural. Para ela, o sexo é algo biológico, ou seja, as mulheres já nascem com certos genes e isso não é cultural, é natural; já o gênero é visto como um traço cultural. Ela ainda destaca uma oposição entre o ser mulher biologicamente e o ser mulher na sociedade. As características físicas são determinantes para a mulher biológica, mas o que é ser mulher na sociedade é influenciado pela própria sociedade, construindo socialmente as atribuições, funções e espaços que elas podem ocupar. O sexo por ser genético e natural é algo que não necessita de problematização (BEAUVOIR, 2014). Beauvoir (2014) ainda diz que homem e mulher são definições biológicas, já masculino e feminino são traços culturais. Sendo assim, homens e mulheres são seres opostos e diferenciados em seu conceito. Mesmo sofrendo diversas críticas, essa ideia passou a ser amplamente aceita e difundida tanto na academia quanto na sociedade.

Após as ideias de Beauvoir, aproximadamente nas décadas de 60 e 70, pesquisadores já faziam a distinção entre sexo e gênero, sendo o primeiro resultado da anatomia e fisiologia, e o segundo fruto de aspectos psicológicos, sociais e culturais. Apesar disso, muito ainda era confundido em relação aos dois termos, pois o gênero também era visto unicamente nos aspectos físicos, biológicos e anatômicos

(WEST; ZIMMERMAN, 1987). Até hoje, diversos pesquisadores assumem os fatores biológicos como fatores fundamentais para determinar o gênero, sendo esse, ainda, o pensamento hegemônico (WESTBROOK; SCHILT, 2014).

Stoller (1993), através de seus estudos procurou comprovar que as características de gênero não são garantidas pelo fator biológico, pois muitos apresentam características femininas ou masculinas em dissonância com sua anatomia. Laqueur (2001) também acredita nessa ideia e diz que a anatomia do corpo é incapaz de gerar uma classificação de pessoas em categorias, principalmente em oposições. Para West e Zimmerman (1987) “nem a atribuição do sexo inicial [...], nem a existência de critérios biológicos essenciais tem muito a ver com a identificação da categoria de gênero na vida cotidiana” (p.132, tradução própria).

Dentro da discussão estavam situados muitos debates feministas, que buscavam dar um sentido e criticar a subordinação da mulher frente ao homem, nos quais o principal foco era expor como os homens eram privilegiados e as mulheres discriminadas (CERCHIARO; AYROSA; ZOUAIN, 2009). Nas primeiras teorias feministas, com forte influência de Beauvoir, existiu a diferenciação entre sexo e gênero, em que o sexo foi biologicamente definido e gênero é construído a partir da construção social (CALÁS; SMIRCICH, 2012). Eccel, Flach e Oltramari (2007) falam que as teorias feministas foram as que primeiro trouxeram o debate do ser homem e mulher para as construções sociais, não mais, a aspectos biológicos. Além disso, as autoras argumentam que aspectos culturais e os contextos são de absoluta importância, construindo o ambiente feminino e masculino (ECCEL; FLACH; OLTRAMARI, 2007). Scott (1995) afirma que o conceito de gênero foi criado com oposição ao determinismo biológico nas relações entre homens e mulheres, trazendo a discussão para o campo da construção social.

Dreveux (2005) diz que a utilização de gênero se deveu a uma estratégia das pesquisadoras feministas para que fossem tidas como menos agressivas e mais aceitas por pesquisadores homens. Isso fez com que o termo ficasse marcado pelo feminino, quase que um sinônimo, fazendo com que quando evocasse a palavra

gênero lembrasse do feminino (DREVEUX, 2005; TORRÃO FILHO, 2005). Diversas autoras criticaram essas ideias, tendo como principal nome Scott (1985; 1995), que propôs o uso do gênero como mais abrangente, sendo incluídos os homens e mulheres nas suas diversas relações. A autora ressalta que quando se fala em relações de gênero, não está falando unicamente do feminino (SCOTT, 1995). A construção do masculino e feminino assim como a de homens e mulheres são processos correlacionados, no qual um está estritamente ligado ao outro (TORRÃO FILHO, 2005).

Scott (1995) juntamente com outras pesquisadoras feministas buscaram despertar a problematização do gênero, visando dar uma ênfase nas distinções que se baseavam pelo sexo como fundamentalmente sociais. Isso ia de encontro ao determinismo biológico que existia na utilização dos termos 'sexo' e 'diferença sexual'. Louro (2003) foi outra pesquisadora que concorda com essa ideia ao dizer que o conceito de gênero que, inicialmente, abrangia unicamente em relação às diferenças biológicas era limitado, pois essas características visíveis não permitiriam a ampliação de seu significado, impedindo que fossem levadas em consideração as demais características, impedindo inclusive a problematização do conceito. Butler (2003) também faz diversas críticas a esse conceito biológico, pois ao nascer e ser incluída em uma dessas categorias, a criança será educada e compelida a seguir padrões performáticos da sua categorização, sendo levada a isso pelos discursos que a cerca. Segundo Scott (1995), o conceito de gênero deve considerar todo o sistema de relações, inclusive o sexo, mas que ele não é por ele determinado, nem determina diretamente a sexualidade. A autora ainda discute que o estudo das relações de gênero foi uma amplificação epistemológica e histórica para a análise do gênero como uma categoria (SCOTT, 1995).

Segundo Scott (1995), no final do século XX, começou a acontecer uma preocupação teórica em relação ao conceito problematizado de gênero, pois ela necessitaria de uma abordagem que lhe desse um suporte. Para essa autora, o pós-estruturalismo é essa abordagem, já que a mesma permite os questionamentos em relação tanto as categorias unitárias e universais do sujeito como a ideia que o homem é que constrói

o seu destino (SCOTT, 1995). Diversas pesquisas iniciaram um questionamento sobre a desigualdade de gênero, a oposição entre homem e mulher e também a hegemonia masculina durante a história, principalmente a abordagem pós-estruturalista (LOURO, 2003). Dessa forma, o próximo capítulo vai discutir sobre gênero na corrente pós-estruturalista, pois, será a abordagem base a ser utilizada nessa pesquisa.

2.1 O GÊNERO E O PÓS-ESTRUTURALISMO

Antes de adentrar na discussão desse ponto é importante salientar que o presente estudo, seguindo a sugestão de Souza (2012), não trata pós-modernismo como sinônimo de pós-estruturalismo. O segundo termo é deixado exclusivamente para o campo do conhecimento, a epistemologia; já pós-modernismo ou pós-modernidade, se utilizados no decorrer do trabalho, serão utilizados como algo mais amplo da vida humana, “sejam [...] aspectos políticos, econômicos, sociais, temporais e espaciais” (SOUZA, 2012, p. 280). Essa divisão se deve porque muitos autores nos estudos organizacionais têm se equivocado ao atribuírem à pós-modernidade ou pós-modernismo características de pós-estruturalismo, excluindo os autores estruturalistas presentes nessa mesma época histórica (SOUZA, 2012). Peters (2000) e Souza (2012) explicam que existem semelhanças entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo além das coincidências temporais, principalmente sua fundamentação na tradição estruturalista da linguística e criticam a ideia de sujeito iluminista, mas ambos são muito diferentes. Sendo assim, essa pesquisa utilizará o termo pós-estruturalista sempre que utilizar a epistemologia, mesmo que o autor referência utilize o termo pós-modernismo.

É importante levar em consideração ao falar de pós-estruturalismo a forma como Lyotard (2004) caracterizou: a incredulidade em relação as metanarrativas, que são as conhecidas teorizações das macroestruturas sociais, rejeitando a ideia que o mundo possa ser compreendido através delas (LYOTARD, 2004). A abordagem pós-estruturalista vem com a ideia da desconstrução das metanarrativas, buscando desconstruir também universalização e o essencialismo que compõem as relações de

poder dominantes (PRASAD, 2012). Repudiando essas metanarrativas, os autores desta epistemologia, demonstram o perigo que esses essencialismos possuem e problematizam as categorias identitárias (ALVESSON; DEETZ, 2006).

O pós-estruturalismo não acredita em um sujeito universal e autônomo, mas que o mesmo possui uma fluidez e é marcado por rupturas todo tempo (SCOTT, 1995). Nessa corrente de pensamento o indivíduo é problematizado, demonstrando que as construções dos sujeitos ocorrem através de discursos que circulam pelas relações de poder (FOUCAULT, 1995). Para Cálás e Smircich (2012), uma das contribuições dessa abordagem é o foco na natureza discursiva da “realidade social” e da “subjetividade”, permitindo associar a política do conhecimento como um modo de relação de poder, no qual busca naturalizar um sistema de exclusão para determinadas formas de ser do sujeito, e nesse trabalho será analisado o gênero.

Nos Estados Unidos, entre o final da década de 80 e início de 90, surgiu a Teoria *Queer*. Ela foi uma crítica pós-estruturalista aos estudos de gênero e também sobre as minorias, principalmente ligado as políticas identitárias (MISKOLCI, 2009). Souza e Carrieri (2010) afirmam que deve ser conhecida como “analítica *queer*”, pois “não desenvolveu uma teoria, mas sim uma analítica sobre o poder, exatamente para fugir da construção de metanarrativas presentes nos estudos estruturalistas” (SOUZA; CARRIERI, 2010, p. 48). A analítica *queer* ganhou força com os pós-estruturalistas franceses, onde se permitiu a problematização das ideias clássicas de identidade e sujeito (MISKOLCI, 2009; SOUZA; CARRIERI, 2010). Com uma forte influência de Foucault, o qual foi o predecessor em criticar as dicotomias e binarismos em relação a sexualidade, trazendo-o para discussão histórica, de significação e discurso (SOUZA; CARRIERI, 2010).

Em seu estudo, Eccel e Grisci (2011), em concordância com Lyotard (2004), apresentam o pós-estruturalismo como questionador das narrativas tidas como verdades únicas, problematizando as dicotomias, que nesse caso estudado, é o gênero. Essa dicotomia está ligada em igualdade e diferença, onde Machado (2013) afirma:

Entendo que o dilema insolúvel da igualdade/diferença que, por tanto tempo, dividiu e, em certo sentido, ainda divide o campo feminista e os estudos de gênero é presa e armadilha desta mesma dicotomia. O dilema do pensamento ocidental, a partir do qual foram criados os saberes disciplinares das humanidades e das ciências exatas, é que a **cultura** está para o **masculino** assim como o **feminino** está para a **natureza** e que a noção de **identidade** está para o **masculino** assim como a **diferença** está para o **feminino**. Acrescente-se que as dicotomias no pensamento ocidental tendem a ser unidirecionadas em termos de hierarquia de valor, e teremos que o masculino estará associado com quaisquer termos que estejam na posição superior. (p. 111, grifo da autora).

Em seu trabalho, Strathern (2006) explana que o gênero não pode se enquadrar no modelo dicotômico na sociedade que por ela foi pesquisada, acabando com a ideia da universalização dessa categoria. Para a autora o gênero em sua pesquisa é visto como algo múltiplo e plural, com uma fluidez e uma multiplicidade de identidades de gênero. Os pesquisados por Strathern (2006) possuem identidades duplas, únicas e compostas. Machado (2013) em concordância com Strathern (2006) afirma que a dicotomia é uma armadilha, pois faz com que seja elevada a concepção de gênero dicotômico universalmente. Souza e Pereira (2013) concordam com esse pensamento e discorrem que enquanto não ocorrer a problematização desse modelo dicotômico, a multiplicidade dificilmente será tolerada na sociedade, pois nessa cosmovisão dicotômica existe a necessidade do antagonismo e a diferenciação entre o dominante e o dominado, entre o hegemônico e o minoritário. A abordagem pós-estruturalista critica veementemente a ideia de gênero como uma dicotomia.

Eccel e Grisci (2011) discute que nesta corrente de pensamento, o gênero é constituído por outras categorias sociais, construindo e desconstruindo os sujeitos sem uma lógica específica e com uma pluralidade, fazendo ser impensável apenas duas maneiras, o masculino e feminino. Se tratando dos pós-estruturalistas, falar em sexo e gênero é falar em política, cuja abordagem oferece uma visão plural dos engajamentos políticos, no qual o gênero é mais um argumento, fornecendo uma visão mais complexa da localização social e das estruturas de opressão. Nessa linha de pensamento, a política e o Estado não estão alheios aos comportamentos e as pessoas influenciam e são influenciados por eles (BUTLER, 2003; CÁLAS; SMIRCICH, 2012).

A abordagem pós-estruturalista reafirma que as relações de gênero são construções sociais e históricas, constituídas por relações de poder, nas quais as categorias homens e mulheres são fragmentadas e estão se transformando constantemente. Nesse momento, há um afastamento de abordagens feministas sociológicas, psicológicas e biológicas, gerando assim uma abordagem feminista pós-estruturalista, que não concorda com o modelo binário dominante. Diversas abordagens feministas fortaleceram a essa ideia de bipolaridade entre masculino e feminino, mas a corrente pós-estruturalista quebra totalmente com essa ideia, trazendo o gênero como um dispositivo de poder (CÁLAS; SMIRCICH, 2012).

A constituição subjetividade e identidades ocorrem pelos discursos, sendo necessário as mulheres reconstruírem-nas, não através desse discurso androcêntrico que é predominante nas construções das relações de gênero. Os pós-estruturalistas corroboram com a ideia de que gênero e sexo são práticas discursivas que constituem as subjetividades e identidades dos sujeitos por meio do poder e resistência através do corpo humano. Ao estudar dentro dessa corrente não deve buscar estudar o homem ou a mulher, mas os discursos que constituem ambos (ALVESSON; BILLING, 2009; BUTLER, 2003; CÁLAS; SMIRCICH, 2012).

Butler (2003) afirma que o pós-estruturalismo não deve fazer a divisão que sexo é biológico e gênero é algo cultural, pois segundo ela, ambos são construções culturais e fazem parte de um contexto social histórico. Para se categorizar como homem ou mulher, o indivíduo irá assumir performances direcionadas conforme regras na sociedade que eles estão inseridos. Essa performance está intimamente ligada ao momento histórico daquela cultura, fazendo com que isso molde até o corpo do indivíduo. Dessa forma, acredita-se que o biológico não é determinante, mas sim o momento histórico-cultural que se vive (BUTLER, 2003).

No pós-estruturalismo não há uma categorização universal que possa representar todos os sujeitos, pois há que relativizar o momento histórico e o contexto social que o mesmo está inserido. Butler (1998) ao discutir sobre essa universalidade, mostra

que não quer que seja criada uma outra forma de universalidade mais concreta e diversificada, mas sim que problematize a universalização. A autora fala que:

[...] qualquer conceito totalizador do universal impedirá, em vez de autorizar, as reivindicações não antecipadas e inantecipáveis que serão feitas sob o signo do 'universal'. Nesse sentido, não estou me desfazendo da categoria, mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente (BUTLER, 1998, p.17).

Os sujeitos são produções culturais extremamente marcados pelas relações de poder. Essa produção social e cultural, não pode ser homogeneizada, pois cada subjetividade apresenta particularidades singularmente construídas (BUTLER, 2003). Ao discutir a temática gênero no pós-estruturalismo, deve abstrair da centralidade biológica e da produção dicotômica do masculino e feminino. Os pensadores dessa corrente, criticam essa produção binária, afirmando que é uma redução simplista e não corresponde aos fatos. A construção de todas as identidades, inclusive masculinas e femininas ou homem e mulher são provisórias e múltiplas, apresentando fragmentações, sempre se movimentando e passando por constantes transformações (LOURO, 2003).

Butler (2003) questiona a naturalidade que é vista a categoria mulher e a dicotomia sexo e gênero, explanando que a construção do gênero não é limitada pelo sexo e tão pouco são apenas dois, masculino e feminino. Como foi discutido, Butler (2003) buscou desconstruir o conceito de gênero que permeou toda a discussão da teoria feminista.

Em sua obra, Butler (2003) critica o binarismo do gênero culturalmente construído e do sexo como natural, onde ambos são constructos discursivos e devem ser desnaturalizados. Por meio dessa crítica as dicotomias produzidas pela divisão sexo e gênero, a autora critica a ideia de sujeito uno, em que ele é apenas um efeito. Butler (2003, p. 59) afirma que o “gênero é a estilização repetida no corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida”. Para Butler (2003) o gênero é um instrumento expresso pelos discursos e pela cultura visando a legitimação da ordem, onde o sexo está inscrito nele, mas ele não é a “interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2003, p.25). Para a autora, o gênero produz uma falsa

ideia de estabilidade, na qual a heterossexualidade estaria assegurada pelo binarismo de dois sexos complementares.

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um lócus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero (BUTLER, 2003, p.200).

No pós-estruturalismo vê-se que gênero e sexo são performativos, diferentes e com as mais variadas formas, sendo que a categorização em homem e mulher são limitadas, pois as identidades são mutáveis e sem repetições ou padrões, além disso, possui fragmentações em toda construção. Descontinuidade é tida como uma regra. Nessa corrente, gênero é uma construção performativa (BUTLER, 2003). O que se refere as categorias de gênero como: homem e mulher ou masculino e feminino, são vistas como ambíguas, imprecisas, transitórios e sempre ligados a um contexto (SCOTT, 1995). Além disso, os estudos focam na fragilidade das construções sociais, cujo gênero está inserido, demonstrando que são dinâmicos e mutáveis, apenas performances temporárias (ALVESSON; BILLING, 2009). Por fim, os pós-estruturalistas acreditam que a função do feminismo é ressignificar identidades de gênero, através da desconstrução de categorias universais e essenciais, tal como homem e mulher, mostrando que a naturalidade biológica com que é tratado esse assunto é um equívoco. Essa abordagem deve fazer isso buscando recuperar nos seus estudos as relações de poder que construíram essa categoria e o que se produz, reproduz e exclui em cima disso (CHAMBOULEYRON, 2009).

Dentro da abordagem pós-estruturalista, as relações de gênero são vistas como construções sociais e históricas, ou seja, presente dentro de um tempo e espaço, circundado por relações de poder. Nessa relação, tanto o masculino como feminino sofrem constantes rupturas, se fragmentando e sempre se reformulando. A abordagem feminista pós-estruturalista não concorda com o modelo binário dominante, homem e mulher, buscando uma análise que traga novos significados as

relações de gênero, articulando as relações de gênero e poder (BUTLER, 2003; LOURO, 2003; SCOTT, 1995).

Butler (2000; 2003) trata na sua discussão, o gênero como algo performativo, não existindo uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, mas a identidade é construída performativamente pelas “expressões” que acredita ser resultado. O sujeito é construído por atos repetitivos, reconstruindo simultaneamente a ordem social estabelecida. Assim, as normas são naturalizadas através de processos de repetições contínuas, fazendo com que as pessoas assumam cópias de performances. Nesses atos, as práticas de subjetivação são construídas e legitimadas. Através das performances de masculinidade ou feminilidade, as normas binárias dos gêneros são estabelecidas e reiteradas. (BUTLER, 2000; 2003). A temática performatividade e performances são de grande importância nesse trabalho, sendo assim, mais a frente se aprofundará essa discussão.

2.2 FAZENDO E DESFAZENDO GÊNERO

Como foi iniciado a discussão, para os autores aqui trabalhados, gênero não é algo universal que possui uma essência, mas é algo que faz e desfaz, algo fluído e fragmentado. Para West e Zimmerman (1987) o gênero é uma das principais formas de se organizar as atividades da sociedade e a interação social, sendo que o mesmo faz com que as pessoas sofram pressões a se comportem de determinadas maneiras. Um exemplo são as atividades laborais desempenhadas na sociedade, onde as performances estão previamente condicionadas e compelidas à serem seguidas por determinados gêneros, organizando a vida em sociedade (WEST; ZIMMERMAN, 1987).

West e Zimmerman (1987) afirmam que para os indivíduos se tornarem sujeitos, eles são levados a fazerem e desfazem gênero. Isso é sempre um processo social constantemente negociado, não algo inato presente em homens e mulheres. Eles postulam que "os participantes na interação organizam suas múltiplas atividades para

refletir ou expressar gênero, onde estão dispostos a perceber o comportamento dos outros de forma semelhante” (WEST; ZIMMERMAN, 1987, p.4, tradução própria). Todos são pressionados para cumprirem determinadas expectativas de gênero, existindo uma desigualdade socialmente produzida durante as interações, onde os homens são sempre dominantes e as mulheres que são o outro (SCHILT; CONNELL, 2007).

Ao analisar o gênero como um produto social, ou seja, um construto por meio de relações sociais, onde não exista um original, é possível fazer e desfazer por completo o gênero (BUTLER, 2006). O fazer e desfazer gênero tem muito a ver com gerir certas situações sociais, nas quais as formas de se comportar e agir é considerada adequada para cada categoria, cujas práticas discursivas sociais categorizam o indivíduo com sucesso como um membro de determinado gênero (THANEM; WALLEMBERG, 2014). Apesar disso, muitos indivíduos vivem rompendo seguidamente com as normas dominantes de masculinidade e feminilidade, e sempre faz e desfaz o gênero, independentemente do contexto social em que está inserido (WEST; ZIMMERMAN, 1987). As pessoas expressam muitas vezes seu gênero de forma que não é normativo com o sexo biológico, algo muito comum como já foi discutido anteriormente nesse trabalho. Diversas práticas sociais em relação ao gênero buscam a todo instante reforçar o modelo dominante binário, coibindo o fazer e desfazer gênero, onde essa categorização é considerada uma importante ferramenta de controle social (THANEM; WALLEMBERG, 2014).

Segundo Thanen e Wallenberg (2014) os estudos organizacionais têm focado em estudar como as mulheres e homens expressam e mantêm identidades binárias de gênero no ambiente de trabalho, mas esse é um local onde os indivíduos são compelidos a fazerem o gênero apropriadamente para determinadas posições nas organizações, onde não é um ambiente neutro. Hardy e Clegg (2001) discutem que gênero, sexo e sexualidade são aspectos muito importantes para a vida organizacional. Pensamentos semelhantes ao de Schilt e Connell (2007), que dizem que os ambientes de trabalho não são neutros na influência sobre os gêneros, e dentro das relações que são construídas na organização há uma reprodução do que se

espera referente a cada gênero apenas olhando os aspectos físicos, fazendo a reprodução disso por meio das interações. Existem expectativas de comportamento de gênero para indivíduos de acordo com aspectos visíveis e, são influenciados por culturas organizacionais e contextos profissionais. Os trabalhadores sofrem pressões para que se comportem de acordo com os aspectos visuais em seus locais de trabalho, cujo o não atendimento a essas expectativas, pode gerar inúmeras consequências, tanto em nível de relacionamento quanto na questão profissional (SCHILT; CONNELL, 2007). Essa ideia semelhante ao que Peterson e Albrecht (1999) acreditavam que as organizações são poderosas ferramentas para formatar e definir as características de masculino e feminino, de uma forma bem sutil. Isso se faz por uma construção discursiva, fundamentando a vida em sociedade.

Para Czarniawska (2006), o fazer gênero possui diversas práticas de pressão, coibição e discriminatórias, nos quais homens e as mulheres tratam o outro de forma desigual por eles possuírem características anatômicas diferentes. O fazer gênero foi visto como uma prática social, mas deve ser vista mais como uma ação coercitiva para organização da sociedade. A autora explana que cada vez mais a ideia do fazer gênero é vista como prática social, principalmente para pesquisadores pós-estruturalistas (CZARNIAWSKA, 2006). Os sociólogos que pensam na questão de gênero enfatizam que os processos sociais é que produzem o gênero de uma pessoa, não a anatomia biológica (WESTBROOK; SCHILT, 2014). Apesar disso, a literatura de gênero não tem trabalhado com a multiplicidade de gênero e muito menos com o fazer e desfazer, mas com estereótipos do modelo binário (THANEN; WALLEMBERG, 2014).

Westbrook e Schilt (2014) reafirma que o sistema de gênero e a sexualidade do corpo são fluídas e estão sempre em mudança, mesmo que isso ocorra lentamente. Para as autoras, uma conclusão certa sobre a temática é que os critérios que servem para determinar a questão de gênero estão longe de serem explicados biologicamente, cuja formação da identidade de gênero é formada nos espaços sociais. As autoras relatam a forte importância que os espaços sociais que cada indivíduo frequenta como

fundamental para a determinação do gênero, pois diferentes interações geram diferentes configurações (WESTBROOK; SCHILT, 2014).

West e Zimmerman (1987) estabelecem o gênero como uma conduta imposta, na qual a discriminação é um importante elemento na atribuição do fazer gênero, como uma maneira coercitiva para gerar uma legitimidade em uma organização social baseada na identidade de gênero. Segundo Westbrook e Schilt (2014), já nota-se muitas pesquisas demonstrando que a determinação do gênero é feita com base nas interações sociais cotidianas, apesar disso, processos judiciais e pressões organizacionais podem fazer com que o gênero esperado seja o que é performado. Westbrook e Schilt (2014) examinaram os pesquisadores sobre gênero e observaram que existem disputas entre os pesquisadores que acreditam que o gênero é baseado pela biologia com os que acreditam que a identidade de gênero é produzida dentro de um sistema de relações presentes nos espaços sociais.

Segundo Westbrook e Schilt (2014) no ambiente organizacional os órgãos genitais possuem muito peso em relação às interações, fazendo com que os próprios colegas de trabalho esperem certas maneiras de agir pelo que eles julgam serem adequados ao “gênero que o colega pertence”. Esse sistema binário de gênero, homem e mulher, tem sido capaz de coibir os rompimentos com ele, além de se adaptar e absorver os que não se encaixam dentro dele, fazendo com que o principal desafio não seja o de modificar esse sistema, mas o de quebrá-lo (WESTBROOK; SCHILT, 2014).

Thanen e Wallenberg (2014) ao analisarem diversos estudos demonstram como as identidades das mulheres, que são feitas e desfeitas por pressões organizacionais da sociedade, são vistas como negativas e estereotipadas. Os autores argumentam que muitos estudos demonstram que as mulheres ao adentrarem em ambientes masculinizados, para que sejam aceitas, desvalorizam a própria feminilidade (THANEN; WALLEMBERG, 2014). Thanen e Wallenberg (2014) criticam os estudos por trazerem essa ideia de como se isso fosse uma característica inata do ser mulher, esquecendo que gênero é algo que faz, desfaz e refaz. Em seu estudo, Charles (2014) observa que as mulheres que se inserem em posições que são ocupadas em sua

maioria por homens, “fazem masculinidade” para que sejam aceitas. A autora ainda diz que há uma dificuldade em alterar a cultura da organização apenas fazendo e desfazendo o gênero de maneira diferente do dominante em nível individual, onde apenas grupos poderão alterar a ordem normativa (CHARLES, 2014).

Louro (2003) ao fazer a conexão entre o fazer gênero e as relações de poder mostra que as relações de gênero são construídas na e pelas relações de poder, onde ambas as relações são constituídas ao mesmo tempo. (SCOTT, 1995). Ao ler Butler (1988; 2000), pode-se afirmar que o fazer e desfazer gênero ou a construção do gênero são formações discursivas que circundam os indivíduos. Dessa forma, o próximo ponto discorrerá sobre essas ideias.

2.3 GÊNERO, PODER E DISCURSO

Poder é uma palavra que há muito tempo é discutida. Aristóteles, Hobbes, Locke, Maquiavel são alguns dos nomes que podem ser citados que teorizaram sobre o poder no decorrer da história, mas mesmo assim não se chega a um consenso de definição (ALCADIPANI, 2005; JOUVENEL, 2008). Em sua obra, Ribeiro (1998) demonstra a dificuldade em definir o que é poder e as múltiplas ideias que são difundidas acerca dessa definição. Se já não bastasse a dificuldade em definir o poder, o exercício do mesmo já é “complexo e cheio de implicações” (RIBEIRO, 1998, p. 8). Usualmente o poder é visto como algo que é possuído pelas pessoas, onde existiria uma divisão entre os detentores do poder e aqueles que estão subordinados a eles (ALCADIPANI, 2005; RIBEIRO, 1998). Alcadipani (2005) afirma que há uma ideia no senso comum de que as pessoas possuem poder, onde existe a possibilidade de utilizá-lo a qualquer tempo, conduzindo os efeitos, e sendo gerido de forma racional. Entretanto, esse trabalho estará focado no pensamento de Foucault (1985; 1988; 1998) acerca do poder e a relação entre as relações de gênero e as relações de poder. O autor afirma que:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1985, p.8).

O objetivo de Foucault (1995, p.231) não era “analisar o fenômeno poder nem elaborar os fundamentos de tal análise”, seu objetivo era analisar como os seres humanos se tornam sujeitos, apesar disso, esse autor deu grandes contribuições para o debate com sua analítica sobre poder e as suas relações (FERREIRINHA; RAITZ, 2010; MAIA, 1995). Segundo o autor “o sujeito humano é colocado em relações de produção e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (FOUCAULT, 1995, p.232). Foucault (1995) explica que são as relações de poder que transformam os indivíduos em sujeitos, cujas definições de sujeitos existentes já sugerem a subjugação de uma forma de poder.

Foucault (1995) explica que o poder que ele discute não é o poder dos seres humanos sobre as coisas, mas sim aquele exercido entre os indivíduos ou entre grupos. O autor expõe que não existe um poder fundamental, um poder essencialista, mas que tudo depende das relações de poder que se exercem (FOUCAULT, 1995). Ribeiro (1998, p. 9) afirma que “o poder só pode ser visto, sentido, avaliado, ao exercer-se”. Apesar de parecer com a ideia de Foucault (1988; 1995), difere que na obra do segundo, o poder muitas vezes não pode ser visto, pois o seu exercício ocorre de forma sutil, existindo um consentimento anterior ao ato e sem precisar do uso de forças ou violência (FOUCAULT, 1988; 1995). Essa falta de visibilidade do poder não significa que não possa analisá-lo, mas sim que existe o jeito de fazer isso, partindo na análise da periferia para o centro (FOUCAULT, 1995; SOUZA *et al*, 2006).

O poder é uma relação de força que se manifesta através das práticas sociais. Sendo assim, ele não é algo criado por organizações ou pessoas, mas algo que só pode ser analisado pela sua microfísica, analisado da periferia. Dessa forma, o poder não pertence a algo, como por exemplo o Estado, apesar que o mesmo possa e exerce relações de poder. Mesmo que o Estado exerça, ele não origina o poder, pois o poder é algo que não possui origem (FOUCAULT, 1985). Foucault (1995, p. 244) afirma que o exercício do poder é um “modo de ação sobre as ações dos outros” onde existe uma liberdade, pois se não há espaço para resistência, não ocorre a existência de uma

relação de poder, onde há dominação não há relação de poder. Poder e liberdade não se excluem, mas faz parte de um jogo onde só existe um se o outro existir. O exercício do poder é a condução de condutas ou o estabelecimento de possibilidades, fazendo com que as ações dos outros fiquem condicionadas a isso (FOUCAULT, 1995).

Ao trazer o debate das relações de poder para dentro das instituições, Foucault (1995) sugere que é necessário analisar as instituições com base nas relações de poder e não ao contrário. Segundo Foucault (1988) a questão do poder não pode se enquadrar em aspectos teóricos, mas faz parte das experiências cotidianas. O poder não pode ser considerado como algo único, mas algo que passa por constantes transformações, onde o mesmo não é algo natural, mas uma prática social (ALCADIPANI, 2005). Foucault (1988, p. 88-89) mostra que o fenômeno poder deve ser compreendido como:

[...] a multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, por meio de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si, enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

O pensamento de Michel Foucault acerca do poder influenciou diversos pensadores, que estão incluídos uma parcela dos que são considerados pós-estruturalistas. Butler (1998, p.15), que foi uma das influenciadas, discorre que se o pós-estruturalismo “tem alguma força ou significação na teoria social, e na teoria social feminista em particular, ela talvez possa ser encontrada no exercício crítico que busca mostrar como a teoria, como a filosofia, está sempre implicada no poder”. A autora firma que as relações de poder circundam todo o “aparato conceitual” do pós-estruturalismo, inclusive o sujeito crítico. Dessa forma, ao estudar as relações de gênero, a autora observa as relações de poder que cercam os indivíduos (BUTLER, 1998).

O gênero é uma das principais formas de trazer significado nas relações de poder. Ele é uma ferramenta de legitimação presente, que ajuda na manutenção e no controle das significações de poder na parte ocidental do mundo (SCOTT, 1995). Em seu

trabalho, Louro (2003) busca fazer uma conexão entre o gênero e as relações de poder, algo que Scott (1995) também fez, pois para elas, ambos são constituídos de forma dependente. Louro (2004) reafirma ao falar que as relações de gênero são produzidas diretamente pelas e nas relações de poder.

No trabalho de Scott (1995), a autora considera o gênero como uma forma primária de significação das relações de poder, apesar de não ser o único, que persiste na conservação e no controle. As relações de poder e gênero são construídas de forma simultâneas, tanto sócio-histórica, quanto culturalmente. Louro (2003) vem com uma ideia semelhante ao conectar gênero e as relações de poder, na qual as relações de gênero são constituídas na e pelas relações de poder, cuja ideia de poder não é vista como unicamente algo negativo, opressor e de controle, mas produtivo e criativo. Influenciada por Foucault, a autora traz que o poder não está em um pólo, masculino ou feminino, mas ele é exercido por cada indivíduo através das suas relações sociais. As relações de gênero englobam tanto questões pessoais, quanto culturais, sociais e políticas (LOURO, 2003). Cappelle *et al* (2004) explica que as relações de poder presentes nas organizações têm se articulado de forma que se busque uma perpetuação da dominação do masculino sobre o feminino no ambiente organizacional, apesar de que muito tem sido feito para que transforme esse quadro.

Foucault (1985) afirma que tudo o que é tido como verdade está ligado a um sistema de relações de poder, produzindo-a e reforçando-a, fazendo com que os efeitos dessas relações reproduzam e sejam induzidas por esse sistema. Nogueira (2001) afirma que os discursos refletem não só as relações sociais, eles constituem as mesmas. Além disso, os discursos são regulados e reforçados pelos discursos de poder. É essa a próxima discussão a ser trazida dentro desse ponto. O que vem a ser esses discursos e a articulação do mesmo para com as relações de poder e gênero.

Conforme dito anteriormente, Butler (2003) não acredita que o corpo e sexualidade é definido pela biologia e o gênero pela cultura, para ela, ambos são construções feitas por discursos, fazendo com que os indivíduos produzam e adquiram performances através da demarcação de fronteiras e normatização, o modelo hegemônico existente.

Foucault (1988) discute que os aspectos ligados a sexualidade, como o gênero, deve ser analisado através de suas construções históricas. Para ele, não existe uma verdade essencialista sobre a sexualidade, mas dispositivos que produzem através do discurso as condutas desejáveis em relação a sexualidade. O autor ainda diz que a sexualidade é um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988).

Louro (2000b) comentando sobre a sexualidade com inspiração na obra Foucaultiana afirma que “ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’ ” (LOURO, 2000b, p. 6). Para Cappelle *et al* (2004, p.6), as relações de gênero “devem ser consideradas como práticas discursivas que refletem e distribuem manifestações de poder e resistência entre as pessoas de acordo com os grupos que organizam e se enfrentam em campos de disputas sociais”.

Na concepção de Butler (1988) sobre gênero, tudo é fruto do discurso que formatam os corpos. Dessa forma, não nasce homem ou mulher, mas torna-se homem e mulher, ou até outros, dependendo da cultura local, através de atos reiterativos que agem na formação do gênero. A autora traz que a construção do gênero está estritamente ligada aos discursos que rondam o sujeito, fazendo com que a materialização do gênero seja assegurada por atos reiterativos sobre o corpo, ou seja, são performativos (BUTLER, 1988; 2000). No decorrer desse trabalho foi dito sobre identidades, performances, performatividade e também sobre política. Sendo assim, o próximo capítulo aprofundará a discussão desses conceitos fundamentais para essa pesquisa.

3 IDENTIDADES E POLÍTICAS

O presente capítulo discorrerá sobre os principais conceitos utilizados nessa pesquisa. Inicialmente discutirá o que é considerado identidade de gênero, em seguida, trará o pensamento de Butler, que não existem identidades fixas mas o que existe são performances. Finalizando o capítulo, terá a discussão de política, diferenciando o que vem a ser política e a política institucional que são faladas nesse trabalho.

3.1 IDENTIDADE DE GÊNERO

Ciampa (1984) expõe que a discussão sobre identidade não é simples e perpassa as mais diversas áreas do conhecimento, o que faz com que esse tema seja relevante e difícil. Para Sawaia (2001), a busca pela identidade é “um dos imperativos da modernidade contemporânea” (p.119), ou seja, é algo que possui “valor fundamental na modernidade” (p.121). A autora diz que quando se estuda a identidade em estudos de inclusão e exclusão, a discussão perpassa as relações de poder. Para ela, a identidade é um dispositivo de poder que:

[...] esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço (SAWAIA, 2001, p. 123).

Souza, Silva e Carrieri (2012) discutem que a identidade é “um mecanismo de poder que exclui parcelas da sociedade por meio da hierarquização de uma grande escala social distribuída em um *continuum* com dois extremos: superior-inferior” (p. 319). Quando existe a diferença entre duas identidades, há o estabelecimento da diferença, uma dicotomia, fazendo com que se valorize mais algumas do que outra, onde normalmente se valorize o hegemônico e desvalorize o que pertence às minorias, organizando assim a sociedade. Como já foi dito, em relação ao gênero, há uma valoração do masculino (SAWAIA, 2001). Louro (2000a) diz que a identidade estabelece o que o sujeito é e o que ele não é. Hall (2000) pensa semelhante ao discorrer que a identidade é que provoca a diferença e depende dela, não é o oposto

da diferença, pois é através dessas diferenças que ocorrem as categorizações identitárias. Lasta e Hillesheim (2014), comentando em concordância com Hall (2000), afirmam que “tanto a identidade quanto a diferença são impostas e dispostas continuamente e, por meio de disputas de poder, através de ações sutis que instituem os pertencimentos, ou não, de indivíduos” (LASTA; HILLESHEIN, 2014, p. 143).

Foucault (1985) ao analisar o poder, discorreu sobre a importância do mesmo para a construção da identidade dos indivíduos. Através do poder exercido na sociedade, há o controle da vida cotidiana e as relações sociais. O autor ainda afirma que os indivíduos são produtos de relações de poder e o efeito é a construção das suas subjetividades e identidades, nas quais toda classificação identitária é um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1985). Souza (2014, p.115) em concordância com Foucault (1985) afirma que:

O indivíduo constitui-se como sujeito através do fluxo de forças que o passam, perpassam, transpassam, ou melhor, são estas forças que constituem o homem como sujeito por meio de processos de reconhecimento e identificação em categorias discursivamente construídas. Portanto, o sujeito é produto de uma tecnologia política que ao mesmo tempo o constitui tanto como sujeito quanto como objeto.

Salih (2012) afirma que os indivíduos não são livres para escolher a sua identidade da mesma forma que são livres para escolher o que vestir, apesar de existir a discussão sobre se são realmente livres para escolher o que vestir. Dreyfus e Rabinow (1995) com uma ideia semelhante afirma que os indivíduos não decidem qual categoria discursiva escolher, mas são compelidos a isso. Butler (1998, p.17) alega que “nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida”. A autora trata as identidades como constructos decorrentes de discursos, onde há uma pressão de repetição dos que são dominantes e reguladores. Apesar disso, ela rejeita a ideia que os sujeitos são totalmente determinados pelos discursos dominantes, pois os discursos são sempre alterados nos processos de repetição e ressignificação. A autora ainda afirma que essa crítica a noção de sujeito, não tem como o objetivo matá-lo, mas interrogar a sua construção como premissa dada de antemão (BUTLER, 1988).

Segundo Butler (2000), toda e qualquer identificação do sujeito está ligada a identificação normativa do sexo, em que ela afirma que “essa identificação ocorre através de um repúdio [...] sem o qual o sujeito não pode emergir. Trata-se de um repúdio que cria a valência da ‘abjeção’ — e seu *status* para o sujeito — como um espectro ameaçador” (BUTLER, 2000, p. 112). Butler (2003, p. 213) ainda afirma:

[...] a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os termos pelos quais a identidade é articulada [...]. Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se a política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga.

Louro (2000b) argumenta que não se deve considerar a construção das identidades como algo que “possuímos naturalmente”, pois ela possui dimensões políticas e sociais e um caráter construtivo (p.5, grifo da autora). Louro (2000b) afirma que “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (p.6). Toda e qualquer identidade social como: sexual, gênero, raça, nacionalidade, classe, etc; são definidas nos âmbitos da cultura e da história (LOURO, 2000b). A autora ainda diz que:

Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Nada há de simples ou de estável nisso tudo, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias. Somos sujeitos de muitas identidades. Essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes e, depois, nos parecerem descartáveis; elas podem ser, então, rejeitadas e abandonadas. Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais (LOURO, 2000b, p.6).

Butler (2000; 2003; 2006) trata o corpo como muito importante para a formação das identidades e subjetividades, que ele influencia e é influenciado, não sendo elemento passivo nessa relação, mas é uma “relação de mão dupla”. É importante ressaltar que a autora trata as identidades como fluídas e provisórias, e que não existe uma origem. Louro (2000b) afirma que o corpo é a referência “âncora” da identidade. É através dos

corpos que se espera a visualização da identidade, os quais não deveriam apresentar ambiguidades e inconstâncias. Louro (2000a, 2000b) faz uma crítica a esse enquadramento de sujeitos em identidades simplesmente pelas marcas presentes em seu corpo, cujos processos de identidade são muito complexos e tomar o corpo como referência única é uma visão equivocada. A autora afirma que os corpos são significados pela cultura e pelo tempo histórico que o cerca, onde são continuamente alterados por elas. Ela diz que os corpos não são tão simples como se pensa e nem as identidades são decorrências diretas das “evidências” do corpo (LOURO, 2000b).

Outro elemento muito importante para a produção de identidades de gênero é a heteronormatividade. Em seu estudo, Souza e Pereira (2013, p.81) afirmam que essa ideia da heterossexualidade como algo natural e determinado, que “passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, seja de uma maneira explícita ou implícita”, influencia nas construções identitárias de cada indivíduo. Além disso, existe uma coibição de comportamentos que fogem desse padrão (SOUZA; PEREIRA, 2013). Miskolci (2009) afirma que existe o dualismo entre o hetero e o homo, mas a heterossexualidade é o naturalizado, vista como o normativo, por isso, o nome heteronormatividade, onde ela “é um conjunto de prescrições que fundamentam processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2009, p.156). Para Miskolci (2009), a ideia histórica da heterossexualidade como modelo social, historicamente, adentra no domínio da heteronormatividade a partir da segunda metade do século XX. Nesse momento a homossexualidade passou a ser despatologizada, onde a heteronormatividade ficou sendo o marco de controle e normalização.

A heteronormatividade “expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e portanto fundamental da sociedade” (MISKOLCI, 2009, p.156). A heteronormatividade são preceitos sociais que influenciam o modo de vida de cada indivíduo, inclusive na maneira de se relacionar para com o sexo oposto, ou seja, é um dispositivo de poder que visa construir os indivíduos para que sejam heterossexuais ou organizarem suas

vidas observando esse modelo (MISKOLCI, 2009; SOUZA; PEREIRA, 2013). As construções das identidades dos indivíduos são influenciadas pela heteronormatividade, inclusive as daqueles que visam subvertê-la. O trabalho de Souza e Pereira (2013) mostra claramente isso, onde a forma de se portar de uma parte do grupo de homossexuais que foi pesquisado discrimina outros homossexuais por serem diferentes, onde os autores afirmam:

Conclui-se que os próprios trabalhadores entrevistados manifestam preconceito e forte discriminação contra outros homossexuais, principalmente contra pessoas que tenham comportamentos afeminados. Além de apresentarem atos discriminatórios contra os seus pares, manifestaram toda uma regra de conduta baseada no heterossexismo que serve para regular e “normalizar” os comportamentos homoafetivos (PINO, 2007). Em outras palavras, o heterossexismo não está presente apenas em pessoas culturalmente classificadas como heterossexuais, mas também é uma norma socialmente construída pelas relações de poder que também está presente naqueles que, a princípio, estariam subvertendo os padrões heterossexuais de comportamento (SOUZA; PEREIRA, 2013, p.100).

Miskolci (2009, p.157) também pensava assim, em seu estudo ele diz que “tais sujeitos frequentemente também estão enredados na heteronormatividade”.

Segundo Foucault (1988), as identidades sociais são produzidas pelos discursos dominantes, ou seja, pelos naturalizados. A heteronormatividade exerce forte influência no processo identitário, fazendo com que os discursos produzam as identidades seguindo seus preceitos, influenciando até o que os indivíduos podem ou não fazer. Como já discutido, identidades são dispositivos de poder, os quais excluem e inclui indivíduos na sociedade (FOUCAULT, 1985; 1988; SAWAIA, 2001). Souza e Pereira (2013) discorre que o dispositivo de poder que é a heteronormatividade reforça a discriminação de práticas sexuais que subvertem esse modelo, exercendo uma grande pressão no indivíduo que busca subvertê-la a segui-la. Os autores expõem que essa influência se dá nos mais diversos ambientes, inclusive no organizacional. Butler (2003) observa que na identidade de gênero a heteronormatividade estabelece a heterossexualidade como marco regulatório da sexualidade. A sexualidade é a base da identidade de gênero, pois é no desejo heterossexual que estão enquadradas as principais regras de masculinidade e feminilidade.

Butler (2003) deixa claro que a identidade, seja ela qual for, não é algo que se possui ou que se tem, mas é o efeito se manifestando em um ambiente de diferenças. Butler (1988; 2000; 2003) discute que não existe uma identidade de gênero, mas apenas expressões performáticas identitárias de gênero, nos quais o ser masculino e feminino, ou homem e mulher, são performances mutáveis e frágeis. É sobre essa ideia que será discutido no próximo ponto, performance e performatividade, dois conceitos muito importantes para esse trabalho.

3.2 PEFORMATIVIDADE E PERFORMANCE

No decorrer desse trabalho, muito foi citado em relação as performances e performatividade atribuídas aos gêneros, mas o que seriam esses conceitos? A performatividade é a reiteração das normas discursivas a serem seguidas por determinada identidade de gênero, ou seja, quais são as performances a serem seguidas pelo gênero demarcado (BUTLER, 1988). “A performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional⁴ pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p.111). Butler (2000; 2003) diz que o gênero deve ser visto como uma expressão performativa, ao invés de algo que é previamente dado. Performatividade não é a mesma coisa que performance, onde a performance é a prática do indivíduo que a performatividade “pressiona” a fazer (BUTLER; 2000; 2003; PHILLIPS; KNOWLES, 2012).

Qualquer maneira de agir que necessita de repetição para se tornar compreensível, é uma reiteração inconsciente de um ato culturalmente entendido como uma convenção. Sendo assim, atos performativos são apenas repetições de atos anteriores, nos quais se busca uma duplicação citacional de forma que os indivíduos

⁴ “Derrida entende como citacionalidade a característica da linguagem e da escrita de ser repetível, de poder ser reproduzida sem a presença de quem escreveu e de um possível destinatário” (REIS; PARAÍSO, 2014, p. 239).

são levados a não serem gêneros através de um ato único, mas de uma repetição de atos (Lloyd, 1999). Lloyd (1999) afirma que performance e performatividade, apesar de serem categorias distintas, são interligadas, pois a segunda se apoia na repetição da primeira.

Butler (2000; 2003) afirma que os indivíduos ao performarem suas identidades de forma diferente, eles podem alterar as normas, podendo a vir se tornar um “problema”. Essas performances subversivas desafiam o modelo binário e permite que as pessoas experimentem as diferentes formas de identidades de gênero. Esse fato pode gerar uma repetição, alterando a performatividade através das performances subversivas, fazendo com que seja possível praticar novos tipos de identidades. Dessa forma, performances que são diferentes das binárias de gênero são cerceadas por “violarem a norma dominante” (BUTLER, 2000; 2003). Butler (2000) demonstra que a performance é efetuada com objetivo estratégico em relação ao enquadramento da performatividade dominante, mas esse objetivo não é próprio do sujeito, mas sim uma pressão para a consolidação dessa performatividade. Para Butler (2003), as performances que são desempenhadas e não deveriam estarem fixadas em um ou outro gênero, pois o fato de ser mulher ou homem não limita a pessoa de ter performances da outra categoria. (BUTLER, 2003).

Segundo Butler (2000) é importante esclarecer que nas ideias de performatividade e performances, não existe uma associação para que o indivíduo represente o gênero de forma voluntarista, construindo um corpo que expresse a escolha dessa identidade. A autora disserta que a performatividade é reiterada pelas normas que vem antes do agente, ou seja, as normas que regulam a questão do sexo reiteram práticas já reguladas. Dessa forma, observa-se que não é uma escolha, mas sim de uma coação (BUTLER, 2000). Butler (2003) ainda afirma que somente a reação coletiva em relação a essas normas que as modificarão, cujos grupos virem alternativas nas dicotomias existentes.

Louro (2000b) afirma que assumir identidades são atos políticos. Foucault (1988) evoca que a sexualidade é o meio de regulação dos corpos individuais e do

comportamento da população como um todo, o corpo político. Butler (2000) demonstra que a categorização do sexo é presente em todo interior do discurso político, mas os atos subversivos assustam, pois gera instabilidades que as próprias categorias produzem. Assim, há um embate da desidentificação e busca pela rearticulação da contestação democrática (BUTLER, 2000). Para Butler (2003), “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política”, mas o que é essa política? O próximo ponto irá discorrer sobre a temática política, diferenciando alguns conceitos da política que são e serão utilizados nesse trabalho.

3.3 POLÍTICAS

No decorrer desse tópico será discutido o que vem a ser política e quais as políticas discorridas nesse trabalho. É importante lembrar que já foi visto no decorrer deste trabalho que a abordagem teórica utilizada, os autores pós-estruturalistas, consideram gênero em si como algo político (BUTLER, 2000; 2003; LOURO, 2000; 2003). Ainda ocorrerá a diferenciação da utilização dos termos política e política institucional, pois esse trabalho trata sobre o gênero, que já é algo político, dentro do ambiente da política institucional (RIBEIRO, 1998).

Bobbio (1998, p.954) afirma que o termo política é derivado da palavra *pólis*, “que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social”. O autor descreve que a utilização da palavra política vem se desenvolvendo desde a Grécia Antiga com Aristóteles, com os diversos significados, naquela época era a ciência de governar (BOBBIO, 1998). Bazzanella, Birkner e Maximo (2011, p.68) discutem que “a concepção grega de política está ligada a perspectivas que abrangem seu sentido exclusivamente público”. Nesse caso, os autores descrevem que fazer política seria uma prática de fazer o “bem” para a cidade, onde a política era algo presente na vida de todo cidadão. Ideia semelhante, possuiu Althusius (2003), que conceitua que política é a arte de praticar a vida em comunidade, tendo dever de promover a interação social. Bobbio (1998) explica em sua obra que por muito tempo a palavra política foi utilizada por estudiosos

das atividades humanas relacionadas ao Estado e na modernidade passou a significar a atividade que tem o Estado como referência, atividade essa, que vai desde ordenar e proibir coisas a membros de um determinado local até a legislação e ampliação desses locais (BOBBIO, 1998).

Em sua utilização comum o termo política é referente ao exercício de formas de poder e as consequências desse exercício (RIBEIRO, 1998). Também para Bobbio (1998, p.954) o conceito de política “está estreitamente ligado ao poder”. A diferenciação do poder político para os outros tipos de poder é que nele existe a possibilidade de utilização da força, a condição necessária para sua manutenção (BOBBIO, 1998). Weber (1982) também pensava assim, mostrando que o Estado é uma instituição de caráter puramente político, o qual é legitimado pela utilização da força física para que se cumpram as leis, que “se não existisse instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de ‘Estado’ seria eliminado, e surgiria o que poderíamos designar como ‘anarquia’ [...]” (WEBER, 1982, p.55). Essa discussão sobre o Estado e sua definição será retomada mais adiante.

Voltando a falar sobre a conceituação da política, Ribeiro (1998) discute sobre essa ideia comumente propagada em relação a ela ser o exercício de poder, afirmando que apesar de ser uma verdade, não diz muita coisa, pois existe uma dificuldade para saber o que é realmente poder, o que inclusive foi discutido anteriormente nesse trabalho. A política pode ser entendida também como um processo no qual interesses se transformam em objetivos que conduzem a tomada de decisões, onde quem decide, manda (RIBEIRO, 1998). Arendt (2002) afirma que a política é baseada na pluralidade dos homens, fazendo com que uma única definição do que seja política filosoficamente não possa ser encontrada, daí os diversos pensadores a conceitua de forma diferente. A autora traz que a convivência entre os diferentes é o foco da política, na qual os seres humanos se organizam politicamente para conviver, de certa maneira, com essas diferenças (ARENDRT, 2002).

A política está presente em todas as dimensões da vida diária, se desenvolvendo com a vida em sociedade. Ela é dinâmica, faz com que a realidade esteja em constante

transformação, pois a realidade sempre se apresenta como precária e insatisfatória. Concordando com Arendt (2002), é importante ser dito que não existe política no singular, mas sim políticas, as quais elas são atividades transformadoras da realidade, da sociedade e da história. Também não existe ninguém apolítico, mas apenas conservadores que não tem interesse em mudanças sociais (RIBEIRO, 1998).

No Brasil, assim como nos países que possuem a linguagem de origem latina, o termo política é utilizado para representar muitas atividades, sendo uma terminologia abrangente, já que é utilizada para aspectos que envolvem: partidos políticos, órgãos governamentais, agentes políticos ou até mesmo em relação a projetos públicos; englobando assim grande parte do ato de governar. Entretanto, a terminologia dos anglo-saxões à divide em duas partes que podem deixar mais claro a discussão sobre o que vem a ser política: *politics* e *policy*. *Politics* é a expressão utilizada quando se busca chegar ao poder, onde está incluída a tentativa de permanência. Dentro da *politics* se enquadra, por exemplo, a eleição. Já a *policy* se consiste na administração quanto aos bens públicos, onde se coloca em pauta o projeto de governo. Pode-se resumir que a *politics* é a busca para chegar ao Estado e a *policy* é o que faz ao chegar ao Estado (CERCAS, 2015).

Foucault (2008b) em sua obra traz a ideia de biopolítica, que é o meio pelo qual o poder, entre os séculos XVIII e XIX, se transformou, visando governar os indivíduos por diversas formas, inclusive disciplinares. A biopolítica se ocupará da gestão da saúde, alimentação, sexualidade e outros, enquanto atividades políticas. O autor traz que o Estado moderno se constituiu com o aprofundamento da problemática trazida pela individualização pós-iluministas, fazendo com que fosse necessário não mais dirigir cada um separadamente, mas sim como espécie (FOUCAULT, 1988; 2008b). Foucault (1988; 2008) discorre sobre a ideia de governo estar vinculada a uma racionalização político-administrativa, que visava controlar do nascimento até a morte dos indivíduos, onde o governo era responsável pela vida do sujeito. Dessa forma, o Estado controlaria a sujeição corpórea, a normatização de hábitos, o respeito aos costumes, a questão da higiene (FOUCAULT, 1988). Para Foucault (1995), ao exercer o poder para a condução das condutas ou o estabelecimento das possibilidades, é

onde se estabelece o governo, não falando do Estado propriamente dito, mas a direção dos indivíduos e grupos de forma geral. Também não é algo dado, mas é composto por diversas forças atuando para governar os indivíduos.

Foucault (1988; 2003; 2008b) discute que o conceito de biopolítica é uma tecnologia de poder construída na modernidade. Ela tem como objetivo principal superar os problemas da vida em sociedade. A biopolítica utiliza dos diversos tipos de conhecimentos, desde ciências, estatísticos ou demográficos, além de mecanismos de vigilância e fiscalização disciplinares. É assim que controla a vida individual na sociedade. Assim, o Estado busca potencializar o Estado, para que sua força seja reconhecida e mantida. A biopolítica utiliza instrumentos administrativos e científicos para que o seu objeto, a população, seja compelida a seguir esses elementos políticos, visando maximizar a relação de poder do Estado para com o indivíduo. Ao traçar o paralelo entre os escritos de Foucault (1988; 2003; 2008b) com Ribeiro (1998), pode-se dizer que a biopolítica é uma ferramenta utilizada na qual a política encontra-se institucionalizada.

Destarte, agora discutirá sobre essa política institucional e o Estado, e qual elemento presente no mesmo será estudado nesse trabalho. Ribeiro (1998) discute a ideia que a política do modo como é vista usualmente é a principal forma de influência sobre o governo organizado através de um partido político, o qual por meio de eleição se consegue chegar ao governo, ou seja, consegue adquirir influência direta sobre o Estado. A eleição é o processo de tomada de decisão em que as pessoas mais identificam a política, o processo de escolha dos governantes. Esse processo político é fundamental para a nossa própria existência coletiva, legitimando o próprio regime democrático (RIBEIRO, 1998). Essa ideia é bastante importante nesse trabalho, pois a escolhida para a pesquisa deriva desse ambiente, o da política institucional, as mulheres pertencentes ao grupo político oriundo da eleição para cargos legislativos.

Ribeiro (1998) afirma que a institucionalização da política se dá em forma do Estado, visando estabelecer as diferenças entre os governantes e governados e institucionalizar essa diferença. Isso é feito através das ordens jurídicas, que regem

os comportamentos tanto do Estado quanto dos cidadãos, com o Estado detendo o “monopólio legítimo da violência” (RIBEIRO, 1998, p. 37). Weber (1982) concordava com essa ideia, afirmando que se não possuísse esse monopólio, o Estado sucumbiria, sendo essa era a sua finalidade. Dooyeweerd (1968) apesar de defender ideias semelhantes com as de Weber (1982) discorda nesse ponto, afirmando que a possibilidade de coerção não é a finalidade, mas que é o melhor meio para promover a justiça social.

O Estado tem três atribuições: elaborar leis, chamada de atividade legislativa; administrar negócios públicos, atividade executiva; aplicar a lei em casos específicos, atividade judiciária (RIBEIRO, 1998). Essas três atribuições principais foram sistematizadas por Montesquieu (2000), onde o mesmo acreditava que somente um poder paralelo poderia coibir o outro, pois nenhum teria autonomia absoluta sobre a sociedade. Ribeiro (1998, p. 41) discute que essas atribuições sempre existiram em relação ao ato de governar, onde “sempre houve alguém que formulou normas, alguém que as executou e alguém que as aplicou, notadamente em casos de conflitos ou problemas de interpretação. A separação entre essas três atividades[...] é [...] recente”. Esse trabalho será feito dentro do ambiente legislativo, onde segundo Ribeiro (1998, p. 42) “a função do legislativo é normalmente desempenhada por assembleias, ou parlamentos escolhidos das formas mais diversas”.

4 CAMINHOS PERCORRIDOS

Richardson (1999) afirma que o método de pesquisa é a escolha dos procedimentos para a análise e descrição de fenômenos. Assim, toda pesquisa deve ser planejada e executada seguindo as normas metodológicas previamente estabelecidas. É isso que o presente capítulo procura expor: os métodos e técnicas que foram adotados para que se responda o problema colocado, bem como chegou aos objetivos propostos. Além disso, descreve o instrumento de produção de dados que foi utilizado, a unidade de análise escolhida e a maneira como os dados foram tratados. Bauer, Gaskell e Allun (2002) afirmam que a descrição detalhada do método é fundamental para a pesquisa científica, sendo “o meio científico para a prestação de contas públicas com respeito a evidência” (p. 29) dos trabalhos.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Esse trabalho é um estudo empírico, que tem uma abordagem de pesquisa qualitativa. Buscou analisar a relação entre o indivíduo, a identidade e o meio que o cerca, fazendo com que isso não possa ser observado em números, sendo necessário uma pesquisa do tipo qualitativa, até porque foi nesse campo, analisando simbolismos e subjetividades que esse tipo de pesquisa se firmou (MINAYO; SANCHEZ, 1993). Ela também é empírica pois o pesquisador foi a campo buscando os significados dos dados a serem interpretados com base no referencial teórico, procurando a aproximação com a prática (DEMO, 1994).

Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma diminuição dos estudos qualitativos e aumento dos quantitativos nas Ciências Sociais. Entretanto na década de 70, já se observou uma volta de pesquisas qualitativas (BARROS; LOPES, 2014). Em seu estudo, Godoy (1995a) mostra que apesar do aumento de pesquisas qualitativas, a área das Ciências Sociais ainda tinha uma predominância das pesquisas quantitativas. Mas após a virada do milênio, Flick (2004) defende que a pesquisa qualitativa se estabeleceu nas Ciências Sociais e Humanas bem como na Psicologia, com enormes variedades de métodos. O autor ainda afirma que é essencial nesse

tipo de pesquisa a escolha desses métodos em concordância com as teorias que serão base para a pesquisa (FLICK, 2004). Segundo Godoy (1995a, p.63):

[...] os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias.

Ao contrário da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa considera a interação entre o pesquisador, “o campo e seus membros como parte explícita da produção de conhecimento [...]. As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2004, p. 22). Alencar (1999) explica que as metodologias qualitativas permitem desvendar o que está por detrás dos fenômenos pesquisados, permitindo a obtenção de detalhes intrínsecos, permitindo um aprofundamento detalhado de fenômenos sociais. Chizzotti (2010) corrobora com essa ideia, afirmando que nas pesquisas qualitativas o pesquisador deve adentrar nas ideias, valores e intenções do produtor da mensagem para que possa compreendê-la.

4.2 SUJEITO DE PESQUISA

O sujeito dessa pesquisa deriva da política institucional legislativa, através de uma Câmara de Vereadores em uma cidade do interior da Bahia, onde foi escolhida uma mulher que exerce mandato de vereadora e está no seu terceiro mandato. É importante ressaltar que durante esse trabalho, os dados que podem identificar a participante da pesquisa não serão colocados, como por exemplo a cidade da escolhida, pois foi constatado, assim como no trabalho de Gonçalves (2008), que existe uma quantidade de possíveis pesquisadas muito pequena, caso exposto alguns dados como o exemplificado, pode identificá-la facilmente. Sendo assim, a participante dessa pesquisa será uma vereadora de uma cidade no interior baiano. No projeto, foram estabelecidos três critérios principais para a seleção dessa mulher participante: ter exercido mais de um mandato eletivo no cargo de vereadora em cidade da unidade da federação pesquisada; ter atuado pelo menos seis anos nesse

cargo; e ter feito parte de alguma luta por espaço para as mulheres na política. A escolha do período de seis anos é que muitas vezes um indivíduo se elege mas vai exercer cargos no executivo. Como um dos focos dessa pesquisa é uma construção dentro da Casa legislativa que a mesma atuou, não fazia sentido ela ter ficado fora nos mandatos. A escolhida cumpre todos os critérios, pois está indo para seu terceiro mandato, cumprindo os 8 anos sem nenhuma licença, bem como faz políticas voltadas para a participação de mulheres em sua cidade.

Bauer e Aarts (2002) informa que é muito importante o pesquisador escolher corretamente o tamanho do *corpus*, pois é necessário que seja condizente com o método escolhido e com os objetivos. Nesse trabalho, optará por trabalhar com a história de vida, fazendo a escolha de uma participante, o que é o comum nesse método. Bauer e Aarts (2002) sugeriram que o pesquisador deve analisar o tempo disponível para entrevistar e analisar os dados obtidos, restringindo o tamanho do *corpus*. Os autores ressaltam que por pesquisas qualitativas apresentarem muito material interessante, faz com que o pesquisador não consiga lidar com alguns dados, gerando assim uma análise do material de forma superficial. Isso também foi um fator que observado nessa pesquisa, mas também porque a utilização da história de vida não deve ser feita com mais de um indivíduo.

Gaskell (2002) explica que as escolhas dos participantes em pesquisas qualitativas são bem diferentes das escolhas de pesquisas quantitativas, mas isso não deve ser feita de forma aleatória. Na pesquisa qualitativa é utilizada a palavra seleção e não amostragem por boas razões já que na pesquisa qualitativa não busca levantar opiniões ou contar pessoas, mas sim explorar o espectro de opiniões e as representações do tema trabalhado (GASKELL, 2002). Sendo assim, essa pesquisa ao selecionar a participante, observou os diversos aspectos em relação a sua atuação na Câmara Legislativa pesquisada bem como sua atuação em políticas voltadas para mulheres em seu partido.

4.3 PRODUÇÃO DE DADOS

Essa pesquisa trabalha com o método biográfico de história de vida para a produção dos dados. Houve um crescimento de pesquisas que utilizam do método biográfico nas últimas décadas, entre eles o método da história de vida. A ideia de contar sua história é interessante pois ela se adequa a diversos tipos de conhecimentos nas suas mais variadas demandas (BARROS; LOPES, 2014). Barros e Lopes (2014) afirmam que as abordagens que trabalham com biografias, entre as quais está a história de vida, já possuem algum tempo. Ela vem desde a Escola de Chicago, caracterizada por pesquisas empíricas com idas ao campo frequentemente. É destacado que a utilização de métodos de pesquisas diferenciados como a utilização de documentos pessoais e os relatos de vida não eram cerceados dentro da Escola de Chicago, era incentivado. No início da década de 1930 algumas pesquisas se utilizando o método da história de vida foram feitas dentro dessa Escola. Essa abordagem metodológica se expandiu e cresceu no mundo. Apesar disso, no Brasil as abordagens biográficas não possuem muito espaço no campo das ciências, sendo incorporadas apenas entre o final da década de 1980 e início de 1990 (BARROS; LOPES, 2014).

Queiroz (1988) discute que na história de vida, o informante tenta reconstruir os acontecimentos que viveu em um determinado tempo, fazendo com que a abordagem do pesquisador ao colher esse relato ou depoimento seja fundamental na condução de todo o processo. Trabalhar com as histórias de vidas é uma experiência muito valiosa, pois através dela pode se entender muito sobre as práticas sociais e a vida em sociedade dos indivíduos, observando como se dá as relações sociais que constroem o seu mundo e que também são construídas por eles (BARROS; LOPES, 2014). Para Becker (1999), a história de vida contribui de forma única para as pesquisas, pois ela pode dar sentido em processos que antes eram sub-explorados. É importante levar em consideração alguns aspectos, como Barros e Lopes (2014, p.42) afirmam:

Ao contrário do que poderia parecer o triunfo do individualismo, as histórias de vida recolocam o ser humano na dimensão concreta de sua experiência, no centro da cena, o que significa colocá-lo diante de seu próprio desdobramento especular, que é o relato de todos. Ou seja, o que se manifesta através do relato e nele se reconstrói é o campo da subjetividade,

com seu caráter individual, singular, único, construído concretamente na experiência do coletivo.

Para Fernandes (2010), os indivíduos que aceitam transmitir sua experiência ao outro, deve fazer com prazer, assim como isso deve ser demonstrado pelo pesquisador, pois ao estabelecer essa relação, as lembranças e a fluidez do relato ocorrerão de maneira rica. A produção de histórias de vida não é uma tarefa fácil, fazendo com que a relação que se estabelece entre o pesquisador e informante seja fundamental para o andamento da entrevista (FERNANDES, 2010).

Queiroz (1991) traz a história de vida como uma das técnicas mais interessantes para se utilizar em estudos sociológicos. Para a autora, na coleta do material, deve se utilizar de três instrumentos: o depoimento gravado, a ficha do informante e o diário de campo, sendo que o último e o primeiro são indispensáveis. Os diários são responsáveis por registrar alguns pontos que possam passar despercebido na transcrição da entrevista, bem como as anotações que descrevem todas as condições em que acontece aquela entrevista. Nesse trabalho, foram elaborados diários de campos de todos os dias gravados, bem como mais um diário de um encontro que não foi gravado. Além disso, Queiroz (1991) discorre sobre a importância do próprio pesquisador ser também quem transcreve a gravação, pois ele participou de todo o processo, o qual seria um exercício da memória.

Barros e Lopes (2014) afirmam que não existe uma maneira de agir ao recolher uma história de vida para uma pesquisa científica. Essa metodologia não deve ser vista como “uma busca de leis, mas como uma busca de conhecimento sobre determinadas situações, contextos, temáticas, como um trabalho de elucidação progressiva de uma realidade no movimento histórico das relações sociais” (BARROS; LOPES, 2014, p.54). Fernandes (2010) enfatiza o processo da passagem das falas para o texto.

Passar o “relato” do oral ao escrito não é tarefa fácil, pois algumas fórmulas só são utilizadas oralmente. De outro lado, a comunicação oral não se limita ao texto; há toda uma gama de entonações, de gestos, de pausas, de eloquentes silêncios, impossíveis de serem traduzidos nos limites da escrita (FERNANDES, 2010, p. 23).

Essa metodologia permite uma abordagem histórica com maior flexibilidade, democratizando a voz a ser escutada, não só dos dominantes. Sendo assim, é indispensável na história de vida buscar escutar as pessoas cujos discursos foram calados na história (SILVA *et al* 2007; BARROS; LOPES, 2014). Um dos objetivos da metodologia da história de vida é o alcance de uma realidade que perpassa o narrador. Através desse método, há uma tentativa de compreender o universo no qual o pesquisado fez ou faz parte, mostrando como os fatos sociais exercem relação simultânea com as subjetividades (SILVA *et al*, 2007).

Silva *et al* (2007) discute também que o método história de vida possui algumas particularidades: “o vínculo entre pesquisador e sujeito, a questão da relação estabelecida, o sentido que o sujeito dá para sua história e sua re-significação(sic) e condição do discurso ser uma ponte entre o social e o individual” (p.32). Na história de vida existe uma relação de cumplicidade entre o pesquisador e pesquisado, possibilitando ao que relata ressignificar a construção do sentido das situações vividas (SILVA *et al*, 2007). Bosi (2004) discute em seu trabalho de forma semelhante e afirma que o vínculo entre o pesquisador e pesquisado é fundamental para o bom andamento da pesquisa, até porque não é apenas um encontro para se colher o relato, mas sim vários, sendo indispensável a confiança do sujeito que narra sua vida. A qualidade do trabalho em muito se deve a essa relação estabelecida. É importante ressaltar que o método de história de vida é um processo de construção conjunta entre o pesquisador e o pesquisado, no qual há a ressignificação da trajetória (SILVA *et al*, 2007).

Bauer, Gaskell e Allen (2002) trazem que na pesquisa social há um interesse em dados formais, ou seja, no que as pessoas se expressam espontaneamente, o que ela pensa em relação sobre determinados temas, suas ações e os outros, isso acima dos dados informais, apesar de ambos possuírem importância. Os dados formais desse trabalho serão frutos das gravações dos relatos de história de vida da pesquisada.

Dessa forma, obtive com a participante 13 encontros para recolhimento da história de vida, 11 gravados, sendo que a duração foi em média de 40 minutos. Os encontros

gravados foram realizados no gabinete da participante, onde estava presente somente o pesquisador e a própria. Entre os encontros sem serem gravados, um foi uma doação de sangue do pesquisador no trabalho da participante, onde o mesmo aproveitou para fazer algumas observações e perguntas aos colegas da mesma. Esses encontros geraram 13 diários de campo, que foram elaborados no mesmo dia, onde o pesquisador escreveu particularidades desses momentos. As transcrições foram feitas pelo próprio pesquisador e feitas em sua maioria entre um encontro e outro. Elas foram feitas utilizando o software *Express Scribe Transcription* como auxiliar, para facilitar e otimizar o tempo de transcrição. As transcrições deram mais de 100 laudas.

Para mais, foi feita uma análise documental, incluindo leis, matérias de jornais e de blogs. Os documentos de texto foram acessados principalmente por meio eletrônico. As principais fontes desses dados foram os sites dos Tribunais Superiores Eleitorais e de Casas Legislativas. Godoy (1995b, p.68) afirma que “a análise de documentos se constitui numa valiosa técnica de abordagem de dados qualitativos, podendo ser também utilizada para complementar informações obtidas”. Para Cellard (2008) os documentos são importantes fontes para os pesquisadores das ciências sociais, pois ela pode representar, quase que totalmente, as atividades humanas de determinadas épocas. O autor ainda traz que o uso de documentos permite analisar a dimensão do tempo no estudo social, favorecendo uma observação mais detalhada do processo histórico de indivíduos, grupos, práticas, dentre outros (CELLARD, 2008). É importante frisar que os documentos serão dados secundários nessa pesquisa e em sua maioria foram utilizados para a construção do capítulo 5.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de dados, o pesquisador buscou uma análise que fosse feita dentro do tempo e que o mesmo tivesse alguma experiência, possibilitando o melhor aproveitamento dos dados produzidos pela história de vida (BAUER; AARTS, 2002). Assim, a técnica escolhida foi análise de conteúdo (AC), criando as categorias a

posteriori. A AC não é uma simples descrição da mensagem, mas ela considera a importância da mensagem (gestos, documentos, falas, etc.) e da maneira de se expressar dos participantes (FRANCO, 2008). Bardin (1977) afirma que a AC é um conjunto de técnicas que busca obter, por meio da sistematização e objetividade, indicadores que permitam inferir em cima desses conhecimentos. Campos (2004) concorda e diz que “produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo (p. 613). Sendo assim, a análise de conteúdo é um método que possibilitam a identificação de um conteúdo com a perspectiva teórica utilizada (FRANCO, 2008). É importante afirmar que este tipo de análise já tem sido utilizada em pesquisas de gênero e poder (CAPPELLE, 2006).

Para AC se utilizou da elaboração das categorias, que para Bardin (1977), é uma AC qualitativa, nos quais são agrupados textos que possuem relações. Cappelle (2006) afirma que essa técnica “consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias) segundo reagrupamentos analógicos” (p. 148) visando descobrir “núcleos de sentido, ou temas com as quais compõem uma comunicação” (p. 148). A análise e a categorização foram feitas com base no referencial teórico utilizado. Os relatos foram analisados e são recontados de modo cronológico, acreditando que assim, se torna mais fácil o entendimento.

A história de vida será narrada de forma que evidencie as construções sociais, como foco no gênero, que constituíram o modo de ser da pesquisada. Assim, foram consideradas as seguintes categorias visando responder a problemática e os objetivos propostos nesta pesquisa: 1- **Infância e saída do lar**; 2- **O mundo do trabalho**; 3- **O mundo da política**; que manifestaram no campo empírico e serão analisadas no capítulo 6.

4.5 O PESQUISADOR, O CAMPO E A PESQUISADA

Esse tópico tem por objetivo relatar algumas experiências no campo empírico, bem como discutir sobre alguns posicionamentos do pesquisador. Ele foi feito após a banca

de qualificação, pois ocorreram provocações dos professores presentes para que fosse posicionado o pesquisador nessa pesquisa. A entrada do pesquisador ao campo se deu praticamente quatro meses após a aprovação da banca de qualificação, pois nesse período foram feitos os concertos e as reflexões provocadas pelas professoras da banca, além de algumas tentativas frustradas de contato com algumas possíveis participantes, tentativas que estão descritas no Apêndice I. Mas antes de relatar sobre a imersão do campo, farei algumas considerações importantes. Ainda nesta seção, ao final estão descritos alguns procedimentos éticos adotados.

Em seu artigo, McDonald (2013) leva a reflexão sobre a influência do pesquisador em pesquisas sobre identidade, indagando se os homens são capazes de pesquisar as mulheres ou brancos estudarem negros. O autor afirma, assim como esse trabalho vem tratando, as identidades não são estáveis e de fácil identificação, sendo assim, “as identificações das pessoas com determinadas categorias de identidade pode mudar” (MCDONALD, 2013, p. 140, tradução própria). Dessa maneira, McDonald (2013) dá algumas dicas para a investigação na pesquisa. O autor trata que na diferença categorial dos indivíduos, não se deve acreditar que algumas categorias identitárias são melhores que outras. Além disso, quem pesquisa, deve evitar fazer suposições sobre o que atribuiu a certas identidades sociais, tanto dele, quanto dos participantes (MCDONALD, 2013).

Durante a elaboração do referencial teórico desse trabalho, notou-se que a maioria dos estudos referentes ao tema, eram feitos por mulheres. Apesar disso, McDonald (2013) afirma que todos os pesquisadores, se identificando ou não com o grupo, são limitados. Ele diz que não importa se é homem estudando mulher ou brancos estudando negros, mas todos estão limitados pela categorização, que tenta colocar seres heterógenos e muito diferentes em um grupo específico. Além disso, todos os pesquisadores e pesquisados possuem histórias particulares que influenciam na pesquisa. Sendo assim, McDonald (2013) propõe a reflexividade em todo o período de pesquisa, principalmente sobre alterações identitárias, tanto do pesquisado quanto dele próprio. O autor afirma que:

No espírito da diferença reflexiva, pesquisadores devem sempre atentar as maneiras em que suas identidades, bem como a identidade dos seus participantes, podem estar mudando em futuros projetos de pesquisa, bem como evitar fazer suposições sobre seus participantes com base das identidades sociais que atribuem a eles. Como as identidades são fluidas e em constante transformação, não há nenhuma maneira de saber a priori como aspectos particulares da nossa identidade vai fazer a diferença no campo (MCDONALD, 2013, p.141, tradução própria).

Destarte, o pesquisador desse trabalho buscou seguir as orientações em pesquisas identitárias propostas por McDonald (2013), em todos os períodos. A começar na escolha do referencial, que foi até aquele momento, algo que o pesquisador nunca havia trabalhado. Nos encontros para a coleta dos relatos, sempre que antecedia os próximos, o pesquisador ouvia o anterior para refletir sobre os aspectos identitários que podem ter passado despercebidos, para que após a história de vida, o pesquisador perguntasse sobre esses pontos. Ressaltando isso, o próximo subtópico deixará o leitor ciente de como se deu o estabelecimento da relação entre o pesquisador e a pesquisada, bem como a relação algumas experiências vividas no campo.

4.5.1 Ética e Responsabilidade.

Logo após a aprovação da Banca de Qualificação e as alterações solicitadas, o pesquisador deu entrada no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) em junho de 2016. É importante explicar que até aquele momento, o pesquisador iria fazer o seu trabalho com uma deputada estadual, por conta disso, o parecer emitido pelo CEP ainda dispõe de dados referentes a essa pesquisada. Após conversa com o professor-orientador, por não ter alterado nada dos procedimentos metodológicos e objetivos, apenas a pesquisada que era deputada estadual para vereadora, notou que a pesquisa não sofreu alterações significativas. Dessa forma, o pesquisador não submeteu novamente ao Comitê para que o tempo de resposta do CEP, não inviabilizasse o andamento da pesquisa. Ressalta-se que este trabalho foi realizado seguindo as diretrizes estabelecidas na Resolução do Conselho Nacional de Saúde, nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2013); sendo aprovado

pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, Campus Goiabeiras, conforme Parecer Consubstanciado nº 1.775.770 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 57393316.6.0000.5542, no dia 14 de Outubro de 2016 (ANEXO A).

Antes da realização dos encontros gravados, no primeiro encontro com a participante, o pesquisador explicou de forma clara e explícita a pesquisa e que os dados eram confidenciais, além disso, seu nome seria trocado por outro fictício para mantê-la no anonimato. Nesse encontro o pesquisador explicou sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁵ e solicitou a assinatura das duas vias por parte da participante, onde o mesmo assinou a via da participante e recolheu a dele. No segundo encontro, antes de iniciar as gravações, o pesquisador perguntou se haveria alguma dúvida mais sobre o TCLE, não havendo, começou o segundo encontro. Em cada encontro, o pesquisador solicitava a autorização para gravação do relato. Foram feitos 13 encontros, dos quais 11 foram gravados, que renderam aproximadamente de 10 horas de gravação e mais de 100 laudas de transcrição integral. As transcrições e entrevistas serão destruídas no máximo 5 anos após esse trabalho. Assim, o próximo capítulo fará análise de dados sobre a entrada das mulheres na política e no posterior a análise da história de vida.

⁵ O TCLE se encontra disponível no Apêndice I

5 AS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Esse presente capítulo discorrerá sobre o ambiente em que a pesquisada está inserida, analisando-o para que explique como é o contexto que a história de vida é contada. Além disso, responde o primeiro ponto dos objetivos específicos, discutindo a entrada das mulheres nos cargos eletivos na Bahia e no Brasil. É feito um panorama histórico sobre a entrada das mulheres na política nacional, bem como no estado da Bahia. Esse panorama foi feito a partir de análises documentais, principalmente os disponibilizados pelo *site* do TSE, onde apresenta as estatísticas de eleições anteriores; além disso, foram analisados trabalhos bibliográficos e acadêmicos sobre a temática, buscando atualizar e dialogar com os documentos, e principalmente, com essa pesquisa.

5.1 ENTRANDO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL BRASILEIRA

A luta começa desde a busca pelo direito a voto. Na primeira metade do século XIX, José Bonifácio colocou em discussão o voto feminino na Primeira Câmara dos Deputados Gerais do Império. A partir daí, na segunda metade do mesmo século, diversas manifestações femininas foram surgindo, sendo um momento de constantes lutas e buscas pelo direito a voto feminino, no qual ainda assim, nada foi conquistado (COSTA, 1998). Virando o século, Leolinda Daltro, fundou o Partido Republicano Feminino e lutou para que em 1919 algum senador colocasse em pauta a discussão do voto feminino. Mas depois de muitas outras lutas e discussões em 1932 um decreto permitiu esse direito, apesar do estado do Rio Grande do Norte já havia permitido o direito ao voto feminino, desde que a mulher fosse alfabetizada, em 1927. O estado do Rio Grande do Norte saiu a frente também na eleição de uma prefeita, onde a cidade de Lajes possuiu a primeira da América do Sul no ano de 1929 (BRASIL, 2015).

No Brasil, a primeira deputada para a Câmara dos Deputados eleita foi Carlota Pereira de Queiroz, pelo estado de São Paulo, no ano de 1934. Bertha Lutz foi eleita como suplente nesta mesma eleição pelo Rio de Janeiro, assumindo em 1936. Em seguida, ocorreu a eleição de Antonieta de Barros, que foi a primeira deputada estadual negra,

sendo eleita pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1935. No Senado, Eunice Michiles, do Amazonas, que apesar de ser suplente, assumiu a cadeira em 1979 após a morte do titular. Após isso, no ano de 1981, Laélia de Alcântara foi a primeira senadora negra da história e terceira mulher a exercer esse cargo. Em cargos executivos, a primeira governadora, Iolanda Fleming, exerceu o cargo em 1986, mas foi eleita como vice-governadora do Acre e assumiu apenas pelo afastamento do titular para concorrer ao Senado. Eleita, a primeira governadora foi Roseana Sarney no ano de 1994 pelo estado do Maranhão. Prefeita de uma cidade importante, tem Luiza Erundina em 1988 na cidade de São Paulo, maior e mais importante cidade brasileira. Para a presidência, o Brasil elegeu em 2010 Dilma Rousseff (BRASIL, 2015; COSTA, 1998).

Ridenti (1990) ao estudar a relação das mulheres brasileiras com a política nas décadas 60 e 70, notou que muitas mulheres participaram da luta armada contra o regime militar no Brasil. Segundo o autor, a participação política das mulheres naquele período foi quando elas passaram a intervir significativamente no cenário político, seja apoiando ou combatendo a ditadura. Naquele momento, uma boa parcela dos combatentes daquele regime era composta por mulheres, números muito relevantes e acima da média de participação na vida pública feminina, pois a norma era a não participação das mulheres na política. Em alguns casos, chega a ter entre 20% e 35% da participação de mulheres em grupos contrários a ditadura militar, inclusive grupos armados (RIDENTI, 1990). Costa (1998) afirma que a partir da década de 70, os partidos começaram a valorizar o eleitorado composto por mulheres, aumentando o número de candidatas e incorporando demandas feministas aos programas partidários, principalmente os partidos de esquerda.

Com o fim da ditadura militar, a Constituição de 1988 passou a ser um marco significativo para o país bem como para a luta feminina, pois ela instituiu a isonomia entre os indivíduos, ou seja, a igualdade de direitos e obrigações de todos perante a lei e sem distinções, inclusive no voto. Homens e mulheres passaram a ser tratados pela lei iguais na vida familiar, no trabalho e na vida em sociedade (CORTÊS, 2012). A partir desse momento, foram adquiridas algumas conquistas, como a do ano de

1995, que ocorreu a aprovação de uma lei que garantiu uma cota para gênero de 20% de candidaturas nas eleições de 1996, cuja cota passou em 1997 a ser de 30% em qualquer eleição do poder legislativo. Essa cota não é direcionada exclusivamente para as mulheres, mas sim que nenhum dos sexos pode dispor mais de 70% das candidaturas do partido (BRASIL, 2015). Costa (2010) ao discutir sobre a política de cotas, afirma que ela pode contribuir no aumento de mulheres candidatas, mas não há garantia que elas farão parte da política institucional, pois para isso devem ser eleitas. Isso é observado que após 20 anos que foi implementado esse sistema, não há o mínimo equilíbrio entre os sexos ocupantes de cargos eletivos. Grossi e Miguel (2001) e Miguel (2000) ao comentarem sobre a política de cotas, afirmam que as mulheres foram desestimuladas durante séculos a participar desse processo político e não será com rapidez que mudará esse quadro. A autora diz que “as cotas trazem o outro, a mulher, para a política. Transformam culturalmente, incomodam, questionam e mexem no Poder. Propiciam mudanças na mentalidade política e nas práticas políticas” (MIGUEL, 2000, p.178).

Feitosa (2012) afirma que o crescimento de candidatas não aumenta diretamente o número das eleitas, fazendo com que o desempenho não seja limitado por esse fator. A autora discute que o principal limitador para a participação de mulheres na política são os recursos, que vão desde à recursos materiais até presenças em meios de comunicação (FEITOSA, 2012). Romero, Figueiredo e Araújo (2012) discorrem que até a ocupação do horário gratuito de propaganda eleitoral demonstra um desequilíbrio entre homens e mulheres, no qual os partidos possuem preferências por candidatos masculinos. Nessas propagandas, há um reflexo da sub-representação feminina na política. Em seu trabalho, Sacchet e Speck (2012, p.448) discutem sobre os financiamentos das campanhas de homens e mulheres e observam que “há diferenças significativas entre o financiamento das campanhas de homens e mulheres”. Os autores chegaram a conclusão semelhante Feitosa (2012), afirmando que os financiamentos de campanhas ajudam na explicação do baixo desempenho das mulheres nas eleições (SACCHET; SPECK, 2012).

Araújo (2010) traz alguns outros pontos importantes para a discussão sobre o acesso das mulheres na política institucional. Ela comenta que o parentesco é uma importante rota para essa entrada, onde existe a utilização do capital eleitoral proveniente de alguém do sexo masculino na família. Outro ponto notado pela pesquisadora, é que as mulheres normalmente exerciam cargos no secretariado pertencentes aos executivos municipais ou estaduais, sendo estes muitas vezes também, por influência de algum parente do sexo masculino, fazendo com que seu ingresso direto no cargo eletivo fosse algo raro. Por fim, foi observado que a militância partidária é outro fator preponderante para que a mulher fosse inserida num contexto de disputa eleitoral (ARAÚJO, 2010). Após essa discussão sobre a entrada das mulheres na política institucional no Brasil, a próxima seção discorrerá sobre como se apresenta o quadro de mulheres nessa política no Brasil atualmente.

5.2 QUADRO ATUAL DA MULHER NA POLÍTICA NACIONAL

Apesar do aumento das mulheres na vida política institucional, as dificuldades não se extinguiram. O Brasil teve a primeira presidente eleita em 2010 e reeleita em 2014, o que representou uma grande conquista. Todavia, ela sofreu um processo de impeachment/golpe, muitos alegando como uma discriminação de gênero para com ela. Isso não posso afirmar, mas o que se pode afirmar é que a questão discriminatória se deu até nas discussões de como seria a forma de tratamento a ser adotada em relação a Dilma Rousseff, se chamaria de presidente ou presidenta, ela preferiu a segunda, mas muitos não respeitam essa escolha.

A controvérsia gerada pela atitude mostra o quanto, em pleno século 21, os preconceitos continuam arraigados e se apresentam às vezes de modo mais explícito, outras de maneira disfarçada e tênue, disputando até mesmo o campo semântico da designação feminina na ocupação de cargos de poder (BRASIL, 2015, p.20).

Feitosa (2012) afirma que o crescimento de candidatas mulheres concorrendo com chances reais, inclusive para à Presidência da República não aprofundou o debate sobre a sub-representação feminina nas instâncias decisórias da política institucional. Isso é observado nos partidos políticos, nos quais muitos ainda são resistentes à

participação de mulheres na política, fazendo com que a entrada delas nesse local seja por meio de instituições da sociedade civil (FEITOSA, 2012). Wright, Azevedo e Santana (2012) afirmam que apesar do aumento de candidaturas de mulheres à Presidência, isso não aumentou o número de candidatas em outros cargos. Para as autoras “o exemplo do ‘alto’ talvez não atinja o funcionamento da máquina partidária nos estados” (WRIGHT; AZEVEDO; SANTANA, 2012, p.274, grifo das autoras). Brasil (2016) afirma que esse “cenário é atribuído por um desinteresse tido por natural das mulheres pela política, quando, de fato, pudemos concluir que as barreiras ao ingresso da mulher [...] são de fundo cultural e decorrentes do próprio poder hierárquico dominante” (p. 223).

Tanto Bohn (2008) quanto Feitosa (2012, p.164) constatam que “os eleitores estão mais dispostos a votar tanto em homens como em mulheres em igualdade de condições, enquanto os partidos e, sobretudo, as elites políticas mostram um conservadorismo exacerbado”. Feitosa (2012) demonstra em seu estudo que o Brasil possui uma das menores taxas de representação feminina da América, e segundo dados de Brasil (2015), o Brasil consegue ser um dos piores em regimes democráticos mundialmente em relação a esse dado também. Apesar disso, observa-se que as mulheres estão conquistando mais participação em Casas Legislativas.

ANO	MULHERES	HOMENS	DEPUTADOS FEDERAIS	PORCENTAGEM DE MULHERES
1990	29	474	503	5,6%
1994	32	481	513	6,2%
1998	29	484	513	5,6%
2002	42	471	513	8,2%
2006	46	467	513	8,9%
2010	45	468	513	8,7%
2014	51	462	513	9,9%

Figura 1: Eleição para Câmara dos Deputados

Fonte: Elaboração própria com dados de Brasil (2015) e do TSE

Existe um crescimento do número de mulheres atuando na Câmara dos Deputados, apesar que, o crescimento ocorre de forma lentíssima (Figura 1). Após a implementação das cotas para candidatas, isso não gerou um impacto direto no número de eleitas. O número de deputadas nunca chegou a ocupar 10% dos eleitos nessa Casa legislativa, no máximo foi 9,9% no ano de 2014. Esses números mostram

que apesar de adentrar no ambiente decisório legislativo, as mulheres ainda são sub-representadas, pois elas são 52% do eleitorado e 51,3% da população brasileira (BRASIL, 2015). Araújo e Borges (2012), em sua pesquisa, constatam que literatura corrobora com essas afirmações, pois apesar do crescimento da participação feminina, a Câmara dos Deputados é o principal exemplo dessa sub-representação. Miguel e Feitosa (2009) afirmam que a presença de mulheres na Câmara dos Deputados, não representa a capacidade igual de influencia na formulação de políticas e na produção das representações do mundo social. Para eles, a associação de mulheres com os temas de menor relevância na discussão, ajuda a mantê-las à margem no parlamento (MIGUEL; FEITOSA, 2009). Machado e Steffenon (2012) discorrem que seu estudo descobriu que um importante elemento para as mulheres se elegerem deputada federal, era a utilização de mídias digitais como *blogs* e *sites*, fazendo com que suas chances de eleição segundo a pesquisa, seja três vezes superior.

Miguel e Feitosa (2009) ao estudarem a fala parlamentar no plenário da Câmara dos Deputados notaram que as mulheres tratam mais de temas como direitos humanos, já os homens, tratam da política econômica e tributária. Os autores observaram também, que dos 144 deputados mais influentes, apenas seis eram mulheres, o que daria um número de 8,1%, número próximo da porcentagem de eleitas, mas que “as mulheres que conseguem integrar a elite da Câmara mostram um perfil muito mais próximo de seus colegas do sexo masculino” (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 215).

ANO	MULHERES	HOMENS	SENADORES	PORCENTAGEM DE MULHERES
1990	2	29	31	6,5%
1994	4	51	55	7,2%
1998	2	25	27	7,4%
2002	8	46	54	14,8%
2006	4	23	27	14,8%
2010	7	47	54	13%
2014	5	21	27	18,5%

Figura 2: Eleição para o Senado Federal*

Fonte: Elaboração própria com dados de Brasil (2015) e do TSE

* O mandato no Senado Federal tem a duração de 8 anos

Em relação ao Senado Federal (Figura 2), observa-se que apesar de aparentemente as mulheres possuírem mais representatividade que na Câmara, os números são enganosos. Mesmo a última eleição, o crescimento de senadoras eleitas chegou a quase 20%, e ao somar com as eleitas 4 anos antes, o número de mulheres no Senado corresponde a 14,8%. Em seu trabalho, Brasil (2016) demonstra um quadro ainda pior, pois além da quantidade de eleitas serem poucas, a quantidade de suplentes mulheres é menos ainda, apenas 1 senadora possuía como 1ª Suplente mulher, ou seja, uma mulher poderia substituir outra, os homens, nenhuma mulher o substituiria como primeiro suplente.

Brasil (2016) ao criticar essa sub-representação no Senado Federal, afirma que entre 1979 e 2014, a quantidade de mulheres eleitas para essa casa legislativas não chega a preencher o total de cadeiras de uma única legislatura. A autora diz que as mulheres que adentram ao Senado, em sua maioria, são mais qualificadas profissionalmente que os homens. Apesar disso, não conseguem chegar aos espaços mais privilegiados como a Presidência da Casa ou Presidência ou Vice-presidência de Comissões Permanentes.

Wright, Azevedo e Santana (2012) ao estudar sobre a participação de mulheres no Senado Federal observou que existe influência no tamanho e na ideologia dos partidos para que se lance candidatas mulheres. Partidos que possuem “grandes caciques” espalhados pelo país, como o PMDB, não lançam candidatas ao Senado por esses cargos serem normalmente ocupados por eles. Já partidos que possuem ideologias tendentes para a esquerda são os que possuem mais candidatas ao Senado e, principalmente, as têm no Nordeste e Centro-Oeste (WRIGHT; AZEVEDO; SANTANA, 2012). Ao analisar os projetos de lei no Senado na 54ª legislatura, Brasil (2016) afirma que:

A análise da sanção de projetos de lei do Senado nos traz um diagnóstico assustador, indicando uma nítida relação de desigualdade entre senadores e senadoras, que fez com que durante a legislatura estudada nenhum projeto de autoria das senadoras fosse convertido em lei e ingressasse no ordenamento jurídico vigente, evidenciando um significativo *gender gap*, na comparação com os projetos sancionados de autoria dos senadores. Isto significa que a presença reduzida de mulheres se torna determinante para a persistência da desigualdade. Ao que se nota, ao resolver o problema da

exclusão, ou seja, do reconhecimento, inserindo formalmente a mulher como sujeito, o direito agora se depara com a questão da desigualdade, isto é, má distribuição e ausência de representação, como gargalos para a existência de uma democracia plena (p.228).

Bohn (2007) afirma que o problema da desigualdade no Senado brasileiro não é único. Seu trabalho compara a eleição de senadoras no Brasil e dos Estados Unidos da América, demonstrando que esse problema não é apenas de países redemocratizados há pouco tempo, mas também de democracias avançadas. Falar de mulheres no Senado Federal é falar em desigualdade até no incentivo do financiamento das campanhas, nas quais os custos dos votos são desproporcionais (BRASIL, 2016). Os números desiguais não são apenas no legislativo, mas também no executivo como demonstra a Figura 3.



Figura 3: Participação feminina na política institucional

Fonte: Brasil (2015, p. 40)

*5 eleitas, somadas às outras 9 que já estavam em exercício.

A participação das mulheres em cargos legislativos ainda é muito maior que nos cargos executivos (Figura 3). A sub-representação das mulheres na política institucional demonstra que ações afirmativas, como as cotas devem ser questionadas quanto a sua eficácia (BRASIL, 2015; FEITOSA, 2012).

Na política institucional local, o quadro de sub-representação feminina se repete. Fleischer (2002) ao analisar as eleições municipais de 1982 à 2000, notou que as mulheres foram conquistando espaços, mesmo que limitadíssimos. Em seu estudo Costa (1998) também chegou a conclusão que o número de mulheres prefeitas e vereadoras são insignificantes. Isso pode ser observado na Figura 4:

ANO	MULHERES	HOMENS	PREFEITOS	PORCENTAGEM DE MULHERES
1992	171	4.803	4.974	3,4%
1996	302	5.204	5.506	5,5%
2000	317	5.242	5.559	5,7%
2008	504	5.022	5.526	9,1%
2012	657	4.890	5.547	11,8%
2016	637	4.833	5.570	11,4%

Figura 4: Prefeitos eleitos no Brasil*

Fonte: Elaboração própria com dados de Fleischer (2002) e do TSE

* Os dados de 2004 não estavam disponíveis por sexo no site do TSE.

Observa-se que o crescimento de mulheres eleitas para prefeituras possui números percentuais bem parecidos com os de deputadas federais, demonstrando que a sub-representação nas políticas locais também é visível. A quantidade máxima chegou à aproximadamente 12% do total de eleitos, mas o quadro é diferente do legislativo.

Blay (2015) afirma que ao contrário dos homens na política, as mulheres que concorrem aos cargos eletivos não são das camadas mais ricas da sociedade, mas a maioria são professoras. A autora notou que a maioria das eleitas também nunca haviam ocupado cargo eletivo anteriormente, ao contrário dos homens, que antes de concorrer a ser prefeito, concorreram e ocuparam cargos eletivos. Em seu estudo, Barbosa (2008) afirma que as disputas eleitorais municipais onde mulheres se elegem, têm ajudado na consolidação da democracia brasileira. Para essa autora, “a partir do momento que os eleitores de município elegem uma mulher, outras se interessam de participar mais ativamente do processo democrático” (BARBOSA, 2008, p.22). Barbosa (2008) afirma que o parentesco é muito importante para o lançamento da mulher em cargos eletivos, mas não é o principal responsável pela manutenção e reeleições.

ANO	MULHERES	HOMENS	VEREADORES	PORCENTAGEM DE MULHERES
1996	4.762	42.720	47.382	10,0%
2000	6.454	49.029	55.483	11,6%
2004	5.872	45.947	51.819	11,3%
2008	6.504	45.399	51.903	12,5%
2012	7.655	49.779	57.434	13,3%
2016	7.789	49.905	57.694	13,5%

Figura 5: Vereadores eleitos no Brasil*

Fonte: Elaboração própria com dados de Kerbauy (2005) e do TSE

* Os dados de 1992 disponíveis encontrados não foram confiáveis

Em relação as vereadoras (Figura 5) Kerbauy (2005) afirma que “a maioria das mulheres vereadoras têm grau de instrução um pouco mais elevado do que os homens” (p.341). Bohn e Catela (2016) afirmam que as cotas ajudaram a participação de mulheres no legislativo, mesmo que com números muito baixos. Para as autoras “a cota, enquanto instrumento de inserção de curto prazo, é relevante por lançar mulheres na política e altera de forma modesta a composição das cadeiras, mas se mostra ineficiente, em sozinha, alterar a lógica por detrás da baixa participação feminina” (BOHN; CATELA, 2016).

Bohn (2009) demonstra que ao contrário das disputas para o legislativo estadual e nacional, a política legislativa municipal possui algumas particularidades. Nas eleições para a Câmara dos Deputados os partidos de esquerda lançam e elegem o maior número de mulheres, já nas eleições de vereadoras as maiores proporções de candidatas e eleitas se encontram nos partidos de direita. Tanto na política institucional local quanto nacional, as regiões menos desenvolvidas do país as mulheres têm apresentado um desempenho melhor, fazendo com que o Nordeste seja destaque em número de eleitas, não que isso represente um bom percentual em relação a quantidade de eleitos (MIGUEL; QUEIROZ, 2006). A pesquisa de Blay (2015) chegou também à mesma conclusão, constatando que até a década de 1980, as prefeitas e vereadoras se concentravam em áreas não-urbanizadas e agrícolas do país, fato que pouco alterou nos últimos anos. Bohn e Catela (2016), ao fazerem um estudo atual, chegaram a conclusões semelhantes, que grande parte das mulheres que estão eleitas para Câmaras de Vereadores, se encontram nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A falta de mulheres atuando nos locais de decisões políticas, “fragiliza a identificação da sociedade com o sistema representativo vigente, pois ele não reflete minimamente o papel feminino na sociedade” (BRASIL, 2015, p.40). Wright, Azevedo e Santana (2012) observam que as candidatas se colocam como representantes de grupos, nos quais grande parte defende os direitos das mulheres e a participação das mulheres, assumindo um papel realmente, representativo. Após descrever sobre a inserção da mulher na política institucional do Brasil e discorrer sobre o contexto atual, a próxima seção trata sobre esses fatores no estado da Bahia, pois é lá que a pesquisada está inserida.

5.3 AS MULHERES NA POLÍTICA BAIANA

Em sua tese, Costa (1998) fez um estudo aprofundado sobre a participação de mulheres na política institucional baiana, cujo seu trabalho é uma das poucas fontes históricas que estão disponíveis para serem pesquisadas. Dessa forma, principalmente em relação a história da inserção da mulher na política institucional baiana, seu trabalho será a base para essa seção, dialogando com alguns outros documentos e pesquisa. A autora observou que até aquele momento a Bahia era o estado, juntamente com São Paulo, que possuía os maiores números de mulheres prefeitas eleitas e que possuía uma quantidade considerável de candidatas eleitas quando comparados com outros estados. Apesar disso, os números são irrisórios e se não houve uma piora, no mínimo os números cresceram muito pouco, o que demonstra o pouco ou nenhum avanço. Essa seção discorrerá sobre esse percurso histórico da inserção da mulher na política baiana, bem como o panorama atual.

Após a conquista do voto com o decreto de Vargas, em 1934, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em prol dos direitos das mulheres, realizou em Salvador uma Convenção para organizar a participação das mulheres nas eleições. Dessa forma, a luta feminista ganhou força no estado da Bahia. No mesmo ano, duas mulheres se candidataram a Assembleia Constituinte baiana, Edith Abreu e Maria Luiza Bittencourt. Nenhuma das duas conseguiu se eleger, mas a segunda

conseguiu a vaga de suplente, vindo assumir em 1935 com a saída do deputado titular. Anteriormente, esta deputada, uniu-se a luta da FBPF quando foi fazer Faculdade no Rio de Janeiro, fazendo com que na sua volta à Bahia, exercesse forte liderança na luta feminista. Ela possuía vínculos com o governador Juracy Magalhães, que era o interventor da Bahia, onde esse fato proporcionou a primeira prefeita da Bahia em 1936, Nair Guimarães Lacerda, que foi escolhida por indicação da deputada. Mas a primeira prefeita eleita, só ocorreu em 1958, na pequena cidade de Belmonte, no sul do estado (COSTA, 1998).

A Bahia passou quase 30 anos sem representação feminina na Assembleia, onde apenas em 1962, elegeu a deputada Ana Oliveira. Antes disso, em 1954, a primeira deputada federal foi eleita, Nita Costa que não conseguiu a reeleição 4 anos depois. Em 1962 a Bahia conseguiu eleger para a Câmara Federal Nely Novais, que conseguiu mais duas reeleições. Tanto Nita Costa como Nely Novais, apesar de adentrarem a Câmara Federal, apenas replicaram os discursos conservadores, ressaltando a importância do papel da mulher na sociedade, que naquele momento era de mãe e dona de casa (COSTA, 1988). A partir desse momento, as lutas dos direitos femininos coincidiram com os discursos das lutas contrárias a ditadura, como foi discutido em uma das seções anteriores.

No ano de 1982, a deputada estadual, Maria Abigail Feitosa foi a primeira mulher de um partido de oposição eleita na Bahia. Apesar de ser conservadora em diversas bandeiras do movimento feminista, a luta por direitos das mulheres foi uma das características do seu mandato. As eleições de 1986 foi de grande importância para a política nacional e estadual, pois além de ter findado a ditadura militar, a presença de mulheres sofreu um aumento considerável. Até aquele momento, só uma candidata buscava se eleger, mas naquele ano foram 16 para a Câmara dos Deputados e 26 para a Assembleia Legislativa. Entretanto, somente Amália Almeida, do PMDB, conseguiu sua eleição para a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), mas Lídice da Matta foi eleita e Maria Abigail Feitosa foi reeleita para a Câmara dos Deputados. Ambas atuaram com compromisso pelas lutas populares e pela luta pelos direitos das mulheres. Lídice foi uma das líderes do movimento estudantil e se elegeu vereadora

em Salvador 4 anos antes. Sua combatividade e defesa dos direitos femininos foi visto não só no âmbito local, mas também nacional (COSTA, 1998).

Em 1990, na Bahia, ocorre a primeira candidatura na história brasileira de três mulheres para cargos majoritários estaduais, as quais assumiram um discurso feminista. Lídice da Matta e Salete, candidatas a governadora e vice-governadora, e Beth Wagner para o Senado. Elas foram candidatas pela Frente Popular, que faziam parte o PC do B, PSB e PPS. A campanha foi marcada pela inovação, em que mulheres de todas as idades eram mobilizadas por todo o estado, discutindo a condição subalterna que era tratada a condição feminina até aquele momento. Elas não conseguiram a eleição, mas aquele ano foi também histórico com a vitória de cinco mulheres para a Assembleia Legislativa, mas nenhuma para o Congresso Nacional (COSTA, 1998). A Figura 6 mostra a eleição de deputadas federais na Bahia após o ingresso da primeira, em 1954.

ANO	MULHERES	HOMENS	DEPUTADOS FEDERAIS	PORCENTAGEM DE MULHERES
1954	1	26	27	3,7%
1958	0	27	27	0,0%
1962	1	30	31	3,2%
1966	1	30	31	3,2%
1970	1	21	22	4,5%
1974	0	26	26	0,0%
1978	0	32	32	0,0%
1982	0	39	39	0,0%
1986	2	37	39	5,1%
1990	0	39	39	0,0%
1994	1	38	39	2,5%
1998	1	36	37	2,7%
2002	2	37	39	5,1%
2006	4	35	39	10,2%
2010	1	38	39	2,5%
2014	3	36	39	7,7%

Figura 6: Deputados Federais eleitos na Bahia

Fonte: Elaboração própria com dados de Costa (1998) e do TSE

Observa-se que em cinco eleições a Bahia não elegeu deputadas federais após o ano de 1954 e mesmo quando elegeu o número é muito inferior ao de homens, não chegando a 10% da quantidade de eleitos pelo voto popular, com exceção do ano de 2006. A sub-representação está clara, considerando que mesmo com o aumento do

número de representantes para esse cargo, a representação feminina continuou praticamente com a mesma quantidade. Além disso, a Figura 6 mostra que a Bahia está com números inferiores ao do Brasil (Figura 1) em números percentuais, onde observa-se que o estado perdeu a posição de destaque que Costa (1998) afirmou, onde era o estado juntamente com São Paulo que possuía destaque em eleitas.

Quando se analisa em nível da Assembleia Estadual, apesar da Bahia possuir um quadro que já foi o dos melhores no Brasil, a representatividade dos últimos 20 anos pouco alterou, como pode ser visto na Figura 7.

ANO	MULHERES	HOMENS	DEPUTADOS ESTADUAIS	PORCENTAGEM DE MULHERES
1962	1	59	60	1,6%
1966	2	58	60	3,3%
1970	1	45	46	2,2%
1974	1	49	50	2,0%
1978	0	56	56	0,0%
1982	1	62	63	1,5%
1986	1	62	63	1,5%
1990	5	58	63	7,9%
1994	5	58	63	7,9%
1998	7	56	63	11,1%
2002	6	57	63	9,5%
2006	8	55	63	12,7%
2010	8	55	63	12,7%
2014	6	57	63	9,5%

Figura 7: Deputados Estaduais eleitos na Bahia

Fonte: Elaboração própria com dados de Costa (1998) e do TSE

Apesar do crescimento da participação de mulheres na ALBA, observa-se que pouco cresceu. Em apenas três eleições, as mulheres obtiveram pouco mais de 10% dos cargos na ALBA por meio da eleição. O ano base escolhido foi o de 1962, pois foi o primeiro que uma mulher conseguiu se eleger, em que pese, já foi ter relatado nesse trabalho que a primeira deputada estadual da Bahia foi no ano de 1935, Maria Bittencourt. Após esse acontecimento, se passaram quase 30 anos para que a primeira mulher se elegeesse para a Assembleia baiana. Pelos números, nota-se que do estudo de Costa (1998) até a presente data os números pouco alteraram, e que naquele ano o estado teve 7 eleitas e na última eleição para esse cargo, 2014, apenas 6.

Em relação a política institucional local, já foi falado que a primeira prefeita eleita na Bahia foi no ano de 1958, no município de Belmonte, que se chamava Dejanira Resende. Após esse fato, ocorreu um crescimento na participação das mulheres em comandos de cidades (COSTA, 1998). Costa (1998) afirma que na Bahia as mulheres são eleitas em sua maioria em cidades de pequeno porte, onde apenas Lídice da Mata, foi a exceção ao se eleger numa de grande porte, justamente na capital do estado, Salvador, em 1992. A Figura 6 demonstra o aumento de prefeitas eleitas no estado da Bahia.

ANO	MULHERES	HOMENS	PREFEITOS BAIANOS	PORCENTAGEM DE MULHERES
1958	1	193	194	0,5%
1962	0	335	335	0,0%
1966	2	335	336	0,6%
1970	3	333	336	0,9%
1972	7	329	336	2,1%
1976	5	331	336	1,5%
1982	10	326	336	2,9%
1988	11	404	415	2,7%
1992	19	396	415	4,6%
1996	24	391	415	5,8%
2004	34	382	416	8,1%
2008	46	370	416	11,0%
2012	62	355	417	14,9%
2016	56	361	417	13,4%

Figura 8: Prefeitos eleitos na Bahia*

Fonte: Elaboração própria com dados de Costa (1998) e do TSE

* Os dados de 2000 não foram obtidos pelo pesquisador.

Os números da Figura 8 mostram que a Bahia possui números percentuais superiores de prefeitas que o Brasil (Figura 4), o que não significa que os números são significativos. Observa-se um quadro diferente de deputadas estaduais e federais, mas que não é muito animador em termos de representatividade. Nota-se que apesar da diminuição da quantidade de prefeitas eleitas de 2012 para 2016, esses números ainda são maiores que os nacionais.

Barbosa (2008) observou que a influência familiar, seja do pai ou do marido, é fundamental para a entrada de cerca de 25% de mulheres em disputas as prefeituras baianas; onde, ser herdeira política dá direitos de pleitear cargos públicos de maior representatividade. Além disso, ela observou que a militância feminina é um foco de

presença da mulher na política, inserindo-a em processos decisórios e participação para conquistarem espaços políticos.

Em seu trabalho, Blay (2015) instituiu três perfis de mulheres no executivo local: a 'prefeita coronel', que assumiu a posição devido aos grupos familiares; a 'prefeita esposa', que casou com um líder político e por algum motivo teve que substituí-lo; e a 'prefeita por iniciativa própria', que é aquela eleita com as próprias condições, principalmente por trabalhos comunitários. Barbosa (2008) ao estudar as cidades baianas, notou que nesse estado as três situações possuem proporções diferentes. Para a autora, em seu trabalho nenhuma candidata possui unicamente características de prefeita coronel; já a prefeita esposa está se extinguindo, pois apesar de existirem muitas candidatas esposas, poucas conseguem se eleger ou as que se elegem, é devido a outras características que a eleita buscou desenvolver durante sua vida (BARBOSA, 2008).

Rangel (2009) afirma que, por causa das cotas, o natural seria que as mulheres se candidatassem mais como vereadoras do que prefeitas, o que não ocorre na prática. Ao compararmos a Figura 4 e a Figura 8 com a Figura 5 e a Figura 9, notamos que há um crescimento em termos percentuais maiores em número de prefeitas que vereadoras. Se analisarmos só a Bahia, essa diferença ainda é mais significativa. Assim, chega-se ao mesmo pensamento que Bohn (2009), o qual concluiu em seu estudo que na política institucional local a implementação das cotas não cumpriram o objetivo, que era aumentar a presença de mulheres no legislativo. A Figura abaixo traz os vereadores baianos eleitos.

ANO	MULHERES	HOMENS	VEREADORES BAIANOS	PORCENTAGEM DE MULHERES
1972	143	3.151	3.294	4,3%
1976	191	3.147	3.338	5,7%
1982	206	3.218	3.424	6,1%
1988	340	3.828	4.168	8,1%
1992	467	3.969	4.436	10,5%
1996	507	6.131	6.638	7,7%
2008	490	3.409	3.899	12,5%
2012	569	3.971	4.540	12,5%
2016	588	3.987	4.545	12,9%

Figura 9: Vereadores eleitos na Bahia*

Fonte: Elaboração própria com dados de Costa (1998) e do TSE

* Os dados de 2000 e 2004 não foram obtidos pelo pesquisador.

A Figura 9 mostra que, igualmente aos outros cargos legislativos, a Bahia possui números inferiores ao resto do Brasil em números percentuais (Figura 5). Dessa forma, nota-se que somente em Prefeituras as mulheres baianas têm alcançado números melhores que o restante do país. Rangel (2009) faz uma crítica direta a forma com que é tratado o sistema político do país e mostra que para a representatividade legislativa aumentar, é necessária uma reforma política, pois as cotas são falhas e neutralizadas, gerando um problema de representação feminina no país. Para a autora, essa falta de representatividade não prejudica somente as mulheres, mas a própria democracia (RANGEL, 2009). Rangel (2009) afirma que “não houve avanço na incorporação de mulheres à política institucional e no recrutamento de candidatas em 2008. Em relação as vereadoras, pode-se reafirmar esse pensamento, pois os números percentuais pouco aumentaram até o ano de 2016, mantendo uma certa estabilidade.

Costa (1997) ao estudar a consciência política de vereadoras baianas notou que raramente elas têm atividades voltadas para a construção de uma consciência de gênero, mas apenas realizam tarefas ligadas aos interesses da organização a qual está vinculada. Além disso, repetindo políticas públicas do Governo Federal, essas vereadoras focam também na realização de cursos de capacitações como por exemplo: bordado, corte, costura, arte, culinária e artesanato (COSTA, 1997). A autora afirma que

Apesar do contexto de subordinação a que estão submetidas as vereadoras do interior do Estado da Bahia – levadas a ocupar espaços do poder político no município, como uma tarefa a mais na defesa dos interesses familiares ou do grupo político a qual pertence – podemos afirmar que a maioria delas começa a surgir uma consciência de gênero, um primeiro passo para a construção de uma nova identidade feminina (COSTA, 1997, p. 75).

Em que pese ainda ter uma sub-representação, os números da mulher baiana no legislativo local são superiores aos números nas esferas estaduais e federais. Após essa explanação sobre a inserção das mulheres na política institucional brasileira e baiana, o próximo capítulo trará a análise da história de vida da pesquisada, que está inserida justamente nesse local, o poder legislativo local baiano.

6 A CONSTRUÇÃO DE UMA MULHER POLÍTICA

Maria⁶, nasceu na cidade em que foi eleita no final da década de 60. Sendo a terceira de quatro filhos, possui uma irmã mais velha e outros dois irmãos. Foi a vereadora mais votada em seu primeiro pleito, recorde estabelecido e até hoje não batido. Antes dela, sua mãe foi vereadora local por dois mandatos. Na Câmara em que a mesma atua, entre a primeira legislatura (1954) e a dela (2008), apenas 8 mulheres foram eleitas para ocupar o cargo de vereadora e dessas: apenas uma se reelegeu 2 vezes, como Maria; das outras, 3 se reelegeram 1 vez; 4 não se reelegeram ou não tentaram. Ela possui nível superior em enfermagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especializações.

Durante a leitura desse capítulo, é importante observar que o gênero se revela como um dispositivo que atua na construção dos indivíduos, fazendo com que isso influencie diretamente nas performances individuais que sempre são coletivas. Dessa forma, as relações de poder que produzem e são produzidas pelo gênero, não estão em um único local da sociedade ou estrutura social, mas através de uma microfísica, uma teia de dispositivos que todos são submetidos (FOUCAULT, 1985). Durante o trabalho, notou que gênero é um importante elemento que gere a vida em sociedade, produzindo categorias e obrigações sociais (BUTLER, 2003; WEST; ZIMMERMAN, 1987). As relações de gênero produzem as categorias do homem e do outro, ratificado pelo Estado. Além disso, gênero é um dispositivo de poder que atua na construção das subjetividades e identidades, visando a organização social da sociedade capitalista. Ele circunda toda a sociedade e as relações sociais, atuando por práticas discursivas citacionais em diversos locais sociais (FOUCAULT, 1985; SCHILT; CONNELL, 2007). Gênero é um dispositivo que circula discursos e estabelece regras, ou seja, a maneira como os sujeitos devem se comportar. Apesar disso, alguns subvertem essas regras e discursos, mas são logo são coibidos por relações de poder (SOUZA; BIANCO, 2011).

⁶ Nome fictício da participante; escolhido por ser o nome mais comum do Brasil segundo a ferramenta do IBGE disponível no site <http://censo2010.ibge.gov.br/nomes>

O presente capítulo discorrerá sobre a análise da história de vida da participante. É importante lembrá-lo que para cumprir o TCLE, utiliza-se nomes fictícios de todos os envolvidos na história contada, bem como nomes de cidades, com exceção de Salvador, pois é a capital do estado e não comprometerá o anonimato da participante. Dessa forma, foram feitas análises de acordo com o referencial teórico da pesquisa visando atingir os objetivos propostos. As seções desse capítulo estão organizadas de acordo com as categorias, que foram encontradas a *posteriori*: **infância e saída do lar**; **o mundo do trabalho**; e por último, **o mundo da política**.

6.1 A INFÂNCIA E SAÍDA DO LAR

A “Infância e saída do lar” é abordada como a primeira categoria identificada na produção dos dados desse trabalho. Essa ideia, considerou as histórias vividas pela participante da pesquisa durante a sua infância e a saída do ambiente doméstico que foram importantes para a construção da identidade, bem como as performances atuais da entrevistada. Maria foi a primeira e única a morar fora de casa e fora de sua cidade. De tal modo, observou como fatores fundamentais para a construção das identidades da pesquisada, constituindo-a e sendo fundamental para as performances durante sua vida. Assim, as histórias reforçam a identificação dessa categoria no entendimento das identidades que são construídas pelas e nas relações de poder, onde a própria identidade é um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1985; LOURO, 2000a).

Maria nasceu em 1969 na sua casa por parteira, pois naquela época era muito caro nascer em um hospital, e por não vir de uma família abastada, “*veio ao mundo*” dessa forma. Moreno (2003) afirma que é no momento do nascimento que os indivíduos começam a receber as influências para a sua construção social, as quais contingenciam o modo de vida de cada um. Para o autor, a linguagem é a primeira forma de categorizar o mundo, onde as palavras são responsáveis por denominar e agrupar conceitos no pensamento de cada um (MORENO, 2003). Butler (2003) diz que o próprio nome que cada indivíduo recebe ao nascer já influencia sua construção social. O ser homem ou ser mulher é resultado de construções sociais que são internalizados desde o nascimento (SARDENBERG; MACEDO, 2011).

Possuindo três irmãos, ela é a terceira entre os quatro filhos, tendo apenas um irmão mais novo. Vinda de uma infância familiar bastante humilde, a mãe de Maria por muitos anos trabalhava dentro de casa e buscava ser uma comerciante autônoma vendendo Avon e costuras; já seu pai, por muitos anos foi ajudante de pedreiro até conseguir um emprego de carteira assinada em uma empresa de laticínios da cidade. A participante diz que teve *“uma infância difícil, com bastante dificuldade, mas chegamos até aqui”* (Maria). Sua infância foi típica da década de setenta, em uma cidade de interior. *“As brincadeiras eram na rua, não diferenciando tanto as brincadeiras de menino e menina”*. Butler (2003) deixa claro que na sociedade atual, existe uma “ordem compulsória”, onde a criança é condicionada pelo corpo que possui seguir certos preceitos. Sobre esse período, Maria afirma.

Ah, a infância sempre foi tranquila, a gente em interior sempre tem uma vivência mais tranquila dentro da... da... do convívio escolar e com os amigos. No meu tempo né, da minha infância que é diferente da de hoje, nós tínhamos ainda aquele costume de brincadeiras na rua né, de sair é... é... não tínhamos esse negócio de televisão dentro de casa, minha casa quando foi ter uma televisão a gente já tinha quase meus 6 pra 7 anos, então, a gente passava muito tempo brincando mesmo quando criança, dentro de casa com os próprios irmãos e na rua com os amigos. Nessa época não separava as brincadeiras dos meninos e das meninas, eram aquelas brincadeiras chamada de Baleado que antigamente chamada de guerra, de pé no litro, esconde-esconde, eram brincadeiras que a gente inventava até muitas vezes, que divertia e que tinha essa questão salutar entre os amigos.

As limitações impostas a meninos e meninas contribuem na construção social dos mesmos, onde ao atingir determinadas idades, sejam instruídos como homens e mulheres, percebendo-se como ambos, tendo um comportamento essencialmente diferentes, reforçando o pensamento que as diferenças observadas sejam naturais aos sexos (BUTLER, 2003; SARDENBERG; MACEDO, 2011). A naturalização do que é feminino e do que é masculino ocorre nos processos de socialização, em que a primeira socialização ocorre na infância. No ambiente familiar é que são vivenciadas as primeiras experiências de socialização dos indivíduos, a socialização primária (BERGER; LUCKMAN, 1985) A família exerce um importante papel na formação do indivíduo, pois no ambiente familiar é que as primeiras relações são formadas (FOUCAULT, 2010).

A infância, como as outras “fases da vida”, é marcada por constantes relações de poder. Hoje em dia classificamos uma infância normal ou anormal, cuja normalidade

é comum e deveria ser seguida por todos. A normalização desse período, estabelece padrões de referências, os quais devem ser seguidos, e dessa maneira, torna-se fácil determinar os seus desvios. A classificação da infância produz infâncias sociais, econômica, afetiva e culturalmente dependentes, sendo necessário a produção de sujeitos dóceis e úteis para a sociedade (DREYFUS; RABINOW, 1995; FOUCAULT, 1989). Dornelles (2010, p. 5) diz que “a invenção da infância moderna trouxe a atribuição de um estatuto de criança que por muito tempo a excluiu das práticas cotidianas da comunidade, tornando-a passível de controle e normatizações específicas”. Como muitas famílias daquela época, a de Maria passou por grandes dificuldades financeiras, o que resultava numa busca de dinheiro pelas crianças para atingir algumas coisas que almejam. A participante diz:

É... a gente tem várias [histórias], porque acho que muitas marcam a vida da gente. Já cansou de minha mãe dar a gente um cheque pra ir comprar pão, porque não tinha dinheiro, então a gente ia com o cheque e na sexta-feira ela dava e ela tinha que correr na segunda para cobrir esse... esse cheque. Pense, pra comprar pão né?! Então pra ver quanta dificuldade a gente já passou. Como até de a gente como tinha várias crianças na rua, a gente procurava catar ferro, porque tinha na nossa época na rua [nome da rua] um senhor que comprava ferro. A gente catava esse ferro, e aí a gente vendia para poder comprar o tão sonhado e caro... tal chamado Mate Leão, chá Mate Leão, então era uma festa quando a gente conseguia comprar, beber, merendar isso... porque muitas das vezes, lá em casa, a gente não tinha o que merendar, a gente inventava merenda até farinha com açúcar, farinha com café, já foi a merenda da gente nesse período de infância. Mas nada que trouxesse nenhum trauma, pelo contrário, nos motivou ainda mais a persistir, a lutar...

A adolescência de Maria foi mais tranquila financeiramente, pois sua mãe ganhou na loteria esportiva, fazendo com que esse dinheiro melhorasse a vida da família. Através desse dinheiro compraram casa, carro, inclusive um aniversário de 15 anos. Nesse período as diferenciações por aspectos visuais de homens e mulheres ficam mais claros também através dos discursos de Maria, principalmente por ser a única filha que teve um aniversário de 15 anos.

Como eu falei, nesse período a gente já teve, teoricamente falando, uma adolescência mais tranquila, minha mãe conseguiu fazer um bolo de 15 anos e uma festa pra gente; dentro de casa, mas fez, comemorou. Não foi uma festa de 15 anos de clube né?! Foi uma festa dentro de casa, fez um culto de gratidão, teve vestido novo, teve bolo, teve doce, então... nós já... gozamos de algo, de uma situação financeira melhor. Então meu pai mesmo, empregado, com essa questão da [...] loteria né?! Foi algo que mudou

realmente a família, a questão financeira, meu pai saiu de ser empregado, conseguiu comprar um pedaço de terra e começou a criar gado para... para produzir leite, vendia leite na cidade. Ai ele também plantava algumas coisas e a gente que vendia, eu e meus irmãos, a gente colocava na porta de casa, era abobora, era melancia, e o leite também, trazia botava na porta de casa e a gente vendia. Mesmo numa situação financeira, ainda teoricamente melhor, a gente ainda continuava nessa idade, contribuindo com a família.

Durante os encontros com Maria, pode-se observar através dos seus discursos a importância da escola como construtor de identidades. Louro (2000a; 2000b) afirma que a escola é uma das primeiras responsáveis pela produção de masculinidade e feminilidade, produzindo meninos e meninas. Louro (2000b) traz que

Numa escola pública brasileira predominantemente feminina, os métodos foram outros, os resultados pretendidos eram diversos. Ali nos ensinavam a sermos dóceis, discretas, gentis, a obedecer, a pedir licença, a pedir desculpas. [...]. Mas essas informações e habilidades foram transmitidas e atravessadas por sutis e profundas imposições físicas. Jovens escolarizados, aprendemos, [...], a suportar o cansaço e a prestar atenção ao que professores e professoras diziam; a utilizar códigos para debater, persuadir, vencer; a empregar os gestos e os comportamentos adequados e distintivos daquelas instituições. Os propósitos desses investimentos escolares eram a produção de um homem e de uma mulher "civilizados", capazes de viver em coerência e adequação nas sociedades inglesa e brasileira, respectivamente (p.11).

Têm-se o exemplo de Louro (2000b), pois Maria não adentrou em muitos detalhes do seu período escolar alegando não ter muitas lembranças, considera esse período “*normal, como todas as outras pessoas de meu tempo*”. Moreno (2003) também discorre sobre a importância da escola na construção dos indivíduos, em que ela é responsável por esclarecer o significado de ser menino ou menina, pois ela revela condutas esperadas de ambos, ensinando-os a se comportarem. As instituições de ensino desempenham uma dupla função, a de formação intelectual e a formação social dos indivíduos. Os livros didáticos reforçam esses estereótipos de gênero, bem como os meios de comunicação, exercendo forte influência nas crianças (MORENO, 2003; SARDENBERG; MACEDO, 2011).

Chamava naquela época de ginásio né, então eu fiz no [Nome do Colégio], tinha muitos amigos, mas eu nunca fui assim, uma pessoa de ter amigas assim, confidentes, aquelas amigas mais grudadas, aquele grupinho né, tinha, eu e mais uma colega, mais ou menos e mais duas colegas que andávamos mais juntas, compartilhava pouca coisa, mais de adolescentes. Porque adolescentes sempre tem aquele grupinho que faz de confidentes, mas eu sempre fui mais retraída, muito... tinha amizades, mas não aquelas amizades como eu vejo as vezes minhas filhas de dormir na casa de uma

colega, ser confidente de contar segredos, então não eram amizades profundas de... de... intimidade assim, de desabafar, era mais amizade de dentro do colégio mesmo, no máximo em um estudo que saia pra fazer algum trabalho e isso daí. Na escola eu sempre fui na minha.

A escola visa disciplinar e governar os indivíduos, fazendo com que seja dispensado o uso da violência por métodos de persuasão (VALEIRÃO; OLIVEIRA, 2009). Veiga-Neto (2001) deixa claro que a escola moderna é onde “se dá de forma mais coesa, mais profunda e mais duradora a conexão entre poder e saber [...], uma máquina de governamentalização que consegue ser mais poderosa e ampla do que a prisão, o manicômio, o quartel, o hospital” (p.109). Valeirão e Oliveira (2009) afirmam que é a construção da subjetividade que acontece na e pela escola é um importante elemento na constituição das identidades de cada indivíduo.

Através dos discursos de Maria, fica claro que na sua adolescência foi o período que as diferenciações das atividades de menino e menina começaram a ficar mais clara para ela, não só no ambiente escolar, mas no doméstico também. Nesse período, Maria e sua irmã tomavam conta dos afazeres domésticos e seus irmãos das atividades de fora de casa. Também nesse período, as vestimentas ficam mais diferenciadas, inclusive o fardamento escolar como já foi citado. Assim, observa-se uma performatividade dividindo as tarefas domésticas para as meninas e as externas para os meninos. Nos discursos de Maria sobre este período, não foram vistos formas de subversão do que era solicitado, tanto a nível escolar quanto do seu lar.

Mesmo numa situação financeira, ainda teoricamente melhor, a gente ainda continuava nessa idade, contribuindo com a família. E lá minha mãe sempre dividia as coisas, **eu cuidava de limpar a casa, minha irmã cuidava de fazer o almoço, então a gente, mesmo com uma situação financeira melhor, nós não tínhamos empregada, nós que trabalhávamos dentro de casa, dividindo as tarefas**, e até as coisas que vinham da... do pedaço de terra né, que a gente não pode chamar de fazenda, mas a gente que vendia os produtos que vinham de lá para ajudar também o pai e a mãe. [...] como éramos quatro, então eu ficava na maioria das vezes, **antes quando eu era menor, dividia as tarefas né, um irmão lavava o banheiro, outro enxugava e lavava os pratos, e eu fazia o restante. Quando eu fiquei maior, então, os meninos homens saíram dos trabalhos domésticos, eu assumi toda a limpeza da casa e minha irmã assumia todo o serviço da parte de almoço, então, os meninos depois da puberdade né, na adolescência eles saíram do trabalho doméstico, só ficou eu e minha irmã.**

Maria contou que nunca parou para questionar nada nesse período sobre o fato de só as mulheres ficarem com a tarefa doméstica. Além disso, ela não ficou apenas no trabalho doméstico, mas ainda ajudava na busca por dinheiro fora de casa. West e Zimmerman (1987) afirmam que o trabalho doméstico é visto pela sociedade como um trabalho de mulher, em que elas se ocupam dele e o homem não pode nem se envolver com ele. Isto foi algo naturalizado historicamente e os indivíduos em sua maioria reproduzem essa visão, como é o caso de Maria.

A rotina de Maria durante este período era da seguinte forma: acordava as 5h da manhã, limpava a casa, deixava a casa arrumada e ia estudar; voltava para casa, almoçava, lavava os pratos, arrumava a cozinha e voltava para escola; chegando a noite, ia para a padaria que seu pai adquiriu ajudar até as 22h, onde fechava; ao chegar em casa, fazia os trabalhos de casa restante, bem como os trabalhos do colégio e após isso, iria dormir.

Alves (2013, p.280) afirma que “a determinação de um modelo ideal de família no qual reafirmava-se o espaço privado, doméstico, como natural às mulheres”, influenciando a educação, fazendo com que os indivíduos não questionassem esse fato. A autora traz que o modo de produção capitalista é que validou a separação, incumbindo o homem a produção e a mulher o consumo, onde a mulher dominaria o espaço doméstico, responsável por cuidar da casa e dos filhos, gerenciando a economia de casa (ALVES, 2013). Romper com a associação que o ambiente doméstico é feminino é uma tarefa difícil, pois as crenças e valores do que é do homem e da mulher só tem reforçado esses discursos, trazendo que isso é natural (CYRINO, 2009). Para ser reconhecida na categoria mulher, Maria assume performances de acordo com as regras da sociedade que a cerca (BUTLER, 2003). Outra coisa marcante na infância de Maria é a rigidez com que foi educada juntamente com seus irmãos pelos seus pais e a influência da religião. A próxima seção discorrerá sobre a rigidez e a influência religião terá a seção posterior.

6.1.1 Uma família rígida

Maria nos encontros mostrou que a rigidez com que era tratada com os irmãos pelos pais foi algo marcante. Tonzoni Reis (1984) afirma que a família é muito importante para a sociedade no processo de imposição da ideologia dominante. Para o autor a família cumpre suas funções de agente de reprodução, pois “a maneira peculiar com que a família organiza a vida emocional de seus membros que lhe permite transformar a ideologia dominante em visão de mundo, em um código de condutas e de valores que serão assumidos mais tarde pelos indivíduos” (p. 104). Maria relata que os pais disciplinaram bastante o comportamento seu e dos seus irmãos:

É, como a gente... como falei... a gente foi, nós somos assim, filhos né [...], a gente sempre tinha um comportamento muito bem assim, seguro né, uma família, um pai e uma mãe rígida, uma criação rígida, que... sofreu muito também para criar quatro filhos. Como eu falei, nessa época antes, com problemas financeiros, então ela as vezes chegava, batia nos filhos, a gente apanhava, ou o chamado castigo né?! Batia na gente, de todo jeito que achasse batia, é como o dia de hoje ela me pediu perdão, aos filhos, por ter tido essas atitudes, até de bater na hora indevida. Mas a gente até compreendia, hoje a gente como adulto, sabia que era situações que era para criar quatro filhos, com situação financeira difícil né, então muitas vezes a mente da pessoa chegava muita criança dentro de casa, brincando, as vezes ela exacerbava numa de bater em um, dar um castigo, hoje como adulto a gente entende isso. [...] Mas é da época dela, infelizmente é... (pensou por 5s) era o comportamento dela, a gente quando criança não entendia porque batia tanto né?! Se queimava um leite, se o leite derramava, tomava uma surra, e... criança já viu, botava o leite pra esquentar, ferver, saia, o leite derramava! Se queimava um arroz, tomava uma surra, se não encerasse a casa bem tomava uma surra, se queimasse um copo, misericórdia (risos).

Na modernidade as instituições que tem caráter de proteção e assistência aos indivíduos, como a família, também têm inserida nelas mecanismos que os controlam e os mantêm na iminência de punição (FOUCAULT, 1988; 1989; 1995). Foucault (2010) afirma que o governo dos homens pelos homens, onde se enquadra dos adultos sobre as crianças, “supõe uma certa forma de racionalidade e não uma violência instrumental” (p. 385). Para ele, a relação de pais e filhos é uma relação de poder, e essas relações de poder que mantêm a estrutura de poder estatal (FOUCAULT, 2010). Assim, visando demonstrar os diferentes métodos que são utilizados dentro dessas relações, o autor compara a técnica usada pela polícia com as usadas por pais e filhos. Foucault (2010, p.232) diz que “a polícia, por exemplo, certamente tem seus métodos – nós o conhecemos –, mas há igualmente um método,

toda uma série de procedimentos pelos quais se exercem o poder do pai sobre os filhos [...]”.

[...] se um desentendia dentro de casa, até grande, [...], eu e meu irmão mais novo a gente era mais ligado, então a gente ia e brincava, as vezes brincava de luta, o outro chorava, ai minha mãe vinha, botava a gente de castigo, mas isso ai, botava os dois pra abraçar, beijar, pedir desculpa, naquela época né, então, ninguém dormia com o irmão zangado com o outro, porque tinha que pedir desculpa, nem que dormisse chorando apanhado por alguma coisa que a mãe batia, minha mãe batia, tinha, como diz, a... a... correia lá de bater, a gente não tinha palmatória, mas a gente tinha um pedaço, uma correia que a mãe botava lá, a gente ia até brincava, colocava o nome Cheirosa, brincava assim né... mas ela... ela castigava a gente com questão física mesmo por algumas atitudes que ela achava que não eram corretas, então aquele momento tinha que, é... é.... corrigir as crianças ou os adolescentes naquele momento.

A ideia de Foucault (2010) é que para haver poder, necessariamente deve ter resistência, e como se dá esta resistência na relação familiar? Para o autor no momento que que a “criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais” (p. 232) é uma forma de resistir. Na família de Maria, as resistências se davam de diversas maneiras, o simples fato de apelidar com nomes “engraçados”, como Cheirosa, o instrumento que lhe batia, demonstrava já uma resistência. Mas, uma das maiores formas de resistência, era um acordo que Maria e seus irmãos possuíam, quando *“acontecia de brigarmos em casa e ninguém contar para mãe, era um acordo nosso, mas sempre algum descumpria”*.

Ainda sobre a rigidez Maria contou que com o passar do tempo foi apanhando menos, fazendo com que a estratégia de “corpos dóceis” para gerar obediência aos pais deu certo, pois *“quando adolescentes nós apanhamos menos, você vê que isso é bem marcante, já apanhamos menos, porque de qualquer forma o comportamento era melhor”*.

Então né, dentro dessa adolescência, no período, é como eu falei, nós irmãos sempre foi muito cúmplices lá em casa, então, muita das vezes, minha mãe ia trabalhar, deixava a gente preso dentro de casa, fechava a casa mesmo. Minha irmã era a mais velha, tomava conta da gente, a gente tinha que obedecer esse comando. A gente sabia que nesse momento precisava da mãe tá lá fora para vender uma costura, vender um Avon, então a gente nunca, nós nunca tivemos assim, coisas de criança né, a gente brincavam, a gente inventava circo, a gente inventava né, brincadeiras dentro de casa, que ia passando. Acho que até por ter esse quantitativo diferente hoje de número de filhos né, quatro filhos dentro de casa, acho que proporcionava isso. É diferente do que a gente vê hoje a sociedade resumindo pra dois filhos... um filho, que não tem mais essa condição né [...].

West e Zimmerman (1987) trazem que a família é um instrumento que atua fortemente na produção do gênero dos indivíduos. Esta maneira de entender o gênero tem como foco a interação individual de cada sujeito, onde as instituições como a família são canais para a construção do gênero (WEST; ZIMMERMAN, 1987). A rigidez na relação familiar foi um dos pontos marcantes na infância de Maria, mas não só ele. A religião é um ponto que os discursos de Maria deixam claros como construtor de suas identidades, inclusive de gênero. Assim, o próximo ponto discorrerá sobre os aspectos religiosos na constituição de Maria.

6.1.2 A Santinha⁷

Através dessa seção, observa-se pelos discursos da entrevistada que a religião exerce grande atuação na construção tanto da identidade da entrevistada, quanto dos seus familiares, influência que se apresenta mais forte na saída de casa, quando ela adentra no ambiente da universidade, fato que será abordado de na próxima seção, focando a religião nesta. Maria deixa claro a importância da sua religião em sua formação desde a infância, destacando que nesse período foi quando ela atuou mais fortemente nas atividades eclesiais. Como exemplo, pode-se observar no fragmento abaixo, Maria deixa claro a igreja como influenciadora e construtora de muitos dos seus comportamentos.

Graças a Deus a gente foi uma família bastante unida, **somos uma família evangélica**, foram todos os quatro filhos, meu pai e minha mãe sempre teve o cuidado de criar em um lar cristão. Então, sempre tivemos esse diferencial, sermos crianças né, como todos, com brincadeiras, mas comportadas por ter uma educação bastante rígida por conta de minha mãe e de meu pai, também **por ter uma criação dentro da igreja, onde também, norteava o comportamento da gente, desde criança**. Então, nós tivemos um convívio bom nos bairros que a gente morou, por conta, justamente, das dificuldades financeiras a gente várias vezes mudou, foi para vários bairros da cidade, alguns bairros aqui em [nome da cidade] e por isso também deu oportunidade da gente conviver em diversidades também sociais, desde bairros mais, chamados, no centro até periferias e no entanto a família sempre se manteve unida, íntegra e até hoje permanece assim.

⁷ Apelido que Maria ganhou dos colegas na Universidade.

A religião permeia os discursos e as performances de Maria em vários momentos, até o seu jeito de vestir sempre seguiram um certo “padrão religioso”, não usando decotes, sempre com calças e roupas folgadas. Apesar da religião aparecer nas diversas categorias analisadas, criou-se esta seção sobre a importância da religião, principalmente na infância e adolescência, pois nos encontros com a pesquisada, ela enfatizou muito nesses dois momentos falar ligadas à religião da mesma. A ênfase que a entrevistada dava quando se falava da religião e da sua fé foi algo marcante no recolhimento de todos os encontros, mas principalmente nos primeiros. Para se ter uma ideia, no primeiro dia que nos encontramos para os relatos, ela sempre afirmava a importância da igreja, e em menos de cinquenta minutos, se referiu a igreja dezesseis vezes, falou cristã outras três vezes e mais uma vez, evangélica. Maria e todos os seus irmãos foram criados na igreja, “*então a gente tinha um comportamento muito bem assim, seguro né?!*”. Além disso, Maria coloca a igreja como disciplinadora dos comportamentos.

Então a gente, eu creio assim, o marco maior da gente além da criação era o diferencial, **a questão da igreja que disciplinava muito o comportamento da gente...** e a gente tinha essa coisa que o que ouvia na igreja tinha que colocar em prática dentro de casa”.

Em seu estudo, Foucault (2006) identifica que as instituições jurídicas e religiosas são as mais fortes formas dos discursos serem construídos por regras rígidas e de procedimentos de controle. Assim, há vários tipos de controle dos discursos da entrevistada pela igreja. É importante relatarmos que na obra de Foucault, o mesmo critica a ideia de verdade, a qual não existe, indo de encontro ao pensamento e discurso religioso, cuja ideia pregada é a verdade. Em uma igreja o que se apresenta é uma verdade essencialista que está articulada com uma série de procedimentos e regras discursivas que sustentam as práticas assumidas naquele grupo religioso (FOUCAULT, 1985; 2006). Foucault (1985) diz que a verdade é poder, ou seja, a religião e as instituições que a pregam, estão pregando uma forma e exercendo poder. A religião exerce poder porque produz e apoia, além de reproduzir jogos da verdade.

Foucault (1995) ao falar do Cristianismo, traz que características totalizadoras e individualizantes do Estado moderno advém dessa religião, que o mesmo chamou de tecnologia do poder pastoral. Para o autor, o poder pastoral diferencia porque não

cuida apenas da comunidade em geral, mas de maneira particular nos indivíduos durante toda a vida (FOUCAULT, 1995). Maria nos diz que o envolvimento na igreja não foi algo apenas dela, mas sim de todos os filhos, fazendo com que esse envolvimento ajudasse construção da forma deles serem. “[...] *um fazia parte de conjunto na igreja, outro era presidente de adolescente, outro era diretor da escola bíblica, [...], sempre tínhamos cargo na igreja, então de uma certa forma, foram adolescentes mais disciplinados*”.

Foucault (1999) traz reflexões sobre aspectos doutrinários, os quais para ele “a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe [...] todos os outros”. As doutrinas estabelecem diferenças, influenciando diretamente nas identidades individuais e coletivas. As relações de poder, inclusive dentro da igreja, fabricam os indivíduos. A religião faz um papel de adestramento do corpo da seguinte forma: regulando os comportamentos e normalizando o prazer; objetivando a criar indivíduos úteis (1985; 1995). Fica claro nos discursos de Maria, que a religião exerceu um forte papel em diversas áreas da sua vida.

Na adolescência, [...] eu acho que eu ainda continuei um pouco da timidez, mas menos porque teoricamente quando a gente faz parte da igreja, a igreja bota a gente pra ir pra frente, pra canta, pra ensinar... então a gente vai quebrando mais isso... eu fiquei mais um pouco extrovertida [...].

A religião é um forte produtor de sujeitos e através de suas técnicas de jogos de verdade faz a sujeição dos indivíduos (FOUCAULT, 1985; 1995; 2006). Essa construção ocorre também nas identidades de gênero. Louro (2008) afirma que a igreja é um dos responsáveis por repetirem os discursos onde os indivíduos aprendem “a viver o gênero e a sexualidade na cultura” (p.22). Assim, a próxima seção discute a saída do lar da entrevistada, onde a religião exerce uma forte influência nas performances de Maria, bem como fica mais visível os desafios de gênero que ela enfrenta. Antes, é interessante falar um pouco da religião de Maria em relação ao gênero e a performatividade construída dentro da religião.

Os discursos presentes na base religiosa de Maria apresentam uma forte perspectiva normativa, na qual existe apenas um único modelo para o exercício da sexualidade, o casamento cristão, o que for contrário isto precisa de restauração. Os discursos evangélicos recorrem a uma naturalização da hierarquia do gênero, onde a ideia do

homem superior e a mulher inferior é visto como algo normal (NATIVIDADE, 2006). Apesar disso, Mafra (1996) afirma que os evangélicos problematizam essa hierarquia, não a negando, mas afirmando que isso não “signifique, no contexto social local, o retorno a uma situação de opressão ultrapassado e/ou uma perda de ‘poder’ por parte das mulheres” (p. 92, grifo da autora). A maioria dos discursos evangélicos são dominados pela heteronormatividade, cujos praticantes desta religião reproduzem os discursos na vida em sociedade (SOUZA, 2013). A religião de Maria também exerce forte controle acerca da sexualidade, em que a pessoa deveria se manter virgem até o casamento, pois assim seria uma mulher honrada. Algumas denominações controlam as vestimentas dos sujeitos, apesar disso, a que a participante segue, deixa-os “livres” para escolher o que vestir (SOUZA, 2013). Todavia, o corpo teórico deste trabalho questiona se realmente os indivíduos são livres realmente para escolher o que vestir (DREYFUS; RABINOW, 1995; SALIH, 2012).

6.1.3 A ovelha negra da família⁸

A participante contou-me que ela terminou o segundo grau cedo para aquela época, com apenas dezesseis anos, advinda de um curso técnico em agropecuária. Ela queria fazer área da saúde, como não passou no vestibular a mãe resolveu enviá-la pra Salvador para fazer cursinho pré-vestibular. Sobre essa saída de casa, Maria diz que foi a primeira e

[...] e única. **É porque minha irmã tinha... assim que terminou o segundo grau, ela foi logo e casou né?! Então ela casou imediatamente, foi fazer faculdade já casada, já estava fora de casa. Ai veio meio segundo irmão, que já tinha passado aqui em Zootecnia, aqui tinha Zootecnia em [Nome da Cidade de Maria], então ele já estava cursando Zootecnia. O meu outro irmão, ele ainda estava no segundo grau, então quando ele terminou, ele não quis ir. Então dos quatro, eu fui a única que quis ir, fui e enfrentei, fiz faculdade fora né, os outros fizeram tudo aqui em [Nome da Cidade de Maria].**

Através deste fragmento, pode observar que a mulher é vista como para estudar ou para casar. Isto é tão forte, que o irmão de Maria não pensou na sua escolha de curso, só queria que ela voltasse para o lar de seus pais e não morasse novamente fora. Ela

⁸ “[...] mas eu sempre fui assim muito assim, a ovelha negra na família [...]” (Maria).

passou na sua cidade natal em Zootecnia, fazendo com que seu irmão mais velho pressionasse os pais para trazê-la de volta. Butler (2003) traz que as construções de gênero são alimentadas na religiosidade pastoril, na qual os conceitos de casamento e família são dois norteadores nas relações familiares. Souza e Pereira (2013) afirmam que o heterossexismo é um sistema ideológico que incluem direitos civis para o casamento de heterossexuais, onde a família e o Estado exercem pressões para que esse sistema não seja rompido. Assim, têm a heteronormatividade que é um dispositivo de poder que atua fortemente na produção de performances individuais e da performatividade, exercendo pressões pelos atos dominantes e reguladores, onde neste caso de Maria, a mulher para casar e cuidar de casa (BUTLER, 1998; MISKOLCI, 2009).

Maria diz que foi muito difícil enfrentar essa nova vida na capital. Ela deixa claro que sair de casa e da forma como foi criada, com uma religião exercendo forte influência em suas performances, gerando um choque com a performatividade da sua nova localidade.

Oh, pra mim mesmo naquela época foi assim, muito difícil. Sai de um curso técnico de agropecuária, fui com dezesseis anos, menina nova, de igreja, virgem, com um único namorado na vida, sim, namoradinho que eu digo nem é namorado sério. Ir pra capital, eu fui e passei [...] 3 meses com uma tia e depois fui morar sozinha. Num apartamento sozinha para: lavar, passar, cozinhar e estudar. E ai quando eu cheguei em Salvador, que eu tinha que enfrentar essa realidade de... os afazeres domésticos não seria novidade porque a gente já tinha uma vivência dentro de casa que era aquilo que a mãe colocou desde, desde cedo... mas enfrentar o mundo de pegar um ônibus só, ir pra cursinho, vê um monte de gente mais velha que eu né, dentro de um cursinho de noventa pessoas ou as vezes cem pessoas num auditório, e como diríamos assim... **sair da igreja pra ir pra um mundo que o povo dizia palavrão, que o povo dizia um monte de ousadia dentro de cursinho, então pra mim a minha cabeça ficou assim: “moço, que que é isso”?! Minha cabeça fez assim, onde eu estava e onde eu estou agora.** Como se eu tivesse assim, numa... numa caverna⁹ né, e visse um mundo totalmente diferente.

Nesse ponto, observa-se a influência da religião e da igreja na construção de Maria, onde dentro da Universidade e do cursinho ela trouxe os ensinamentos que obteve nesse local e performances conflitantes com a nova vida por causa disso. Durante os

⁹ Nesse momento da discussão, fica impossível não lembrar do “Mito da Caverna” de Platão. Caso o leitor não o conheça, sugiro a leitura.

discursos da participante, nota-se claramente o que foi discutido no ponto anterior, em que a religião exerceu grande influência na sua construção. Para ela, as peças na igreja e dramatização ajudou-a bastante ao adentrar no cursinho e estudar para Universidade, pois tinha que decorar e aprender textos. Todavia, isso trouxe um choque de cultura, pois existiam professores ateus e gerou algumas dificuldades na hora de discordar do que era dito pelos mesmos. Para ela isso “[...] foi uma dificuldade muito grande, mas é o que eu digo, primeiramente a família e depois a igreja, e quando a gente tem fundamentos, tem princípios, onde que a gente tiver, esses princípios não sai, e a gente se mantém naquilo dali”. A religião atuou muito forte na construção das performances de Maria, principalmente nesse período da faculdade.

[...] quando eu cursei a faculdade, os anos 90 mais ou menos, me formei em 92, lá era... a juventude no auge, não é?! Então a barreira pra mim assim, eu digo assim, muito, foi mais assim, que o pessoal curtia muita festa, bebia muito... fumava muito e eu não ia pra festa, não bebia, eu não fumava, eu era virgem, então isso pra mim era muito mais, eu era muito mais estigmatizada com isso do que do meu pensamento político, porque tanto que eu, os meninos me apelidavam lá de santinha, porque "a, deixa a santinha quieta", não me chamava nem pelo nome, me chamava de santinha porque eu não ia, "ah, umbora, porque isso e aquilo, vai ter a festa disso, vai ter", eu não ia e acabou.

Sua rotina na capital do estado não era fácil, mas a mesma já estava acostumada como foi visto em seções anteriores, onde apenas a questão de pegar transporte público diferenciou, algo marcante para a entrevistada, pois gerou dificuldades para ela. Acordava antes das 5h da manhã para pegar o ônibus e chegar antes das 7h no cursinho, pois ela tinha que sentar na primeira fila, por ser pequena e baixinha, além de ter um problema de visão. Na maioria dos dias, ela tinha que passar os turnos matutino e vespertino no cursinho, fazendo com que a mesma almoçasse lá, onde tinha que levar lanche de casa para não ficar muito caro. Esse estilo de vida e até de se vestir da entrevistada fez ela alvo de chacota, ela diz

Então, as vezes o pessoal fazia chacota, de mim né... porque um ou outro, me chamava, até me apelidava porque eu sentava na frente, [...], e aí eu sentava na frente, me apelidava na época até de Xuxa, acho que porque meu cabelo que eu tinha uma botinha que calçava, que lá em Salvador sempre chovia, chove muito né, por causa do tempo. **Ai falava, fazia muita chacota em relação a essa questão sexual, e eu dezesseis anos, dentro de igreja, a cabeça então foi um mundo muito, muito diferenciado naquela época pra poder enfrentar.**

Pelos discursos da entrevistada, a construção do gênero no “seio familiar” e na religião foram fundamentais para suas performances de gênero. Ela relata que se manteve fiel aos “*princípios aprendidos na infância*”, gerando conflitos com o ambiente em que agora estava inserida.

A saída do lar de Maria gerou alguns conflitos, principalmente com a mãe, pois ela “*sempre foi muito ‘galinha de botar os pintos de baixo das asas’*”. Em seu primeiro ano de cursinho a participante começou a chamar a mãe pelo nome, não mais de mãe ou mainha como era de costume na casa ou no estado. Ao atender as ligações da mãe chamando-a pelo nome, a mãe ameaçou dar-lhe surra, mas ao fazer isso, a participante se sentia incentivada a fazer ainda mais. Neste ponto, constata-se que a saída do lar de Maria alterou as relações familiares, mudando, inclusive, as formas de tratamento dentro de casa, pois a participante se sentiu independente. Ao passar na Faculdade, a relação se complicou mais um pouco, pois como ela disse que começou “*a ter meu próprio dinheiro, então a gente vai adquirindo essas independências, vai desatrelando da mãe e da família*”.

[...] o principal choque, acho que foi esse, com minha mãe, dela entender que a gente tava crescendo, tava num outro mundo, e que não era mais aquele pinto pra ficar só debaixo da asa e ela tem que, controlar tudo, “tá onde?”, “vai pra onde?”, sempre eu dei satisfação, tô saindo, tô indo pra tal lugar, sempre dei, mas... ela quando viu que começou perder uma filha, a perder uma filha assim né, ter uma filha na capital, pensando diferente, vendo diferente, começou a ter, então teve alguns... teve alguns conflitos, mas eu sempre fui assim muito assim, a ovelha negra na família, nunca... me preocupei muito, minha mãe sempre foi assim que criou os filhos pra... “oh se não fizer isso oh o que o povo vai falar, tem que fazer isso, oh o que o povo vai dizer”, eu quando chegava, é o que, eu falava “é o que eu quero e pronto”. Então, eu sempre fui... entrei muito em choque assim com ela, porque eu acho que pelo temperamento ser até parecido, mas ela queria a gente... moldar a gente mais numa coisa, “ah porque tem que ser o que o povo vai dizer”, eu falava tem “que ser o que eu quero, de mim, o que eu penso”, então... nisso começou um choque mais com a mãe, meu pai sempre foi mais reto, em relação a isso, os irmãos não teve problema, era... era tranquilo. Mas teve um choque mais com a mãe.

Através dos discursos, observa-se que a mãe de Maria exercia muito controle frente aos filhos, tanto dos meninos quanto das meninas. Esse controle, muito se devia a expectativas sociais que eram levantadas frente aos filhos e que a mãe de Maria visava cumpri-los. O gênero é uma ferramenta de legitimação, ajudando na manutenção e no controle na sociedade ocidental, sempre exercendo pressões nos

indivíduos para cumprir expectativas frente a ele (SCOTT, 1995). Com sua independência, Maria começa a tomar decisões próprias, gerando um atrito com sua mãe. Ela diz que nunca foi “*de ligar muito para o que os outros dizem, tenho minha opinião e sigo com ela*”. Entretanto, as relações de poder que a circunda compeliram ela a tomar decisões, como veremos a seguir (BUTLER, 2003).

Maria escolheu o curso de Enfermagem e cursou pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o que é um aspecto interessante a ser discutido. A participante deixa claro que a mãe a sugeriu escolher medicina e estudar para isso, mas a mesma optou pela enfermagem. Queiroz (2000) mostrou que apesar do aumento da entrada de mulheres no ensino superior do Brasil, as práticas sociais e as instituições ainda fazem com que ocorra uma diferenciação nos cursos. As mulheres nas universidades ocupam vagas principalmente na educação, artes e em cargos vistos como secundários na saúde (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004). Louro (2000a) traz que os indivíduos aprendem quais deveriam ser as suas posições na sociedade, como se isso fosse algo natural, fazendo com que ele busque adaptar-se para isso. Para Butler (2003) a criança é educada para seguir padrões performáticos para sua categorização, que no caso de Maria, seria de ser mulher, feminina, heterossexual e enfermeira.

Com 17 anos Maria fez e passou no vestibular para Enfermagem. Um irmão ainda a pressionou para que viesse a sua cidade natal¹⁰ fazer Zootecnia, mas ela estava decidida a ser enfermeira e não médica. Para ela, sua principal influência na escolha, foi que sua mãe trabalhou em um posto de saúde como atendente da farmácia. Um ponto interessante, é que conforme Lopes e Leal (2005) afirmam que “existe no meio da enfermagem brasileira uma seletividade deliberada baseada no sexo” (p. 125). As mulheres são condicionadas pelo sistema social para seguirem essa profissão, onde a própria seleção e recrutamento nos espaços atestam diferenças de gêneros (LOPES; LEAL, 2005). Maria nos conta que não passou por problemas de discriminação na sua escolha, “*porque eu escolhi uma profissão que até minha época,*

¹⁰ A cidade natal de Maria será chamada de Natal, nome fictício atribuído. Para que não ocorra confusão, em nenhum momento é citado Natal, a capital do Rio Grande do Norte.

era genuinamente feminina, então enfermeira sempre teve, veio aparecer enfermeiro né, masculino, de alguns anos pra cá”.

Ao adentrar na Universidade, o primeiro ano foi todo sustentado pelos pais. Mas no segundo ano, por meio de um sistema de bolsas, Maria começou a trabalhar a noite como enfermeira e ganhar a metade de um salário desses profissionais. *“Ai eu comecei, ai eu fiz o teste de seleção, passei na Clínica, trabalhava noite sim noite não, noite sim noite não. Estudava o dia todo na Universidade Federal, que é a UFBA, o dia todo, de manhã e de tarde”.* Assim, esta pesquisa entrará na próxima categoria que é sobre o mundo do trabalho de Maria.

6.2 O MUNDO DO TRABALHO

Sendo apenas estudante do 2º ano de enfermagem, Maria já fazia o trabalho de enfermeira no trabalho assumindo toda a supervisão e procedimentos que era *“de enfermeira nível superior de enfermagem, [...] e nem tudo eu tinha visto na universidade”.* Destarte, Maria teve que estudar as disciplinas regulares e ainda estudava os procedimentos relacionados a sua atuação no hospital. Ela conta que fazia isso porque:

[...] na hora que eu fosse me deparar com um procedimento e eu virasse para um técnico de enfermagem e falasse que eu não sei fazer, então, daquela hora em diante a minha concepção era que não teria mais nenhuma poder e autonomia de supervisionar um técnico de enfermagem porque, até então, o meu papel lá como enfermeira era supervisionar alguns procedimentos, então por isso que eu me desdobrava.

Além disso, Maria contou-me que dava importância também porque estava cuidando de vidas e isso tinha que ser algo responsável, ela tinha que *“estudar além do que estava as vezes lidando na faculdade”.* Outro aspecto descrito pela participante como dificultoso e que ajudou na construção de suas performances, foi a questão de liderar grupos. Foucault (2008a) afirma que o saber e o poder são categorias relacionadas. Para ele o saber, nada mais é, que uma prática discursiva que é constituída por diferentes ações, dando-lhe um caráter científico. Este saber é utilizado pelo Estado para estabelecer redes de poder, assim como o corpo, a sexualidade e a família

(FOUCAULT, 2008a). O conhecimento gera subordinação, por isso que Maria buscava sempre tê-lo mais que suas subordinadas.

Porque a faculdade, a gente estudava muitas técnicas, muitos procedimentos, mas eu passei e hora nenhuma a faculdade me deu assim: como você liderar, como você está à frente das pessoas e se impor para que as pessoas lhe obedeam ou lhe respeite né?! Porque muitos viam assim, um foi pra mim 'ah não, estudante, eu tenho aqui 10 anos trabalhando na enfermagem, eu sei muito mais do que ela', então meu primeiro choque foi em relação a isso. Eu estar com uma equipe de enfermagem e eu liderar, eu acho que a gente só consegue liderar a partir de conhecimento, então eu tinha que mostrar a elas que eu conhecia mais, elas poderiam ter uma técnica mais ágil, até uma técnica pra fazer, mas eu tinha o conhecimento científico pra fazer a coisa correta né?! Então eu peguei [...] atendentes de enfermagem experientes demais, então pra mim, eu estudava, me desdobrava pra poder saber ou então eu ia ficar, o que, subordinada a elas né. Então, eu acho que a principal coisa pra mim, esse enfrentamento que é até hoje como profissional, é isso, a questão de saber lidar com comportamento humano, com o outro. Eu sei lidar tranquilo com o paciente na cama, no procedimento, na comunicação, mas na gerência do serviço, na equipe, o que eu digo não é gerenciar material, almoxarifado, não é gerenciar essa questão de matéria-prima, mas é o gerenciamento de pessoas que eu digo que é o mais difícil, que a profissão muitas vezes, a faculdade, a universidade, não me deu e não dá muito, não prepara muitas pessoas ainda para isso.

A influência não depende do cargo ou da posição que ocupa, porque as relações de poder não são verticais. Apesar disso, Maria tinha o poder de controlar ações, pois teoricamente possuía um conhecimento que era referendado pelas instituições (FOUCAULT, 1985). Para que alguém exerça o poder, no que é considerado “cargos de liderança”, deve ter a capacidade de: controlar e acompanhar as pessoas, os processos, os resultados, punir e recompensar (AMORIM; PEREZ, 2010; FOUCAULT, 1985, grifo próprio). Para Maria, esse período como bolsista foi excelente, pois *“foi um laboratório pra gente exercer essa parte de liderança, trabalhar com pessoas, de mandar, coisa que a universidade não ensina”*.

O trabalho é uma importante rede de saber e poder que atua nos indivíduos, construindo os corpos e as identidades dos sujeitos (SOUZA; CARRIERI, 2010). Os espaços de trabalho não são neutros na influência da construção do gênero, onde existem expectativas de comportamento para cada um, exercendo pressões para que esses comportamentos se realizem (SCHILT; CONNELL, 2007). Os discursos de Maria corroboram com esta ideia, sendo que as mais diversas identidades da mesma foram fortemente influenciadas por esses espaços. A participante disse que “esses

primeiros anos de trabalho exerceram mais influência em minha vida do que toda a minha atuação política, lá que enfrentei barra¹¹, as da política encarei mais facilmente”.

Outra grande dificuldade descrita por Maria foi a relação com os médicos, pois naquela época em Salvador a “*enfermeira era merenda de médico*”. Para ela, isso foi muito complicado, principalmente por causa da sua construção religiosa, mas ela assumiu uma performance diferenciada da maioria das colegas em relação a isso. Apesar de conversar e brincar com todos, a participante se sentia incomodada e ofendida com alguns tipos de brincadeira, até porque os médicos “*pensavam que tinha o poder de brincar com a gente, tirar sarro, de querer pegar, acariciar, como se fosse propriedade deles*”. Dessa maneira, ela marcava sua posição e pedia respeito ou saía do local. A sexualidade, o sexo e o gênero são fortes marcadores dentro das organizações, onde é uma forma do exercício do poder. As interações nos espaços sociais são fundamentais para cada indivíduo, inclusive as reações deles para com esses acontecimentos ajudam na sua construção e são influenciados por esses locais (WESTBROOK; SCHILT, 2014). Homens e mulheres tratam os outros de maneira diferente por possuírem características anatômicas diferentes (CZARNIAWSKA, 2006).

[...] foi um enfrentamento difícil, porque os médicos, eles achavam que a gente era propriedade deles, não existia esse negócio de assédio naquela época, não existia ainda essa conotação de você ter esse poder, oh não faça isso que é assédio né?! Então os médicos se achava, que podia fazer gracinha, dá piada, querer pegar, alisar a gente, e quando a gente via nesse plantão, porque a gente dava plantões noturnos né, eu mesmo dava dia sim e dia não, então tava com médico, então quando partia pra isso era difícil, porque a mentalidade deles é que a gente era subjugada a eles, então o que eles, o que eles queriam a gente tinha que deixar, ou achar que tava bonitinho, que tava bom, porque infelizmente tinha isso de a maioria das enfermeiras não se importava se era médico casado, se não era, então pra elas tá com um médico era... era ótimo, e pra mim não, pra minha mentalidade, como eu falei, minha formação cristã, eu era muito rígida, então eu não gostava de piada, quando vinha eu fechava a cara [...]”¹².

¹¹ Significa uma barreira, dificuldade.

¹² Ao pesquisar *sites* de bancos de dados não encontrei pesquisas no Brasil sobre essa relação de médico e enfermeira de caráter sexual. É um interessante tema para futuras pesquisas.

Com 17 anos ainda, Maria não teve que enfrentar e se impor apenas como profissional, mas teve que se “*impor como mulher*” também, pois a maioria era médicos e não tinha quase nenhuma médica. No ambiente das organizações, os indivíduos assumem que os aspectos visíveis possuem muito valor com relação as interações, fazendo com que algumas coisas sejam toleradas pela grande maioria quando feito para um indivíduo que visualmente tem determinado gênero, mas que não seria tolerado pelo outro. Como foi visto no decorrer desse trabalho, os aspectos biológicos não são determinantes para gênero, mas esta ideia é a que a grande maioria das pessoas acreditam, exercendo pressões nos locais de trabalho para que cada um cumpra expectativas por suas características físicas (SCHILT; CONNELL, 2007; WESTBROOK; SCHILT, 2014). Todavia, gênero, corpo, sexo e a sexualidade não são definidos pela biologia, mas sim uma construção feita pelos discursos. O corpo é modificado pelo tempo e espaço onde está inscrito, sofrendo marcas e controles tanto externos quanto internos. Isto ocorre porque os indivíduos internalizam regras que visam normatizar os seus corpos constantemente, permitindo que os sujeitos sejam reconhecidos como pertencentes a determinadas identidades (BUTLER, 2000; LOURO, 2008). Nesse sentido, é interessante lembrar que Butler (2000;2003) afirma que os processos de identificações sobre os corpos dos sujeitos são produzidos pelas instituições, pelas práticas e pelos discursos, manifestados nas configurações de gênero. Pelos discursos de Maria, existia uma instrumentalização do corpo das enfermeiras, as quais deveriam agradarem os médicos inclusive sexualmente, e a participante visava ir de encontro a esse pensamento. Destarte, o corpo de Maria sempre foi moldado por algumas relações de poder, como o exemplo da mesma que nunca fez “*nenhuma tatuagem por conta que naquele período sua fé¹³ não a permitia, ao contrário de hoje*” (BUTLER, 1988; 2003).

Ao sair da faculdade, Maria relatou que já entrou no campo de trabalho sem sentir muito o choque, pois desde o 2º ano de faculdade já trabalhava, “*já liderava, já lidava com essa parte administrativa, e também com a parte assistencialista[...], lidar com a morte*”. O emprego conquistado por Maria ao se formar, já era com carteira assinada

¹³ Utilização da palavra fé neste fragmento foi utilizada como sinônimo de religião.

em uma terapia intensiva na própria cidade de Salvador. A enfermagem proporcionou Maria ter 2 ou 3 empregos na mesma época, onde ela solteira, tinha 3 empregos, trabalhando 36h e descansando 12h, pois “*era jovem, buscava ter um patrimônio*”. Nesse período, a UFBA passou a ter a residência em Terapia Intensiva, fazendo com que Maria adentrasse via seleção e fizesse o curso.

[...] não foi uma pós-graduação normal, foi uma residência, onde de manhã a gente estagiava, trabalhava dentro de unidades de terapia intensiva da rede estadual e a tarde a gente tinha as aulas. Então eu tive que sair nesse momento de no mínimo 2 empregos para poder ficar na residência, mas também a residência naquela época, era remunerada também, nós tínhamos um valor que equivalia mais ou menos a quase um salário normal que a gente recebia na vida, no trabalho normal né?! Então compensou porque naquela época fazendo a terapia intensiva, fazendo residência...

Aproximadamente 7 anos dentro da capital, a mesma casou e teve sua 1ª filha. Acometida por um grave problema de saúde, o médico neurologista recomendou que a mesma fosse trabalhar no interior, para tentar controlar essa doença, que era crônica, mas controlável. Com o nascimento da menina, Maria passou 3 meses internada e a filha veio para Natal, ficar com a avó e mãe da participante. Depois de diversas cirurgias, foi realmente necessário que a participante voltasse para o interior, pois se não a doença degenerativa se agravaria.

6.2.1 De volta ao lar

Em sua volta para o interior, Maria teve uma proposta para trabalhar em sua cidade natal, mas por questões políticas o prefeito escolheu outra pessoa. Assim, Maria foi para Gondor¹⁴ tirar férias e licenças. Lá, uma médica a conheceu e chamou Maria para trabalhar no Condado¹⁵, onde, por ser a cidade natal de seu pai, foi aceite. No Condado, ela trabalhou com um ex-prefeito que era médico e dono do hospital. Essa pessoa tinha contatos com governador, deputados e todo o grupo político que administrava a Bahia naquela época. Com a alteração da lei, obrigando todos os

¹⁴ Nome fictício atribuído a uma grande cidade do interior da Bahia.

¹⁵ Nome fictício atribuído a uma pequena cidade do interior da Bahia.

atendentes de enfermagem fazerem um curso para transformá-los em auxiliar de enfermagem, Maria relatou que fizeram:

uma escola de enfermagem, porque naquela época quando eu cheguei em [Condado], [Outra cidades], todo mundo ainda era atendente de enfermagem e o COREN¹⁶ exigia que eles deveriam ser técnicos de enfermagem, ai eu fui com o diretor, como ele tinha uma influência política, ele tinha associação lá em [Condado], montei uma escola, a gente foi pra o antigo ACM¹⁷ né, falecido, que na época era senador, ai ele conversou com Heraldo Tinoco e ele autorizou a liberação desse curso e nós [...] profissionalizamos quase 700 pessoas, de 500 a 700 pessoas, porque nós montamos turma em [Diversas cidades]... tudo, para essa escola e financiada pelo governo. O governo que pagava tudo: o local e os professores; os alunos tinham a capacitação de graça, então isso foi a gente que conseguiu.

Após um período de quase 3 anos, Maria não queria mais permanecer naquele local por alguns problemas e por ter feito uma boa quantia de dinheiro. Ela, seu esposo e sua filha voltaram para Gondor onde ficaram sócios de um hospital pediátrico. Por ter trabalhado em vários hospitais, eles possuíam um bom patrimônio também na capital do estado, vendendo-o para estabelecerem essa sociedade. Maria não quis descrever muito dos acontecimentos dentro desta sociedade, pois para ela isso em nada a influenciou ou influencia, só contou que depois de três anos a sociedade passou por alguns problemas, fazendo com que Maria e seu esposo vendesse sua parte da sociedade.

Depois de algum tempo, tiveram a chance de abrir um hospital pediátrico em outra cidade, optando por uma que eles tinham contato com o prefeito. Quando estava tudo certo, já assinado, o prefeito morreu em um acidente de carro e tudo foi “*por água abaixo*”. A mãe de Maria, já atuante no meio político de Natal como vereadora, os chamou para que esse hospital fosse implementado na cidade, pois Maria valorizaria sua cidade natal. A mãe de Maria procurou vários terrenos e encontrou uma boa área para a construção deste hospital pediátrico, onde ocorreu primeiro a construção da casa de Maria e depois a obra do hospital. Assim, saíram de Gondor e foram para a cidade Natal.

¹⁶ Conselho Regional de Enfermagem da Bahia

¹⁷ Antônio Carlos Magalhães, político baiano.

Inicialmente, a vinda de Maria e família para sua Natal “*foi puramente técnico*”, pois ela iria trabalhar na área de enfermagem sem o envolvimento político. Este, ficaria a cargo da sua mãe que nessa época era vereadora do município. A mãe de Maria se candidatou uma vez para ser vereadora, mas só havia entrado para cumprir quantitativo. Na 2ª tentativa, a família não abraçou a campanha, mas ela ficou como suplente. Os familiares vendo que teria chance, abraçou a campanha na 3ª tentativa e ajudou a elegê-la. No primeiro mandato, ela passou tranquila, mas no segundo ela teve problemas de saúde seríssimos e não podia continuar.

[...] os 2 últimos anos ela já tava com a saúde bastante debilitada, e com dificuldades física até de enfrentar uma próxima campanha eleitoral que pra ela seria impraticável fazer. Ai foi quando a família se reuniu e mediante assim, até a ter dentro da família uma pessoa na política, e ai a gente achava né, que com uma pessoa dentro da política seria também mais fácil de você intermediar os próprios funcionamentos do hospital dentro da cidade. E ai foi quando a gente se reuniu, 2 anos antes e **a gente começou a ventilar a ideia que seria meu nome, por ser mulher né, dar continuidade o trabalho da mãe, ser mais comunicativa, ser mais, ter maior receptividade, e gostar.** Porque dos 4 filhos, 2 eram envolvidos na política e 2 nunca, não queria nem saber e **os 2 envolvidos eu e meu irmão mais novo, eu tinha mais essa... essa habilidade, o irmão apesar de ser bom, estrategista, pensar bem, e entender bastante de política, de gostar de política, mas ele não tinha esse carisma, talvez essa aceitação mais fácil do que naquele momento a gente entendia que seria, seria eu.** E ai a gente, foi por isso, dar continuidade a esse processo político e achar que a instituição haveria uma importância de ter alguém político pra poder tentar justamente, manter os convênios, manter o credenciamento com o SUS né, então ai a gente decidiu colocar o meu nome para concorrer as eleições de 2008 né?!

A escolha de Maria para ser a candidata da família foi principalmente por ser mulher e ser considerada como detentora de carisma. Através do fragmento anterior, pode-se notar que os seus discursos evidenciaram uma dicotomia entre carisma e estratégia, onde o homem é o estrategista e a mulher é a carismática comunicativa. Este é um estereótipo cultural que o homem é razão e a mulher é emoção, o que teria muito a ver com a estratégia e o carisma (MACHADO, 2013 MORENO, 2003), sendo que durante o trabalho é visto que não é uma inato dos indivíduos mas da sua construção. Apesar de adentrar em um cargo eletivo nas eleições de 2008, a atuação de Maria no ambiente político-partidário não se restringia a isso e não iniciou aí. A próxima seção discutirá profundamente esses pontos. Mas antes de chegar a ela, falarei mais um pouco sobre o tempo do hospital em que Maria foi uma das donas.

Para Maria, “*a figura da mulher em política, em comércio, [...] não tem ainda respeito*”. Antes de ser vereadora, ela era diretora do hospital, porque seu ex-marido havia ido embora, assumindo diretamente a direção geral do hospital. Ela negociava com os fornecedores, com os médicos que prestavam serviços, contratava o pessoal de limpeza, demitia e admitia todo o pessoal. Dessa forma, muitas vezes o irmão dela tinha que está junto porque era uma questão de ser respeitada. “[...] *o pessoal tinha essa coisa de que ‘ah é mulher’, ‘como é que [nome de Maria] é dona de um hospital’?*”

Maria como mulher é visto como uma identidade falha ao ocupar aquela posição, onde não deveria estar ali. Machado (2013) traz que no pensamento ocidental a mulher é vista numa hierarquia de valor como inferior ao homem, onde o mesmo sempre está associado a elementos que estejam em posição superior. Sawaia (2001) afirma que nas identidades de gênero existe uma valoração do masculino. A participante nos relata que teve um atrito muito grande quando foi demitir uma médica, pois:

[...] ela deu um plantão muito ruim, teve um problema seríssimo dentro do hospital, então eu fui demitir ela. Ela era filha de médico aqui dentro da cidade, então foi e disse ‘quem é você pra dirigir, pra demitir, quem é você? Quem é você?’ Tantos questionamentos da identidade pessoal, como da identidade profissional, porque enfermeira ser dona de hospital e ainda mulher.

Assim como no trabalho de Souza e Pereira (2013), os próprios semelhantes viam a identidade de gênero de Maria como falha, como se ela não pertencesse aquele lugar, pois o dono do hospital deveria ser homem e médico, um empresário. Observa-se que as posições que os indivíduos podem ocupar no espaço social são influenciados também pelas identidades de gênero, onde discursos também controlam as funções que cada um deveria exercer. Neste ponto, também se vê a heteronormatividade, onde este dispositivo de poder exerceu forte influência no que os indivíduos podem ou não fazer (FOUCAULT, 1985; SOUZA; PEREIRA, 2013). A participante via a diferença do tratamento de quando abriram o hospital, quando o ex-marido dela estava na direção e depois quando ela assumiu. “*As pessoas olhavam: ‘ah, o empresário que veio de Salvador montou um hospital’*”. A heteronormatividade atua exercendo pressão nos indivíduos que a subvertem, nesse caso de Maria, ela não poderia ser dona do hospital de acordo com esse dispositivo de poder social, apenas o seu ex-marido (SOUZA; PEREIRA, 2013). É importante trazer que a

heteronormatividade não atua apenas em práticas sexuais mas organiza a vida em sociedade seguindo certos preceitos (MISKOLCI, 2009). Quando o ex-marido de Maria deu um golpe no hospital, foi embora e se separou dela, eles não encaravam ela como empresária, só como alguém de Natal que estava à frente de um empreendimento de terceiros.

[...] o empresário que veio, aplicou um golpe e foi embora era o empresário, aí tinha um prestígio e a gente que queria arrumar a coisa e andar correto não tinha esse prestígio, eu creio que também por conta de ser mulher, então eu tive muita dificuldade nesse enfrentamento mais do que na política.

Existe uma rotulação histórica e cultural na sociedade, onde o homem normalmente é visto como o racional e a mulher com o emocional. Por conta disso, a população vê como os homens sendo melhores administradores que as mulheres. Se ambos apresentam alguma diferenciação, isso se dá por conta dos estímulos recebidos na socialização primária durante a construção de cada um, não diferenciando sexo e gênero quanto a isso (MORENO, 2003). Em seu estudo, Souza, Bianco e Junquilha (2015) trazem uma discussão semelhante, onde dentro do mercado de trabalho existe um estereótipo cultural onde as mulheres são vistas como inferiores em termos de racionalidade que os homens, dificultando a sua atuação. Através das falas de Maria, pode-se observar que foram atribuídas características culturais como se não fosse pertencente aquele local, que ela não teria habilidades para exercer a atividade diretamente só pelo fato de ser vista como mulher pelos outros (SOUZA; BIANCO; JUNQUILHO, 2015).

Além disso, tem aquela história que *“santo de casa não faz milagre, pois o povo de [Natal] nunca valoriza seus filhos”*. Maria acreditava e creditava que sua primeira votação, um recorde até hoje estabelecido e não quebrado, foi devido a sua atuação no hospital, onde o fato de ser mulher não a ajudou ou prejudicou diretamente. *“Apesar de ser 100% SUS, era um trabalho de qualidade”*. Maria relata que além de assumir a direção do hospital sozinha, ocorreu um concurso público em Natal, onde sua mãe a colocou para fazer, *“que ela não queria que eu sáísse de [Natal] e fosse embora novamente”*. Assim, a participante passou no concurso e foi trabalhar no Hemoba¹⁸

¹⁸ Banco de Sangue (Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia)

da cidade, onde a mesma trabalhou 5 meses de graça e apenas depois foi receber o 1º salário, tudo acordado com o então prefeito, aliado de sua mãe.

Fui porque eu achava importantíssimo abrir o serviço de unidade de sangue dentro de [Natal], e nós não tínhamos né?! Então eu acho importante, na época nenhuma enfermeira do estado quis assumir, era um serviço pioneiro, então eu... eu decidir. Fui com a cara e a coragem, nunca tinha trabalhado na área de hematologia, resolvi assumi e abriu e tô lá trabalhando até hoje né, que é o Hemoba, que é ligado à rede de Salvador.

Assim, Maria ficou trabalhando como enfermeira do Hemoba e diretora do hospital, quando teve a eleição. Assim, *“eu já saí da direção do hospital, que eu não podia exercer né? Cargo de diretoria, aí ficou meu irmão sendo diretor do hospital e nisso ele tomou frente do gerenciamento todo e eu cuidava da contratação e escala”*. Isto ocorreu não por questões de gênero, mas por causa da vereança de Maria. O próximo ponto discorrerá sobre a atuação política de Maria.

6.3 O MUNDO DA POLÍTICA

Maria sempre foi *“envolvida na política”*, sua mãe sempre a levava para os comícios e estava envolvida com os partidos políticos mesmo antes de ser candidata. A participante me revelou que sua mãe a colocava para subir nos palanques e *“cantar músicas, jingles políticos na frente de todo mundo. Ela achava tudo isso normal, então eu vivi nesse ambiente político”*. A influência era tamanha que o primeiro trabalho da mãe dela, sem ser autônoma, foi um reconhecimento político por ter atuado em uma campanha. Dos quatro irmãos, apenas Maria e o mais novo que eram ligados e são até hoje na política, os outros dois nunca gostaram. *“A gente ia, a gente participava, a gente cantava em palanque [...]”*. Assim foi o período da infância e adolescência de Maria na política. É interessante notar que os dois que foram criados e construídos mais próximos da política, continuaram a gostar de participar da política partidária.

Saindo de casa, na época dos seus estudos em Salvador, ocorreu a eleição para presidente do Brasil de 1989 que tinham como principais nomes: Fernando Collor, Lula, Mário Covas, Leonel Brizola, Roberto Freire, Ulysses Guimarães e Paulo Maluf. Maria relata que ela defendeu a candidatura de Mário Covas, que fazia parte dos Tucanos. Ela contou que foi para o diretório do PSDB, pegou o plano de governo dele,

estudou e procurou saber. “[...] na faculdade, a gente tinha disciplinas de debate, coisas assim, aí dividia e eu sempre ficava com Mário Covas, nunca com outro”. No dia da eleição Maria relatou que apesar de não conhecer quase ninguém em Salvador colocou adesivo e foi para boca de urna.

[...] mesmo eu não sendo filiada a algum partido lá em Salvador, não sendo militante, mas eu ia pra rua no dia da eleição, botava adesivo e ia pedir voto pro candidato que eu achava que era mais interessante né?! No dia eu passei o dia todo na porta de um colégio lá, [...], juntei com um pessoal que tava lá, tava mais um grupo, ai eu: ‘é, acho que agora deu, já dei minha contribuição pra tentar fazer dessa pessoa o presidente do Brasil’. Infelizmente naquela época não foi o que eu era, que era Mario Covas, mas de qualquer forma eu me achava no dever de fazer isso e lá fiz e fui pra casa tranquila como assim, fiz meu dever cumprido em relação a esse daí né?!

Pertencente ao Diretório Central dos Estudantes (DCE), a participante deixa claro que isso não a influenciava diretamente pois o “*povo era aqueles extremistas, [...] era muito esquerda, [...] iam pra reitoria, fechava... e eu não, eu era Mário Covas*”. Maria afirma que já tinha uma consciência política do que acreditava, mesmo em um ambiente totalmente de esquerda como era a UFBA, ela não gostava nem de um extremo e nem do outro, “*então eu sempre fui mais centro-esquerda na época, o PSDB era na época centro-esquerda né?!*”

[...] então eu escolhi Covas completamente. Numa disciplina teve um debate dentro da faculdade e o debate foi sobre a política, por equipe, cada equipe deveria apresentar um candidato e eu fui fazer parte do debate como sendo Mário Covas né?! Como eu falei, fui lá no... no partido, peguei o plano de governo, estudei, tudo isso e porque eu gostava, eu me identificava, não sabia teoricamente, não tinha noção muito... é... de algumas coisas, de trajetória do partido, mas eu me identificava com a ideologia do partido naquele momento, de centro-esquerda, né, e eu achava que Mário Covas poderia me representar com o plano de governo que o partido naquela época fez, e ai assumi tanto na faculdade e o tempo desse ai, mas era, eu era assim, como dizia os jovens, a linguagem mais jovem, era muito safo, não tinha isso de me intimidar por ser uma faculdade de esquerda. Na faculdade de enfermagem nós não tínhamos assim uma política tão acirrada, como era os outros cursos né?! Os outros cursos lá na UFBA, filosofia, psicologia, artes cênicas... então esse pessoal que tinha aquela coisa de política mais acirrada, dentro do curso de enfermagem nós não tínhamos esse embate, esse enfrentamento político tanto assim, mas de qualquer forma eu não me intimidava, nunca... nunca me mostrei assim de recuar em algo em relação a ter ideias dentro da faculdade, naquele momento assim, eu tenho minha postura, minha ideia, quero que você respeite do mesmo jeito que eu respeito a sua.

Maria deixa claro que suas opiniões não são fáceis de mudar, ela pode reavaliar alguns conceitos, mas mudar é muito difícil. Ela nunca foi muito de ser levada pelos

outros e sempre buscou estudar as coisas que interessava. Segundo ela, isso ocorreu na religião, na política e em todas as áreas da sua vida. Maria diz que pensamento divergente e em discordância do seu nunca foi um problema. Apesar dela acreditar que nunca foi levada durante a sua vida, mas na construção deste trabalho foi visto que as relações de poder compeliram ela a seguir determinados caminhos (FOUCAULT, 1985; 1995).

Dentro da família, a saída de casa influenciou no distanciamento para com seus familiares no período em que morou em Salvador. Para ela, *“tinha o direito de ser líder de sala, de escolher meu candidato a deputado, as vezes deputado não me envolvia muito porque era distante”*. Se tratando de governador e presidente, Maria afirma que ninguém pedia, pois sabia que ela votaria por estudar. *“Nessa época teve Fernando Collor que foi um cometa né?! Uma ascensão assim no Brasil, mas eu não me empolguei, estudei os planos de governo e direcionei para o que eu acreditava”*. A família nunca teve intervenção direta nessa época nas escolhas de Maria, nem de conceitos e ideologias, apenas uma vez se tratando de deputado estadual, uma pessoa de Natal e próximo da mãe dela que se candidatou, fazendo com que ela ajudasse na campanha em Salvador distribuindo santinhos no hospital. Maria relata que sempre esteve envolvida na política. Na UFBA, quando pegava disciplinas optativas, tinha tendência de ir para áreas relacionadas a questão política.

6.3.1 Inspiração e entrada na política eletiva

Como já foi comentado nesta pesquisa, a mãe de Maria já havia sido vereadora por dois mandatos. Ela se *“candidatou 2 vezes sozinha praticamente, pra poder se eleger com ajuda da família na terceira”*. Assim, ela *“que quebrou os paradigmas dentro da família”*.

Eu lembro que na primeira eleição ela se candidatou mesmo meu pai criticava, a gente ouvia muito assim: **‘isso né coisa pra poder mulher casada tá procurando, isso né coisa pra pessoa tá se envolvendo, política não é coisa pra uma pessoa como você’**. Como ela se candidatou e a própria irmã dele, que é minha tia, foi com minha mãe pra rua, e andava e pedia os votos, ela não foi eleita nessa época, aí ele recuou mais um

pouquinho nos comentários dentro de casa. Ai quando chegou a outra eleição a família tentou abraçar, ele mesmo viu por conta que ela saiu sozinha com a tia e conseguiu um quantitativo de voto razoável, então ele, ela pode se eleger, então naquela época se podia pintar camisa, bandeira, então lá em casa a gente era uma fábrica, eu não morava aqui, morava em [Gondor], mas chegava e ajudava, [...], então ele mesmo[pai] se envolveu mais, muito mais, meu pai, então ele perdeu isso, não ela tem condição, que ele criticava acho que pensando assim: 'ela tá perdendo tempo porque nunca vai conseguir, mulher na política, a gente sem dinheiro, pessoas simples né, humilde, ganhar política em [Natal], aí ele achava que naquela época a política era pra Doutor, era pra aquilo outro, [...] minha mãe quebrou mais essa coisa, então quando foi colocado meu nome, a família já estava adaptada teoricamente a processos políticos, meu pai no 2º mandato de minha mãe recuou mais... por motivos pessoais dele, mas meu irmão sempre manteve o dia-a-dia, acompanhar ela aqui na Câmara né?!

Sobre a entrada na política da mãe de Maria, os discursos evidenciaram que ela sofreu muito preconceito, pois aquele espaço não era visto como pertencente a ela (COSTA, 1998). Nesse período, o trabalho da mulher era visto apenas como uma extensão das atividades domésticas (BRUSCHINI; PUPPIN, 2004). A frase em destaque mostra que o pai de Maria acreditava que a política não era um ambiente para mulher, muito menos para mulher casada. Logo, a performance expressa pela fala dele está relacionada com a reiteração das práticas inscritas na sociedade e no tempo que estavam inseridos, onde *“a política não era local de mulher casada”*. É importante lembrar que no início da conquista do voto feminino, as mulheres casadas apenas podiam votar com autorização do marido (BRASIL, 2015; SOARES, 2013). Esta prática é tomada como normativa e vinculada às normas regulatórias de gênero e do sexo, onde a fala do homem demonstra um gesto de posse da mulher dentro do casamento. A atuação performática da masculinidade promovia a identificação do pai de Maria com essas normas regulatórias, onde independentemente disto, a mãe de Maria subverteu e buscou a candidatura (BUTLER, 2000; 2003).

Durante o mandato de sua mãe, Maria não ia muitas vezes para as sessões, mas acompanhava tudo pelo rádio. Seu irmão, acompanhava *“na parte física e eu[Maria] acompanhava de casa”*, pois aquele ambiente não era um ambiente que ela pertencia (COSTA, 1997). Ela sempre ligava para o irmão passando dicas de como a mãe poderia falar, trocava algumas ideias pois a mãe era uma pessoa simples e não tinha muito estudo, uma formação, limitando-a dentro do próprio parlamento. Como já foi discutido neste trabalho, saber tem uma vinculação com o exercício do poder, assim

Maria buscava auxiliar a sua mãe nesta área para que ela pudesse “*ter mais voz dentro da Câmara*” (FOUCAULT, 2008a). Isso estimulou a participante a estudar para ajudar sua mãe, estudava a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno, o Orçamento. “*Vinha mesmo orçamento, eu já estava morando em [Natal] no orçamento do município, [...] eu sentava com ela e discutia os pontos*”. Isso tudo ocorria antes do nome de Maria ser cogitado a entrar e concorrer para vereadora:

[...] gostava de olhar e as vezes até fazia algumas emendas e mandava ela apresentar, porque eu achava importante e... apresentar isso daí. Então eu já lia uma LDO, eu já lia um orçamento, já lia o regimento interno, antes mesmo de sonhar e pensar em ser vereadora, porque realmente digo pra você, enquanto minha mãe era vereadora, na minha cabeça não passava de forma nenhuma que um dia eu iria vir para ocupar o lugar dela.

A mãe de Maria começou a passar por alguns problemas de saúde no decorrer do seu segundo mandato. Faltando dois anos para encerrar o mesmo, “*a família decidiu que teria outro candidato, que a família ia apresentar pra dar essa continuidade e que seria eu[Maria]*”. Ela aceitou tranquilamente, “*porque eu gostava, eu me identificava*”. Então a família de Maria decidiu colocar o seu nome, mas antes foram estabelecer uma oração a Deus e vê se “*era da vontade de Deus*”. Aqui, se vê novamente na religião da família de Maria, inclusive nos seus processos decisórios. Outro ponto a dizer é que Maria vai de encontro a maioria das mulheres que possuem influência familiar na entrada na política, pois ela normalmente se deve ao pai ou marido, no caso de Maria é a mãe, uma mulher (BARBOSA, 2008).

O campo já estava preparado por causa da sua mãe, que já havia vencido diversas barreiras dentro da família e até na sociedade de Natal. Assim, Maria entrou no partido que a mãe foi eleita por duas vezes. No entanto, ao sair a mãe falou que estaria abrindo mão da vaga de candidata para sua filha, e o pessoal do partido falava: “*não, ela não ganha, quem é [Maria] que voltou agora de Salvador, passou 13 anos fora, ela não ganha*”. Achavam que ela era uma sonhadora, que não tinha qualquer perspectiva de ganhar, achava que era só para cobrir o coeficiente de mulher. “*Ai foi quando a surpresa ocorreu, a votação que eu tive, aquele quantitativo de 2.500 votos, uma votação que entrou pra história, um recorde até hoje não alcançado*”.

6.3.2 Vish, agora que é coisa¹⁹

Ao ser eleita a primeira coisa que Maria buscou foi diferenciar o seu mandato, pois não queria ser comparada a sua mãe que em muitos momentos fora acusada de falta de conhecimento nas discussões e, como muito discutido: o saber gera subordinação (FOUCAULT, 1985; 1995). Além dela, a Câmara de Vereadores de Natal passou por uma renovação, onde 11 dos 15 vereadores eram novatos. Dessa forma, Maria propôs fazer uma coisa diferente, pois na última Câmara que ela acompanhou “*teve votação dupla, teve a questão da justiça, teve propina pra eleger presidente e até vereador sumindo em dias de votações*”. Assim, mesmo sendo a mais votada e não sendo leiga como muito dos novatos, ela propôs todo mundo sentar de igual forma e discutir a presidência da Câmara. Vendo que a estratégia não estava dando certo e tendo uma boa relação, até aquele momento, com o prefeito eleito, ela ofereceu o seu nome para ser presidente, mas “*as acomodações políticas já estavam sendo feitas e manipuladas, não achando que meu nome seria o ideal*”. Por isso, juntaram 8 vereadores, 7 novatos e mais 1 que havia sido reeleito, com uma proposta de fazer uma presidência de Câmara diferenciada, “*mostrando a comunidade que a gente podia ser diferente, [...] sem compra de voto, conchavos e nem passar no bigode do prefeito*”. Assim, foi feito um documento estabelecendo os presidentes do 1º e do 2º biênio, onde Maria abriu mão de concorrer para dois neófitos, onde “*se despiu de vaidades*”. É importante afirmar que nos discursos de Maria em nenhum momento notou que a não escolha dela não foi por questões de gênero, mas sim pelo jeito que ela tinha, a sua “*personalidade forte*”. Todavia, no Brasil existem poucas mulheres em presidência de casas legislativas. Se tratando do Senado e da Câmara dos Deputados, apenas em 2011 a deputada Rose de Freitas, do Espírito Santo, conseguiu o cargo de 1ª vice-presidente. Ela foi a primeira mulher titular de cargo na Mesa Diretora da Câmara, demonstrando que existe um preconceito para que as mulheres assumam tal posição (SOARES, 2013).

¹⁹ “[...] quando falou assim: ‘oh, você ganhou a eleição e vai ser vereadora’, eu falei: ‘vish, agora que é coisa’” (Maria).

A família de Maria, no período de eleições, sempre teve pessoas em outro partido e nunca eram manipulados pelo partido. “*O que eu vejo muitas vezes é que os partidos querem candidatos para serem acomodados de acordo com interesse deles, quando a gente tem opinião própria [...] a gente não é bem-visto*”. As relações de Maria com seu partido não foram boas desde o início, pois o partido acreditava que ela era muito independente, não tendo como manipular e influenciar. “*Então, a gente nunca teve essa questão de opinião de partido, a minha opinião é a minha opinião, é a visão que estava tendo*”, e o partido nunca a valorizou. Ainda mais que na época que foi eleita, com mais de 2.500 votos, “*eu consegui arrastar mais 3 vereadores, porque me elegi só com meu coeficiente e sobrou muito*”. Ela critica o partido por aceitar que vereadores que estavam de saída do partido eram mais ouvidos e os colegas não levavam muito em consideração o que ela disse. As relações partidárias serão retomadas no ponto 6.3.5.

Maria diz que sabia fazer a campanha e colocar o povo na rua para trabalhar, mas não tinha a “*malícia política de tentar fazer as composições*”. A participante deixa claro que isso não reflete só na campanha municipal, mas quando vai apoiar um deputado de sua escolha não faz as amarrações devidas, fazendo com que em muitos casos “*o deputado passa a perna*”. Observa-se que Maria no trabalho de enfermeira e como diretora do hospital trabalhou muito tempo na administração, ajudando-a na organização de uma eleição. Mas fazer “*a politicagem*”, sua criação nunca ensinou.

[...] nunca cheguei prum deputado, ‘oh eu apoio você se você me pagar tanto’... ‘eu apoio você se você fizer isso assim assim’, nunca. Então a gente vai, vamos votar em você, apoiar você, pedir voto, tem o pessoal que pode ir pra rua, o pessoal que paga pra ir na rua é X, o carro de som é X, mas a gente mesmo nunca ficou com 1 centavo. Então eu acho que **talvez isso seja inexperiência política, malícia**, porque hoje a política é a arte do diálogo e da conversação, então muitas coisas a gente vê a promessa ainda, então a gente, várias vezes deputados ‘ah me apoie que quando chegar a sua eleição a gente lhe dar apoio’ ai chega a eleição da gente ‘ah porque eu tenho fulano de tal, fulano de tal, então eu posso te dar isso daqui’, então quer dizer, uma mísera ajuda que teoricamente não influencia uma campanha eleitoral e que no momento que ele precisou dentro da cidade a gente foi de pé e cabeça. [...]. **Então, eu vereadora hoje, política, não amadureci isso, essa tramitação política, teoricamente 8 anos que eu digo que não sei fazer negociatas, não sei negociações, não sei o que que daria esse nome**, mas a gente ainda, eu digo que... eu diria que seria inexperiência mesmo.

No decorrer da história de Maria, observar-se que apesar dela já participar na infância de atividades políticas, em nenhum momento ela foi preparada para adentrar como candidata naquele espaço. Pelos seus discursos fica claro que naquele período a política era um ambiente que a mulher não deveria se envolver, como o seu pai afirmou na primeira vez que sua mãe concorreu (COSTA, 1997). Assim, Maria não foi preparada e seus 8 anos de mandato não construíram certas atitudes vistas como normais no ambiente político. Isto se deve a sua construção social, mulher e religiosa, não a preparando para ter estas atitudes. Moreno (2003) ao discorrer sobre pontos semelhantes, afirmou que a construção da infância feminina, com brincadeira e o trabalho doméstico, preparam-na para um pacifismo social. A própria educação visa preparar a mulher para a atuação no espaço doméstico, não a preparando para exercer cargos públicos e de chefia (LOURO, 2000a).

Maria relata que quando foi eleita vereadora “*o mundo se abriu e eu achava que era justiceira*”. A situação começou a mudar logo nos primeiros meses, onde apesar de ter uma boa relação do o prefeito, ela começou a observar algumas posturas que não achava correta e assim teve o primeiro grande atrito.

Lá no hospital [...] sem água, sem água, sem água... ai eu: ‘oxente, o que é que está acontecendo?’, e nisso a gente ia comprar água, os carros pipas, porque na época de [ex-prefeito] tudo era de graça e nesse novo gente comprava. Ai quando chegou a diretora na época do SAAE²⁰ foi lá e fez uma denúncia no Ministério Público do hospital, que o hospital não tinha capacidade de funcionar porque ele não tinha reservatório de água. Ai a gente chegou e viu uma ação, uma denúncia no MP, a gente achou estranho. Como a gente tava do lado do prefeito, é amigo do prefeito e chega uma coisa dessa? Fui pro gabinete do prefeito mostrar ai o prefeito... ‘é, se ela acha isso vai ser apurado isso’, quer dizer, a gente, a família que na época né, eu não tinha entrado porque era do outro partido, **mas a maioria da minha família tinha entrado na política do homem, tinha ajudado e ir com uma postura daquela**, a irmã dele trabalhava lá dentro do hospital, a gente achou estranho. Ai a gente foi pro Ministério Público, fizeram vistoria e a vistoria viu lá mais de 3 tanques dentro do hospital, imensos, eu falei: ‘tanque tem, só não tem agua que cai, agora eu posso entrar na justiça pra ela, porque se eu sou consumidora eu to pagando minhas contas em dia, eu tenho direito de ter água no meu tanque e não está comprando além do que eu pago de taxa de água, de esgoto e tudo...’. Eu tava comprando em carro pipa, ai a gente foi, não tendo apoio nenhum pra instituição, que a gente esperava que seria diferente, não ter água era irreal, é... é errado, mas apoio pros serviços

²⁰ Serviço Autônomo de Água e Esgoto: uma autarquia existente em várias cidades brasileiras, responsável por gerir os recursos hídricos do município, tendo autonomia econômica, financeira e administrativa.

funcionar, pelo contrário, foi tendo só obstáculos, dificuldades, ai eu falei, 'então pronto, se ninguém quer o apoio da gente, então também...' foi quando coloquei em prática de ir ao Tribunal de Contas e investigar o dinheiro público.

A frase de Maria, “*política do homem*”, deixa transparecer como que a política fosse vista como algo pertencente aos homens, nesse caso, seria algo do candidato à prefeito (COSTA, 2010; GONÇALVES, 2008). Durante as investigações Maria descobriu uma “*infelicidade, uma atrocidade que realmente fez contratações irregulares, ilícita [...]*”. Assim, montou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que será aprofundada no próximo ponto.

6.3.3 Uma CPI não é para feminilidade

Uma CPI é quando o poder legislativo conduz investigações, fazendo com que dentro da própria casa legislativa sejam recolhidos os depoimentos e informações a respeito do tema investigado. Para sua instauração, deve ter algumas particularidades, dependendo de cada Casa Legislativa (BULOS, 2001). Na casa pesquisada, eram necessárias 5 assinaturas de vereadores.

Maria relatou que foi presidente da CPI, a primeira dentro de Natal contra um ato do prefeito, algo que ninguém teve coragem de enfrentar. Assim, ela visitou diversos órgãos fiscalizadores federais, como a Receita Federal e, apesar de muitas ameaças e oferecimento de vantagens, ela relata que não fez “*o que seria incompatível com que acreditava ser correto, fechar os olhos e achar que não aconteceu*”. A abertura desta CPI se deu porque “*a prefeitura tinha cometido um ato irregular que era ilícito, que não tinha depósito de [...] INSS da maioria dos agentes políticos, fraudando o GFIPS, [...] devendo a Receita Federal em mais de 5 milhões*”. A CPI provou ser um desafio muito grande para Maria.

Eu acho assim, como falei com você, a CPI pra mim foi um desafio muito grande, foi a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito julgando um ato do Prefeito, que até então só tinha tido uma única CPI aqui dentro da Câmara de toda a existência dela, foi pra apurar um ato de atendimento de saúde no [Nome do Hospital], feito pelo vereador [Nome do vereador], então... foi **difícilimo, primeiro porque eu era mulher né, então os próprios colegas não acreditavam, num creditavam, não dava credibilidade nisso daí.**

A performatividade demonstrada no trecho acima, demonstra que existe uma marcação da feminilidade como sendo inferior, que não teria credibilidade para estar presidindo uma CPI os que performarem dessa maneira. Pelos discursos de Maria, pode-se afirmar que naquele momento ela teve que performar o masculino para “*marcar território*”, onde “*foram os momentos em que eu[Maria] agia de forma mais agressiva e até com uma certa violência*”. Portanto, ao manifestar a performance masculina no momento em que presidia a CPI, reiterou por meio dos discursos as normas regulatórias do sexo, onde o masculino tornava-se socialmente aceito naquele ambiente (BUTLER, 2000; 2003). Maria faz tanto o feminino quanto o masculino, ou seja, a performance não tem relação direta com o corpo biológico, mas sim com o fazer gênero. Maria reproduz as normas performativas de gênero ao mesmo tempo que desfaz, desconstruindo e colocando em xeque essas mesmas normas (BUTLER, 2003; WEST; ZIMMERMAN, 1987).

O desafio da CPI se deu já na abertura, onde precisaria de 5 assinatura de colegas e só tinha 4 vereadores de oposição, somando Maria. Assim, ela aproveitou da briga de um colega com o prefeito e colocou-o para assinar, mas depois ele quis retirar a assinatura e não pode, “*então, até para ter coragem de assinar o requerimento, quase ninguém quis*”. Após colocar em prática, ela foi e assumiu a presidência da CPI e começou uma verdadeira saga.

[...] quando a gente foi e assumiu a presidência, a minha sorte que a gente colocou um advogado muito bom, que deu um apoio muito bom, ai veio [Nome de vereador] também, que era um político nato né, o cara é assim fenomenal, admiro ele como político né, [Mesmo nome do vereador], a atuação dele aqui na Câmara, então... mas foi eu e ele. Então a gente abraçou isso, a gente fez assim, a gente vai fazer a coisa acontecer. Então, tanto que quando eu ia pra um determinado lugar eu ia ou com [Mesmo nome do vereador], ou eu ia com o advogado, primeiro porque eu precisava de uma outra pessoa pra tá de junto e também digo pra você, em relação mais aquilo depois quando a gente vê aqui na Câmara, que a gente via o pessoal da situação, o Secretário de Fazenda fazia sarcasmo da cara da gente né, como se falasse que aquilo ali não fosse dá em nada, como se fosse assim, a gente tem um poder muito maior de você, fazer essa CPI, e ai a gente de cara a cara, pegava depoimento, e tive a audácia de enfrentar. Como eu falei com você, **a gente teve diversas ameaças pessoais, justamente isso, por ser mulher, eu tinha 2 filhas que eram mulheres, então, a gente recebia ameaça, tinha que andar com guarda costa, com pessoa acompanhando.**

Os enfrentamentos de Maria como presidente foram grandes, ainda mais por ser mulher. Através dos seus discursos fica evidente que ela sofreu retaliações por criar a CPI e assim, quebrou regras performáticas ao desafiar um homem em uma posição que a sociedade considera superior. A participante desfaz o gênero indo de encontro as marcas inscritas em seu corpo que foram produzidos pela heteronormatividade, desafiando esses discursos reiterados socialmente (BUTLER, 2003). Todavia, ela teve que andar acompanhada de uma figura masculina a todo tempo, fazendo com que com isso, o impacto sobre sua vida diminuísse. Maria deixa evidente que possuir duas filhas mulheres também foi um fator que gerou “*problema*”, onde foi ameaçada justamente por serem mulheres. Machado (2013) afirma que a mulher é vista como inferior ao homem na sociedade ocidental, então, ao desafiar alguém ou algo do sistema vigente gera inúmeros problemas para o indivíduo. Maria desafiou o prefeito e ainda foi uma mulher presidindo uma CPI, algo nunca visto na cidade e região, subvertendo a ordem e sofrendo consequências em função disto (MACHADO, 2013).

Maria afirma que o estudo e o conhecimento que a mesma teve dos procedimentos e regimentos da Câmara foi fundamental, pois “*eu criei essa identidade e essa posição com todo o povo e os colegas, uma identidade de que eu conheço, eu estudo*”. É importante observar que ela se reconhecia como isso, identificava o saber como ferramenta importante na sua identidade de vereadora (SAWAIA, 2001). Isto foi fundamental durante a CPI e para que ela levasse a frente todo o processo. Pelos discursos da participante o saber foi fundamental para controlar a CPI, onde esse instrumento do exercício do poder a auxiliou por todo o processo (FOUCAULT, 2008a). Durante os recolhimentos de vida, ficou evidente que a CPI não é um espaço para indivíduos com performances femininas e Maria performava o masculino compelida por aquele espaço.

Em relação a CPI a gente foi muito difícil, até aqui na Câmara, no plenário, em discussões **nós já tivemos embates fortíssimos e que muitos dos colegas não têm respeito nenhum em relação a se é mulher né, inclusive assim, na própria discussão tentar intimidar com um tapa na mesa, ai eu já tive discurso também de ir lá na tribuna e meter o tapa na mesa, porque "olha, a força que você tem eu também tenho", a força física que você tem você tem ai, e o discurso eu tenho mais ainda que você.** Então isso a gente vê demais, infelizmente ainda vê, e muitos assim, quando não consegue ir pelo argumento político, ai vai pra esse argumento de intimidação. Tanto que todas as sessões praticamente eu venho com uma

pessoa, um homem, ou é marido, ou é o amigo, ou é meu irmão, porque infelizmente é isso, as vezes, agora não, mas já teve embates políticos que até a briga assim, de corredor que teoricamente na hora da gente sair a gente fica naquela da agressão até física, em relação a mulher como mais frágil, ele não vai no homem pra poder intimidar ele com a questão física, mas na mulher eles ainda vem com essa intimidação dentro do próprio plenário entendeu? Se é assim no dia-a-dia, imagine durante a CPI.

Charles (2014) afirma que as mulheres ao ocuparem posições que são em sua maioria ocupada por homens, devem “fazer masculinidade” para serem aceitas, onde devem ser mais agressivas. Os discursos de Maria evocam que ela teve “*que agir como homem diversas vezes*”. Isto ocorreu ao bater em mesas, ao falar de uma forma rude, demonstrando que “*agir desta forma era uma questão de sobrevivência como vereadora*”. Assim, observa-se que Maria performava diferente da forma com a performatividade compelia ela a seguir (CHARLES, 2014). Butler (2000) afirma que a performance é feita com objetivo estratégico, o que foi observado nos discursos da participante, na qual estas performances a ajudou dentro daquele espaço. É importante afirmar que essa pesquisa não trata as performances como fixas de um ou outro gênero, fazendo com que o fato de ser mulher ou homem não limita a pessoa de ter performances de outra categoria (BUTLER, 2003). Maria ao exercer essa performance não estava fazendo de forma voluntarista, mas as relações de poder dentro da Câmara de Vereadores a compelia atuar desta maneira (BUTLER, 2000).

A CPI fez as dificuldades por ser mulher aumentarem para Maria durante esse período e, não só isso, ela teve uma retaliação do município, fazendo com que ocorresse o fechamento da unidade hospitalar.

[...] a gente teve a retaliação do fechamento da unidade hospitalar e pediátrica no município, por conta disso, simplesmente por um enfrentamento de uma CPI e da gente ter aberto uma ação civil pública contra o prefeito, porque ele infelizmente, ele infelizmente roubou o município diretamente. Estava naquela época em 5 milhões e pouco, e ainda pagou uns 700 mil a empresa, totalmente fraudulenta né?! Então por isso que eu digo que eu não sei se é devido a própria formação da gente, formação religiosa, não se permite isso, nem as negociatas, nem as negociações, aí é que a gente pensa justamente isso, que o eleitor ele não tem acesso, não tem noção disso, ele não tem acompanhamento disso.

Assim, o prefeito colocou carros de som e jogou na mídia que o hospital pertencente a Maria tinha recebido verbas públicas e tinha fechado, e “*ele botou na cidade toda e o povo todo acreditou*”. Sendo assim, o hospital entrou com uma ação no ministério

público, onde a promotoria aceitou o relatório e pediu que o município voltasse a repassar as verbas, mas isto aconteceu apenas 3 anos depois do fechamento, não sendo mais possível a reabertura. Maria relata que esse foi o maior enfrentamento que ela passou durante o seu tempo como vereadora na casa legislativa, pois apesar de fazer um dever, *“teve pessoas ameaçando a vida, invadindo a vida pessoal, justamente por minha atuação dentro da Câmara”*. Mesmo assim, ela foi a fundo investigar.

Então, quando eu fui pegar os depoimentos dos envolvidos, muitos falavam assim ‘é mulher, é uma coisa que não vai da em nada, não é importante’. Menosprezaram o ato, achando que isso não ia dar em nada, e ai eles se enganaram não é?! Ai que eu via a cara de menosprezo de muitos e quando eu vim pra poder prestar, e achando que não ia dar e infelizmente deu [Um dos poucos momentos que Maria mais riu na entrevista].

A performance masculina manifestada pelos depoentes na CPI expressa práticas tomadas como normativas. É importante falar que todos os depoentes na CPI foram homens. Dessa forma, ao falar frases como a expressa acima eles buscavam se vincular a um processo de identificação com os meios discursivos dessas normas regulatórias, sujeitados pelos processos de subjetivação que são construídos por essa normatividade. Esta normatividade, considerava Maria como inferior e como não pertencente aquele ambiente, fazendo com que isso não gerasse consequências maiores para eles (BUTLER, 2000; 2003). No entanto, ocorreram diversas consequências e isso foi algo consolador para Maria. Em seus discursos, foram manifestados diversos sinais de alegria por conta da CPI ter ido a frente e gerado consequências para o prefeito, onde ela afirma que *“valeu a pena ter sofrido cada menosprezo por parte do prefeito e sua turma... a justiça está demorando, mas não vai falhar”*.

O prefeito acreditou que estava acima da justiça e o fato de Maria ser mulher ainda facilitaria a sua absolvição. O menosprezo com que ele e seu grupo se referiam a ela demonstra isso, pois para eles as mulheres são inferiores e falhas. As identidades geram diferenças e também identidades vistas como superiores e inferiores na sociedade. A identidade da mulher, feminina e homossexual são algumas que são tratadas como inferiores, excluindo parcelas da sociedade de diversos locais, no caso

de Maria, de uma posição de destaque na atuação na Câmara (SOUZA; SILVA; CARRIERI, 2012).

Esta CPI gerou processos para o prefeito e até o momento o mesmo tem sido condenado em diversas instâncias, mas sempre recorrendo. Apesar de ter sido reeleito, a margem de votos diminuiu bastante, sendo que em pesquisas afirmaram que não votariam nele graças a CPI. Sua eleição em 2012 se deveu graças ao vice-prefeito que angariou muitos votos para o partido e, pesquisas²¹ afirmam que 62% dos votos obtidos foram graças ao candidato a vice-prefeito por não está envolvido na CPI. O próximo ponto, discorrerá sobre outras atuações de Maria durante seus 8 primeiros anos de mandato.

6.3.4 Uma vereadora atuante

Ela relata que “*não fez mais que sua obrigação*” como vereadora, mas que a grande maioria dos colegas e da população não viam desta forma. Maria afirma que “*criou uma identidade política dentro dos colegas, dentro da cidade pra quem acompanha política*”, de uma vereadora séria e de conhecimento, mas que isso não reflete na eleição, onde a prática de boca de urna ainda gera muitos absurdos na Câmara que ela atua. Em seu discurso, ela evocava sempre a importância do saber para exercer poder dentro da vereança (FOUCAULT, 2008a). A prática de boca de urna e compra de votos faz com que ela fique desestimulada com a política.

A gente fica com essa falta de estímulo, que quando a gente vem pra aqui, a gente vem lutar por um ideal, o principal ideal é o bem comum e a comunidade. Ai a gente dá tapa, briga, faz e acontece, depois na hora que parte pra o eleitor, o eleitor tem nem conhecimento disso, então isso que é a contrapartida que a gente espera e entristece a gente né. Igual a mim, mas melhor do que [Maria] dentro de uma... do serviço legislativo, eu acho que [Natal] nunca teve, então se você for na secretária da câmara, eu fiz documento pra todo e qualquer bairro, a indicação de calçamento, iluminação, de creche, de lavanderia... então, tudo que a gente tinha pra... pra... pra o povo e achava, a gente fez.

²¹ A fonte da pesquisa não foi divulgada para não comprometer o anonimato de Maria.

Mesmo com toda esta busca, o prefeito, que foi o mesmo durante os 8 primeiros anos de Maria, “*nunca respeitou o poder legislativo como um poder, pouquíssimos requerimentos foram respondidos, não só meu mas feitos por mim e assinados por outros colegas*”. Ela relata que muitas vezes enviou documentos com outras assinaturas para ver se receberia uma resposta, mas não ocorreu. Fez isso não pelo fato de ser mulher, mas sim acreditando que quando mais vereadores assinam o peso da cobrança é maior. Entretanto, em seus discursos observa-se que ela não considerava gênero como algo que a desvalorizava frente ao prefeito. Além da desvalorização do prefeito, ocorreu uma desvalorização da Câmara em relação ao povo de Natal, pois “*não acompanham os trabalhos da Câmara e acreditam que todos os vereadores são iguais e não fazem nada*”. Todavia, muitos moradores começaram a valorizar o trabalho de Maria, falando que escutava a Câmara e a via como uma representante da população. “*A política hoje de [Natal] falta informação, falta formação, falta esclarecimento*”, falta valorizar as diferenças e a pluralidade.

Quando adentrou na Câmara Legislativa, Maria teve que mudar seu comportamento, sendo que até seus colegas de trabalho no Hemoba comentaram que “*nem parecia eu[Maria] que atuava na Câmara*”.

Assim, **de ter um comportamento mais enfático** né, ai tanto que... que... eu acho assim que são situações que a gente, é igual aquela coisa da natureza, ou você mata ou você morre né?! Ou você muda o seu comportamento pra poder se impor também, ou então você vai ser, eu digo, igual a violência doméstica, quando a mulher aceita o primeiro tapa e não diz nada então ela se submete aquilo ali, é igual a política, se na política você se acovarda na primeira intimidação ai eles sabem, ‘oh aquela ali é fraquinha’, é frágil, isso daí é fragilizada, [...], como eu fui sempre uma vereadora muito incisiva, muito assim de cobrança, muito discurso forte, então tentaram vê um ponto fraco pra poder justamente tentar me fragilizar, mas é nesse momento que ou a gente dá a volta por cima e não aceita ou então se a gente subjugar isso ai agora já era, a gente vai ficar sempre fragilizada nisso daí né. [...] então, ou a gente se impõe, as vezes até no grito, ou até na coisa mais incisiva ou então a gente é jogada a... ao... diríamos... o escanteio e vai ser mais um dentro só do plenário. Então, como meu temperamento era tímida mas eu sempre fui assim, decisiva, de ter opinião, de lutar por aquilo ali, então eu tenho um temperamento forte né, então eu digo isso assim e tal e acabou. Mas assim, quando eu tenho meu direito sendo usurpado, sendo agredido eu também vou... é... pra fora pra poder lutar, porque se a gente recua, ai toma o espaço da gente.

Esta afirmação de Maria concorda com a pesquisa de Charles (2014), onde a mulher para “ter sobrevivência” no ambiente político legislativo, ela deve “fazer

masculinidade”, pois a feminilidade não é algo pertencente aquele ambiente. Essas expressões performáticas que Maria faz na Câmara surpreendia quem estava a sua volta, a ponto de afirmarem que não estavam reconhecendo-a (BUTLER, 2003). As identidades de gênero não são coisas que as pessoas possuem, mas são performances frágeis e mutáveis. Sendo assim, Maria apenas produzia as performances que achava adequada para aquele momento (BUTLER, 2003). *“As duas colegas vereadoras eram passivas, não tinham opinião e nunca foi para embates, era tipo mulher de cuidar da casa e o marido mandar”*. Dentro da Câmara Municipal Maria rompeu seguidamente as normas dominantes de masculinidade e feminilidade, fazendo e desfazendo gênero, demonstrando que gênero é algo que faz e desfaz. Apesar da performatividade pressionar Maria, ela a subvertia ao mesmo tempo que reforçava (BUTLER, 2003; WEST; ZIMMERMAN, 1987).

Apesar de achar o ambiente da Câmara *“tranquilo”*, Maria sempre tem que vir acompanhada por uma figura masculina, pois *“quando a pessoa que está debatendo não tem argumento político, ele passa para o argumento da fragilidade da mulher”*. Assim, todas as sessões da Câmara ela deve vir acompanhada por uma pessoa masculina. *“Eu não venho com uma assessora, ou eu venho com um assessor ou eu venho com meu irmão”*, para poder demonstrar que ela não está só, coibindo alguns comentários e *“até, talvez, um possível embate físico”*. Este ponto da história de vida é bem marcante, pois demonstra como o ambiente da política institucional não é feito para a identidade que é vista como “o outro”, ou seja, a mulher e performar feminilidade (MACHADO, 2013).

Pelos discursos de Maria observa-se que a mesma teve que ter performances masculinas para ser aceita e diminuir os preconceitos de gênero na sua atuação. Em posições legislativas, onde historicamente é predominantemente os homens, Charles (2014) notou que esta é uma atitude comum para a maioria das mulheres que se inserem neste ambiente no País de Gales. Maria afirma que aquele espaço não é um espaço feminino, inclusive a legislação do local não contempla a mulher em praticamente nada. Como exemplo tem as vestimentas, pois a lei orgânica trata da do homem e não traz nada da vestimenta da mulher.

Então, na lei orgânica ele diz que o homem tem que vir na sessão portando com o blazer e gravata né, e ainda tem que ter gravata, uma roupa formal realmente. A mulher não tem nada tratando, nenhuma abordagem sobre a vestimenta da mulher, ai que dá pra entender que as próprias leis não incluem a mulher dentro do poder legislativo, porque não traz uma abordagem sobre isso. Mas como a gente tem um respeito né, com a casa legislativa a gente sempre tem vindo se portando dentro da parte de vestimenta com uma roupa também formal nas sessões, sem usar roupas de alça e que exponha, mais uma roupa decente e que seja condizente com... com a roupa dos homens e de sessões formais, como a gente se procede na vida, no normal. [...]. Não tem nada. Nem lei orgânica, nem lei, nem o regimento interno, nada que privilegie a mulher. O único exemplo que tem é que quando o regimento interno fala da primeira sessão, na abertura dos trabalhos legislativos, onde ainda não tem presidente de Câmara, ele diz que quem tem que presidir a sessão é o vereador mais velho, pra poder depois se proceder a eleição da mesa diretora da câmara. Então, hora nenhuma tem nenhuma lei, nenhum artigo que trata nem de exclusividade e nem de benefício e nem de destaque até né, para o trabalho legislativo da mulher na Câmara Municipal de [Natal].

Vê-se nesse fragmento o controle do Estado nos indivíduos pertencentes a Câmara Municipal Legislativa, onde se utiliza de instrumentos administrativos e judiciários para este controle (FOUCAULT, 2008b). Até neste aspecto a mulher é excluída, não tendo nenhuma legislação que gere o seu comportamento. Todavia, as relações de poder citacionais que atuam naquele local fazem com que ela também sofra pressões para se vestir de maneira adequada (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2008b). Apesar de não existir uma legislação específica para as mulheres, existem regras discursivas que são repetidas e circulam o tempo todo, uma performatividade para quais roupas deveriam ser usadas por Maria (BUTLER, 2003).

Durante seus anos como vereadora, Maria sempre buscou a valorização da mulher com projetos e sessões especiais. Todavia, notei que há uma valorização dos estereótipos femininos em muitos dos atos da pesquisada (SARDENBERG; MACEDO, 2011). Todos os anos no dia 8 de março ela faz uma preposição para realizar a sessão especial do dia da mulher, onde em apenas 1 ano não foi de sua autoria. Nestas sessões ela abre o debate para “*discutir a mulher dentro da sociedade, bem como violência e os novos rumos, [...] isso já é marcado e tradicional na Câmara*”. A vereadora também promove ações voltadas para a saúde da mulher, “*visando a prevenção do câncer de mama, bem como outras doenças das mulheres*”. É importante falar que a própria área de formação e atuação da participante também remete para essas ações de saúde.

Maria relata que dentro da Câmara, principalmente com os funcionários, ela não vê tratamento diferente por ela ser mulher dos outros vereadores. Sobre a aproximação, acredita ser sempre da mesma linha, “*nem mais com mulheres e nem menos com os homens não. Tudo no mesmo nível e patamar*”. Mas já se tratando dos partidos e grupos políticos, ela traz grandes diferenciações. Este assunto será trabalhado no próximo ponto.

6.3.5 O partido e as mulheres

“*Os grupos e partidos políticos não valorizam a opinião das mulheres e pouco respeito têm para com elas*”. Maria relata que mesmo tendo 8 anos do mandato de sua mãe e mais 8 anos do seu mandato até o momento, não a valorizou como deveria, creditando isso o fato de ser mulher. Ela traz que qualquer homem que opine dentro dos partidos tem mais peso que qualquer mulher.

Hoje o grupo, a maioria dos grupos políticos eles se formam né, um partido, diríamos, propriamente, e nesse partido, não se têm um peso da mulher como verdadeiramente deveria. Então na maioria das vezes nossa opinião é uma opinião que não tem muitas vezes uma abordagem que poderia ser considerada, nossa experiência dentro da política muitas vezes não é contada, porque nos... no grupo mesmo que estou inserida, tem a predominância de homens.

É importante dizer que ao contrário do que se vê historicamente, Maria não pertence a um partido de esquerda, mas faz parte de um considerado de direita (ARAÚJO, 2005; COSTA, 1998; WRIGHT; AZEVEDO; SANTANA, 2012). Existem dificuldades que são mais evidentes nestes partidos, pois a ideologia partidária já exclui a mulher nas suas bases, o que se vê nos discursos da participante. Apesar disso, nem sempre historicamente os partidos de esquerda colocaram as demandas das mulheres em suas bases (WRIGHT; AZEVEDO; SANTANA, 2012). Maria relata que no diretório do seu partido só tem uma mulher, onde esta, não “*tem nenhum poder de decisão*”. Maria sendo vereadora de dois mandatos, não faz parte do diretório, creditando isto as questões de gênero e familiares. O diretório é a organização do partido que dá o direcionamento político do partido, escolhendo quem vai apoiar e qual caminho o partido irá seguir.

[...] a gente tá inserida dentro da política de [Natal], mas nem o próprio grupo político valoriza. E daí é claro essa mesma imagem, essa mesma valorização é a que a comunidade tem. Se você vai pra um debate, muitas vezes em uma comunidade, as vezes a opinião do homem é muito mais considerada de maior valia do que da mulher. Só quando a gente parte dentro do processo interno, da Câmara, hoje mesmo a realidade da Câmara Municipal de [Natal] os colegas muitas vezes prestam respeito pelo posicionamento que hoje [Maria] exerce dentro da política. O que até o grupo político da gente que fazemos parte não acompanha, não tem esse... esse cuidado de ver o direcionamento do mandato da vereadora, não tem nem uma postura de apoiar, muito menos de cobrar. E aí consequência infelizmente não é a valorização que se devia. Então se você vai as vezes numa discussão de um grupo interno do partido, muitas vezes tem pessoas afastadas da política, teoricamente que tem um nome dentro do diretório, mas não tem voto, não participa de campanha, não participa de movimentos políticos dentro da cidade, mas chega numa hora determinada decisão do partido a opinião dele é muito, tem maior peso do que a da gente que tá inserida dentro do processo.

Araújo (2005; 2010) afirma que os partidos não têm colocado as mulheres em posições deliberativas. Os partidos tratam a mulher como não pertencente ao ambiente da política, não lhes dando o devido espaço no processo decisório. Observa-se que os simples aspectos visuais fazem com que o partido não as valorize, considerando-a como inferior (LASTA; HILLSHEIM, 2014). A pesquisa de Araújo (2005) corrobora com a ideia de Maria, onde para ela os partidos não implementam ações substantivas para a incorporação de mulheres na política institucional, isto ocorre somente na retórica.

Os discursos de Maria demonstram uma insatisfação com o grupo político, pois “*não têm essa valorização minha como mulher e pessoa*”. Ela afirmou em muitos relatos que acredita que deveria ser vista de forma diferente, que “*se a opinião de um homem vale um peso, a opinião de uma mulher deveria valer um peso e meio*”, pois para chegar até ali as barreiras foram muito maiores, porque a política “*teoricamente é um segmento que sempre foi muito mais masculino que feminino*”. Esta afirmação é corroborada durante toda a pesquisa, onde vê que a entrada da mulher na política não é vista como um processo natural, mas sim uma árdua luta e conquista (COSTA, 1998; BRASIL, 2015).

Apesar dessa dificuldade nos partidos e grupos políticos, Maria acredita que “*ser mulher não é impecílio para entrar na política, o negócio é a mulher se disponibilizar a isso*”. Para ela o dificultador é que as pessoas querem entrar sem nenhum trabalho ou serviço social e nem representar alguma classe. A eleição de 2016 em Natal teve

um grande número de mulheres participando, fato que demonstram que tem mais se disponibilizando. Todavia, é bom lembrar que a única eleita foi Maria, diminuindo a quantidade de 3 para 1 na casa legislativa pesquisada.

Estamos precisando ainda de articulações em cima disso daí, inserir a mulher dentro do processo político, não só em eleição, mas com uma contextualização que ela venha aparecer na comunidade, venha aparecer em trabalhos e fala 'não, são as mulheres, sou a mulher tal, que tá trabalhando em tal coisa', isso daí.

Gênero é em si um elemento político, sendo assim, romper com este sistema hegemônico não é uma tarefa fácil. Existe toda uma complexidade na formação dos sujeitos e as relações de gênero são constituídas pelos discursos que circundam cada um, fazendo com que em todo tempo essas forças busquem coibir os indivíduos que rompem com ele (BUTLER, 2003). A própria performatividade ao fazer circular regras discursivas visando construir o que é uma mulher, intenta fazer que elas não participem da vida política, focando na vida doméstica (GONÇALVES, 2008).

Maria também faz uma crítica muito forte as cotas, pois para ela não faz diferença se não inserir a mulher no processo político. Para ela é um “*absurdo, nenhum partido faz isso e consegue isso, coloca a maioria só pra cumprir a cota*”. Ela acredita que deve exigir mais para que mais mulheres se interessem na política, “*pois daqueles 30%, quase 100% só entra por entrar*”. O principal dificultador para a mulher se inserir é o “*histórico de vida, pois a maioria não tem militância em partidos*”. Observa-se que Maria traz a construção social para a discussão, considerando que as cotas não auxiliam muito se não mudar a forma com que as mulheres são construídas. Para ela, a mulher passará a atuar mais politicamente quando sair da vida doméstica mais cedo e participar ativamente da vida social, assim como a abordagem trabalhada durante a pesquisa. O rompimento com esse modelo se dará na mudança da construção social de identidades de gênero das mulheres (CALAS; SMIRCICH, 2012; FOUCAULT, 1985; LOURO, 2003; SCOTT, 1995). Maria também coloca que algo que afasta as mulheres da vida pública política é a invasão de privacidade e a utilização dos estereótipos de mulher para atacá-la, assim, o próximo ponto discutirá sobre isso.

6.3.6 A política e a vida privada da mulher

Maria acredita que há uma exposição da sua imagem como político, e como mulher se dá em vários casos. “*Porque quando a mulher chora é frágil, quando o homem chora é emoção, se utilizam desses artifícios dentro da política*”. Apesar disso, afirma que por sua personalidade e seu jeito ela não se lembra de nenhum caso que chorou ou demonstrou fraqueza diretamente, pois pode “*ser que eu chegue em casa e me arrase, me acabo de chorar, mas no enfrentamento eu não dou argumento do sentimentalismo [...] de que a mulher vai logo ao choro*”. O estereótipo de mulher frágil e submissa afastou a participação de muitas mulheres da política institucional, pois se não poderiam gerir a sua própria vida, como iriam gerir uma cidade, ou estado (COSTA, 2010). A ideia de mulher sentimental, tendo que ficar com as tarefas domésticas, foi naturalizado historicamente, onde a sociedade reproduz isto, afastando-as do meio da política (WEST; ZIMMERMAN, 1987). Quando elas rompem com esta performatividade, como no caso de Maria, é utilizado a estratégia de não demonstrar nem “resquício” dessas performances no ambiente legislativo (BUTLER, 2003; CHARLES, 2014) Sendo vereadora de oposição, Maria sempre sofreu ataques em plenário, principalmente quando o prefeito mandava os contratados da prefeitura ir a Câmara para pressionar os vereadores opositores. Ela firma que:

Mas mesmo assim eu tentava, justamente, conduzir uma postura pra não mostrar fraqueza e nem fragilidade. Acho que o que tem esse diferencial até do meu mandato como mulher é porque eu não tenho tido muito essa demonstração de fragilidade, em determinados momentos de embates, porque não sei se também pela característica minha da minha profissão, [...] tenho que trabalhar na parte política trazendo isso da minha profissão pra cá. Porque eu digo pra você, em um momento se a gente **demonstrar fraqueza em algumas questões políticas o pessoal como eu falei, engole você e aí pronto, você mostrou fraqueza naquele campo, toda vez que tiver qualquer área de atrito, alguma discussão ou alguma coisa não esgotou vai pra aquela parte de fragilidade né**, então como eu disse muitas discussões aí políticas que a gente trazia, queixas, denúncias, aí quando vinha um defendendo e ia pra uma abordagem ‘ah, que o [Hospital Pediátrico de Maria] fechou, foi irregular’, tentava tocar em uma parte profissional minha mas não tentava na fragilidade minha de mulher, porque de uma certa forma tinha mais uma integridade pra justamente não demonstrar isso né, como eu falei, que, embaixo das pernas tava tremendo né, quantos anos de política, mas uma plateia... **você vai com as pernas tremendo, as mãos tremendo, segura um documento de uma forma diferente pra poder não demonstrar mas tem que mostrar segurança e firmeza nesses, nessas horas, pra justamente você não ter: ‘ah, tá vendo, mulher é fraquinha, mulher é isso’, eu sempre tenho feito dessa forma.**

A atuação da mulher na esfera privada desde a infância e do homem na esfera pública, já preparam os indivíduos para algumas exposições, como a vista na política (BIROLI, 2010). Apesar disso, Charles (2014) afirma que “existe uma consciência de que as mulheres podem aprender a praticar política de maneira diferente, mais ‘masculina’, porque isso é esperado pelos meios de comunicação e é necessário para ser vista como uma praticante da política genuína” (p. 373, grifo da autora, tradução própria).

Maria relata que nesses 8 anos de política ela não tem mais vida pessoal, tudo que faz se torna público. Se ela sai para a noite o povo fala, se não sai o povo fala, e isso não atinge apenas ela, mas toda sua família. A sua vida mudou em relação a privacidade. Ela relatou uma história sobre o seu segundo casamento que reflete o quanto isto pode ser prejudicial para a pessoa pública.

Nós passamos agora nesse segundo mandato 2 anos juntos. Quando chegou na véspera da política, nesse processo meu marido foi embora, [parou e pensou], simplesmente foi embora [voz mudou o tom], não conversou direito, porque eu tinha que sair, tinha que ir pra reunião, tinha que ir ali, chegava, dava o plantão, ele pegou e foi embora, eu pensei ‘como assim?’ Então eu acho que a questão da vida da gente é isso [voz voltou ao normal], ai minha mãe, ‘e ai [Maria]?’ Eu vou fazer o que? Vou botar pra dentro de casa e fazer o que? E eu sei que uma das... pode ter as coisas pessoais, mas uma das causas é essa vida pública que a gente tem, a gente tá dormindo em casa e bate 6h da manhã uma pessoa, ele levanta, atende, então acho que talvez ele não se sentiu confortável nesse... nesse processo. Então eu acho que a política tem isso, essa desvantagem entendeu? Mais da vida pessoal da pessoal, ela invade muito.

Para ela, a invasão da privacidade foi o único impacto direto que ocorreu em sua vida, pois seus “*anos como profissional, assim que sair da universidade, tiveram maior impacto como mulher do que propriamente agora*”. Biroli (2010) ao analisar como gênero é tratado nos noticiários, afirma que ele é contaminado por estereótipos culturais de gênero. Os meios de comunicação brasileiros ao tratar de mulheres, trazem sempre referências da atuação feminina nas esferas públicas, mas com foco nas privadas, delas como: mãe, filha, esposa. Quando trata de homens, o foco das notícias são atuações públicas como: empresários, amigos poderosos, etc. Ao tratar homens e mulheres na política, existe um foco maior em analisar a vida privada das mulheres (BIROLI, 2010). O próximo ponto discutirá alguns discursos de Maria acerca das colegas políticas.

6.3.7 Maria e as mulheres na política

Maria faz algumas críticas à atuação das mulheres na política, pois elas não têm representado as mulheres e muitas vezes desmotivam a participação das outras. Em sua segunda legislatura, a Câmara possuía 3 mulheres, “*mas elas não vinham como opinião própria, não tinha um discurso coerente pra mostrar pra comunidade, eram ‘fantoques do prefeito’ dificultando sua reeleição*”. Ela diz que antes de ter a experiência política, ela se propôs a estudar fundamentação política e de direcionar o seu trabalho para públicos específicos.

As que estavam, eu creio que a mulher, o povo, as mulheres não se sentiam representadas. Então por isso que eu digo que essa desmotivação do eleitorado feminino em trazer justamente, em votar numa representante mulher para tá aqui na Câmara de Vereadores, e eu digo assim também que a mulher ainda não se despertou ainda para esse papel de que ‘Não, nós precisamos de uma representação’.

Diversos estudos corroboram com essa afirmação, onde as mulheres não se sentem representadas pelas que conseguem adentrar o ambiente político (FEITOSA, 2012; MIGUEL; FEITOSA, 2009). Charles (2014) discute que a própria masculinidade que as mulheres fazem como estratégia de sobrevivências nestes locais podem fazer com que as outras não se sintam representadas. A autora diz que tanto homens quanto mulheres podem “fazer masculinidade e feminilidade” e também podem ser machistas (CHARLES, 2014).

Além desta crítica as colegas, ela ainda falou que o eleitorado feminino não acompanha os mandatos. Ao ser questionada em uma entrevista numa rádio que “*nunca fez um mandato voltado para o público feminino*”, ela se assustou, pois já tinha feito diversos projetos dentro da Câmara para as mulheres, mas o poder executivo pouco colocou em prática.

[...] nós fizemos um projeto de... acolhimento, a construção de uma casa de acolhimento para a mulher vítima de agressão sexual e de abuso, de agressão física e abuso sexual, tanto a mulher quanto a criança, [...]. Com certeza tenho a... a... consciência tranquila que fiz, mas há essa valorização aí, esse entendimento até da mulher pra isso não teve, porque também nós não tivemos essa contemplação dos projetos, vira lei, mas não eram executados no município, então não impactou a comunidade essas leis que foram da minha autoria porque também não foram colocadas em práticas no município.

Para Maria as mulheres hoje não acompanham a política e não votam em mulher por ignorância causada pelo afastamento delas da vida pública. Mas para ela o acompanhamento político da sociedade é péssimo, “*tanto do masculino quanto do feminino, mas o feminino é ainda pior*”. Os discursos de Maria dizem que as mulheres não se prepararam e nem estudaram para serem vereadoras e muito menos se organizam para votar em legítimas representantes. A construção das mulheres não ajudam-nas nesse processo. Aqui, observa-se que

nós nunca tivemos nenhum projeto de iniciativa popular, direcionada por uma mulher, nós nunca tivemos nenhum movimento social também dentro da Câmara, dentro da própria [Natal] dirigido por uma mulher. Nós temos hoje dois sindicatos na cidade, um é dirigido por uma mulher, mas a diretoria tem maior... maior visibilidade do que ela mesma como mulher e gestora do sindicato. Nós não temos um movimento social dentro de [Natal] que tenha mulher envolvida e muito menos a mulher a frente, então eu acho que a mulher ainda dentro de [Natal] ela não tomou pé de fazer a coisa acontecer, principalmente com a mulher estando dentro, inserida no processo, ou até sendo chefe do processo.

Em um dos últimos encontros, indaguei a representante “**o que é ser mulher**”? A sua resposta demonstra um pouco dos debates trazidos durante o trabalho:

Pra mim hoje, ser mulher a gente não, nós não diríamos que não somos uma mulher do século 18, 19, onde tinha ainda aquele pragmatismo da mulher, a educação dentro de casa, é pra bordar, é pra cozinhar, é pra lavar. Nós já estamos avançando um pouco em relação a isso, mas eu creio que nesses últimos anos nós estagnamos muito. Então, a mulher estagnou nas suas conquistas políticas e sociais né?! Eu creio que talvez na abordagem religiosa a mulher tenha adquirido um campo bom de trabalho, mas na questão social e política e econômica até, a mulher parou, porque é... eu digo assim, não sei se foi frente a todo quadro político do Brasil né?! Nós tivemos ai, infelizmente uma experiência ruim de uma mulher presidente né, que infelizmente não chegou a concluir o seu segundo mandato, chegando a ter o processo de impeachment, então isso de uma certa forma desacelerou todo esse processo. Você sabe disso, você tem dados em relação a isso, na primeira eleição da presidente Dilma Rousseff, ela teve o mandato dela, ou seja, estava em ascensão. Então você via em todas as Câmaras, em todos segmentos a questão da mulher estava ocupando esses espaços. Então a partir do momento que teve esse processo todo do impeachment de Dilma, aí voltou aquele estigma ‘tá vendo que mulher é pra tá dentro de casa’, ‘mulher né pra cuidar do marido, cuidar de casa’, ‘mulher não tem condição’, ‘mulher não tem competência’... então infelizmente alguns passos que a gente viu na política de [Natal] estagnou ou as vezes até retrocedeu em relação a questão da mulher. Eu digo que a gente precisa evoluir muito ainda, nós temos barreiras enormes de enfrentamentos, e que inclusive a gente criou um grupo né, nessa política, de mulheres, e as vezes as mulheres falam, dão opinião, mas nenhuma tem iniciativa de... de tomar a liderança disso, fazer isso assim assim, então nós ainda estamos muito recolhidas nessa questão de atitude, de tomar, ir lá, fazer né, então a mulher tá, acho que parou, não melhorou nesse processo que a gente via em ascensão, estou

falando a nível de Brasil né?! Porque a gente vai pro exterior você vê lá a primeira ministra sendo cotada pra ser reconduzida no cargo, mas é diferente, já no Brasil eu creio que e também em [Natal] a gente parou em relação a essa conquista, esse... esse... esse envolvimento da mulher como a gente via, então a gente volta pra... pra mulher a não ocupar, se você for em [Natal] você não tem mulher ocupando grandes cargos em empresas, você não tem. Você vai nas empresas dentro da cidade e não vê isso, você vai pro secretariado dos prefeitos, você não vê mulher, então tá pra poder vim um governo novo, até agora a gente não tem ideia quais os nomes de mulheres que vão ocupar os cargos. Então a mulher ainda, pra mim é ainda aquela interrogação, e de infelizmente, retrocedendo muita coisa nesses últimos tempos.

As identidades construídas durante a vida de cada uma, faz com que se constitua identidades de gêneros diferentes, gerando diferentes representações e representatividades. As trajetórias pessoais delas, bem como suas profissões e diferentes formas de ingresso na vida política constroem as identidades de cada política, fazendo com que nem todas semelhantes se sintam representadas. Além disso, a sociedade que a cerca exerce grande influência nos espaços que elas podem ocupar. Gênero não pertence a cada um, são apenas expressões performáticas identitárias que os indivíduos fazem e desfazem. (BUTLER, 1988; 2000; 2003).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender como se dá a constituição das identidades de gênero em uma vereadora de uma cidade no interior da Bahia. Para tal, utilizou-se histórias vividas que foram contadas pela participante, possibilitando a compreensão da construção de identidades e das performances desempenhadas por Maria, com foco em sua atuação política. Através dos discursos dela ficou evidente que performava tanto o masculino, quanto o feminino, demonstrando que o gênero não tem relação com o corpo biológico. Assim, Maria ao performar subvertendo a performatividade, reproduzia as normas performativas de gênero que circulavam naquele ambiente ao mesmo tempo que as desconstruía, demonstrando que gênero é algo que faz e desfaz.

Constatou-se que a família e a religião são aspectos fundamentais na constituição das identidades no período da infância e juventude de Maria, onde elas são elementos primários de socialização. Outro elemento que, apesar de não aprofundado nas falas da participante, ficou evidente, é a escola como produtora do “ser homem” e “ser mulher”. Nestes ambientes as normas binárias de gênero são reiteradas, buscando que os indivíduos naturalizem normas através de repetições contínuas. Verificou-se que as performances dos indivíduos nem sempre estão de acordo com a performatividade e que em muitos ambientes os indivíduos performam de maneira estratégica para “manter a sobrevivência” naquele espaço. No caso de Maria, na política institucional ela teve que “fazer masculinidade” para que fosse aceita na Câmara Municipal pesquisada, onde ao mesmo tempo que subvertia ela reiterava as normas citacionais.

Gênero se revelou como um dispositivo de poder que atuou na constituição das identidades dos indivíduos, influenciando as performances individuais, que são coletivas. Ele é um significativo elemento para a gestão da vida em sociedade, produzindo categorias e obrigações sociais (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1985; WEST; ZIMMERMAN, 1987). As relações de gênero e as relações de poder produzem as categorias do homem e da mulher, sendo reiterados pelos discursos estatais e científicos. Gênero é um dispositivo que circula discursos e estabelece normas,

definindo formas de sujeitos se comportarem (FOUCAULT, 1985; SCHILT; CONNELL, 2007; SOUZA; BIANCO, 2011). Gênero assume atuações performáticas através dos discursos de Maria. Assim, este trabalho se enquadra na crítica as perspectivas naturalistas e essencialistas de sexo, gênero e sexualidade, trazendo discussões de como os indivíduos estão sempre fazendo e desfazendo identidades no decorrer dos tempos e locais, que nesse caso, na política.

Nas últimas décadas, o Brasil e o mundo passaram por diversas transformações nas relações sociais, entre elas, as relações de gênero. As mulheres começaram a ocupar espaços públicos e saíram do ambiente doméstico, acarretando mudanças sociais, nos locais e para as próprias mulheres. É importante lembrar que, apesar do processo de impeachment/golpe, o Brasil elegeu e reelegeu pela primeira vez uma mulher para o cargo político institucional mais importante, a Presidência da República. Se esse fato fosse analisado de forma solitária, todos acreditariam que as mulheres já haviam conquistando o seu espaço no ambiente da política institucional, o que no decorrer deste trabalho observou-se não ser dessa maneira. O presidente golpista (MUNIZ, 2016), Michel Temer, não escolheu nenhuma mulher para ocupar algum Ministério e em seu discurso no 08 de Março de 2017, afirmou em outras palavras que o lugar da mulher é no lar e fazendo pesquisas de preço para as compras do supermercado. Segundo suas próprias palavras, “ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor”²². É significativo refletir que atitudes assim vão de encontro ao que foi discutido durante todo este trabalho e este tipo de pensamento revela que a sociedade brasileira ainda acredita que o ambiente doméstico como pertencente a mulher e o público do homem. Como reflexo, ainda existe uma grande sub-representação delas nas casas legislativas brasileiras, bem como ainda tem um grande preconceito nos processos decisórios sociais e públicos.

²² Informações disponibilizadas no *website* do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df> . Acessado em 10 de Março de 2017.

Portanto, pesquisar sobre as relações de gênero e relações de poder na política gerou diversas reflexões, demonstrando que a metodologia empregada foi rica, obtendo informações preciosas sobre vários períodos da vida da pesquisada. O referencial teórico, principalmente as obras de Judith Butler e de Michel Foucault, “prepararam o terreno”²³ para encontrar discursos riquíssimos e convergentes com as discussões desses pensadores. Por fim, é importante dizer que a pesquisa teve como delimitação o estudo da história de vida de uma vereadora em uma pequena cidade do interior da Bahia. Assim, sugiro pesquisas futuras na área de Administração: 1ª- As histórias de vida em outras casas legislativas e de outras regiões/estados (Cidades grandes, Assembleias de estados, Câmara dos Deputados, Senado Federal), podendo gerar inclusive estudos comparativos com os resultados da pesquisa; 2ª- Investigar outras identidades dentro de casas legislativas, como por exemplo: classe social, religião, sexualidade e raça; 3ª- Estudar a construção de mulheres dentro das religiões para averiguar o pensamento de Maria, que elas conquistaram muito mais espaços do que outras áreas sociais.

²³ Usado significando a preparação da discussão para o que viria a seguir.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Cristina Sanches; PEREZ, Regina Helena Martins. Poder e liderança: as contribuições de Maquiavel, Gramsci, Hayek e Foucault. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 26, p. 221, 2010.

ALCADIPANI, Rafael. **Michel Foucault, Poder e Análise Das Organizações**. FGV Editora, 2005.

ALENCAR, Edgard. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: Ufla, p. 125, 1999.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. educ. saúde**, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley A. Critical theory and postmodernism approaches to organizational studies. **The Sage handbook of organization studies**, p. 255-283, 2006.

ALVESSON, Mats; BILLING, Yvonne Due. **Understanding gender and organizations**. Sage, 2009.

ALTHUSIUS, Johannes. **Política**. Rio de Janeiro: Topbooks, 404p. 2003.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193, 2005.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo—um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Estudos feministas**, p. 567-584, 2010.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Dorian. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.257-281, 2012.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BARBOSA, Cláudia de Faria. **Famílias - Pressupostos para a política local: sombra ou alicerce**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica de Salvador - Ucsal, Salvador, 2008.

_____. Atuação das mulheres na política local: ranços e avanços. **Revista Ágora**, n. 11, 2010.

BAHIA, Governo do Estado da. **Plano estadual de políticas para as mulheres.** 2013-2015, Salvador (BA): Secretaria de Políticas para as mulheres, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BARROS, Vanessa Andrade de; LOPES, Fernanda Tabaral. Considerações sobre a pesquisa em histórias de vida. In E. M. SOUZA (Org). **Metodologias e análises qualitativas: uma abordagem teórico-conceitual.** Vitória : EDUFES, p. 41-64, 2014.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Rio de Janeiro: Vozes, p. 39-63, 2002.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento; evitando confusões. In: BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Rio de Janeiro: Vozes, p. 17-36, 2002.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; BIRKNER, Walter Marcos Knaesel; MAXIMO, Erica Daiana. O Conceito de Política em Hannah Arendt e sua acepção Biopolítica em Foucault: Manifestações no poder legislativo do município de Canoinhas/ SC. **Revista Húmus**, v. 1, n. 1, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Nova Fronteira, 2014.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1999.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1985.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, v. 34, p. 269-299, 2010.

BLAY, Eva Alterman. **As Prefeitas: a participação política da mulher no Brasil.** 2. Ed. São Paulo: Humanitas: CERU/FFLCH/USP, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** 11. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

BOHN, Simone. Women and Candidate Quality in the Elections for the Senate: Brazil and the United States in Comparative Perspective. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, n. 2, p. 74-107, 2007.

_____. Mulher para presidente? gênero e política da perspectiva dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.2, p.352-379, 2008.

_____. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 35, 2009.

BOHN, Liana; CATELA, Eva Yamila da Silva. Inserção política das mulheres nos municípios brasileiros: a eficiência da cota de gênero na eleição de 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Anpec, 2016.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê editorial, 2003.

BRASIL, Patrícia Cristina. **O gênero da política brasileira: questões de igualdade no Senado Federal**. 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito Político e Econômico, Programa de Pós-graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

BRASIL. Procuradoria Especial da Mulher. Senado Federal. **Mais mulheres na Política**. 2. ed. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações - Segraf, 2015. 72 p. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/510155>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 105-138, 2004.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Comissão parlamentar de inquérito: técnica e prática**. Saraiva, 2001.

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre journal**, p. 519-531, 1988.

_____. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In G. LOURO (Ed). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 110-125, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Deshacer el genero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. et al (Ed.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999, 6, reimpressão 2012.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves *et al.* Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. **RAP-Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 2, p. 253-275, 2002.

_____. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 3, n. 2, p. 22, 2004.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: Subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2006. 379 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Administração, Departamento em Ciências Administrativas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, v.295, 2008.

CERCAS, Javier. Politics & policy: Uno de los problemas de la política en España consiste en la absoluta confusión entre las ganas de llegar al poder y el saber utilizarlo. **El País**. Madrid, 12 abr. 2015.

CERCHIARO, Isabel Balloussier; AYROSA, Eduardo André Teixeira; ZOUAIN, Deborah Moraes. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em administração. **Cad. EBAPE. BR**, v. 7, n. 4, p. 650-664, 2009.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In LANE, S. T.; CODO, W., (org.) **Psicologia social: o homem em movimento**, v. 13, p. 58-75, 1984.

CHAMBOULEYRON, Ingrid Cyfer. **A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo**. 2009. 140 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

CHARLES, Nickie. Doing gender, practising politics: Workplace cultures in local and devolved government. **Gender, Work & Organization**, v. 21, n. 4, p. 368-380, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Vozes, 2010.

CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 466**, de 12 de Dezembro de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 13. Jun. 2013. Seção 1, p.59-62.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: BASSANEZI, C. P.; PEDRO, J. M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.260-285, 2012.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O feminismo e a consciência de gênero entre as vereadoras baianas. In: **Ritos, mitos e fatos. Mulher e gênero na Bahia**. COSTA, A. A.; ALVES, I. (Orgs.). Salvador: NEIM/UFBA, p. 63-78, 1997.

_____. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 1998.

COSTA, Josebely Martins de Souza. **Mulher e Política: Discursivizações sobre candidatas na mídia on-line**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CRAMER, Luciana; PAULA NETO, Alcielis; SILVA, Áurea Lucia. A inserção do feminino no universo masculino: representações da educação superior. **Organização & Sociedade**, v. 9, n. 24, p. 25-37, 2002.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2009.

CZARNIAWSKA, Barbara. Doing gender unto the other: fiction as a mode of studying gender discrimination in organizations. **Gender, Work & Organization**, v. 13, n. 3, p. 234-253, 2006.

DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira dos anos 1990. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Tempo Brasileiro, 1994.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, p. 561-584, 2005.

DOOYEWEERD, Herman. **The Christian idea of the state**. Craig Press, 1968.

DORNELLES, Leni Vieira. Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias. **V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação**, UERJ, v. 9, 2010.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault - Uma Trajetória Filosófica: Para Além da Hermenêutica e do Estruturalismo**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

ECCEL, Cláudia Sirangelo; FLACH, Leonardo; OLTRAMARI, Andréa Poletto. Relações de gênero e flexibilidade no trabalho de profissionais de tecnologia da informação de Porto Alegre: um estudo multi-caso. **Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, 2007.

ECCEL, Cláudia Sirangelo. Estudos de gênero nas organizações: implicações teórico-metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2010.

ECCEL, Cláudia Sirangelo; GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. **Cadernos EBAPE. BR**. Rio de Janeiro. Vol. 9, n. 1 (mar. 2011), p. 57-78, 2011.

FARIA, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos Ebape. Br**, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.139-166, 2012.

FERNANDES, Maria Esther. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VII, n. 1, p. 15-31, jan.- jun. 2010.

FERREIRINHA, Isabela Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **RAP-Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, p. 80-105, 2002.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Graal, 1988.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. In: **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Vozes, 1989.

_____. O sujeito e o poder. In: H. DREYFUS; P. RABINOW (Eds.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. Omnes et singulatim: uma crítica da razão política. In: MOTTA, M. B. (Ed.). **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 355-385, 2003.

_____. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. Martins Fontes, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2008b.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. v. 6, 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 64-89, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, p. 57-63, 1995a.

_____. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995b.

GOMES, Almiralva Ferraz; *et al.* Mulheres empreendedoras: Desafios da gestão no interior da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2014.

GONÇALVES, Betânia Diniz. **Identidade Feminina e a Inserção no Mundo do Poder: Uma Análise Psicopolítica**. Jurua Editora, 2008.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2000.

HARDY, Cynthia; CLEGG, Stewart R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In : CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. V.2. São Paulo: Atlas, 2001.

JONATHAN, Eva G.; SILVA, Taissa M. R da. Empreendedorismo Feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 77-84, 2007.

JOUVENEL, Bertrand de. **Sobre el poder: historia natural de su crecimiento**. Unión Editorial, 2008.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.

LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 14, 2014.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro:Relume Dumará, 2001.

LLOYD, Moya. Performativity, parody, politics. **Theory, Culture & Society**, v. 16, n. 2, p. 195-213, 1999.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 39-63, 2002.

LOPES, Marta Júlia Marques; LEAL, Sandra Maria Cezar. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos pagu**, v. 24, n. 1, p. 105-125, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000a.

_____. Pedagogias da Sexualidade. In G. LOURO (Ed). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 5-24, 2000b.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 56, 2008.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 107-125, 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos; STEFFENON, Rosanete. Assimetria de gênero nas campanhas eleitorais para a Câmara Federal. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.257-281, 2012.

MAFRA, Clara C. J. Construção de Gênero e estilo eclesial entre os evangélicos. **Revista Universidade Rural. Série ciências humanas**, v. 18, n. 1-2, p. 91-108, 1996.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo social**, v. 7, n. 1/2, p. 83-103, 1995.

MCDONALD, James. Coming out in the field: A queer reflexive account of shifting researcher identity. **Management Learning**, v. 44, n. 2, p. 127-143, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos feministas**, p. 363-385, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 1, p. 201-221, 2009.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A Política de cotas por sexo – um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro**. Brasília: CFEMEA, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de saúde pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis**. Martins Fontes, 2000.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo, Moderna, 2003.

MUNIZ, Túlio. "IMPEACHMENT", EUFEMISMO PARA O GOLPE. **Capoeira-Humanidades e Letras**, v. 2, n. 2, p. 20-28, 2016.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 61, p. 115-132, 2006.

NOGUEIRA, Conceição. A análise do discurso. In L. ALMEIDA e E. FERNDANDES (Eds.), **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação**. Braga: CEEP, 2001.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Autêntica, 2000.

PETERSON, L. W.; ALBRECHT, T. L. Where gender/power/politics collide: deconstructing organizational maternity leave policy. **Journal of Management Inquiry**, v. 8, n. 2, p. 168-181, 1999.

PHILLIPS, Mary; KNOWLES, Deborah. Performance and performativity: undoing fictions of women business owners. **Gender, Work & Organization**, v. 19, n. 4, p. 416-437, 2012.

PRASAD, Ajnesh. Beyond analytical dichotomies. **Human Relations**, v. 65, n. 5, p. 567-595, 2012.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Mulheres no ensino superior no Brasil. 23^a Reunião Anual da Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação em educação - ANPED, 2000, Caxambu. **Caderno de resumos**. Rio de Janeiro: ANPED, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do "indizível ao dizível". In. VON SIMSON, Olga (org.) **Experimentos com histórias de vida: Itália/Brasil**. Enciclopédia aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. TA Queiroz, 1991.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 89-98, 1998.

RANGEL, Patrícia Duarte. Sex and the city: reflexões sobre a representação parlamentar feminina e as eleições municipais de 2008. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 69-78, 2009.

REIS, Cristina d'Ávila; PARAÍSO, Marlucy Alves. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. **Estudos Feministas**, p. 237-256, 2014.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, porque manda, como manda**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

ROMERO, Karolyne; FIGUEIREDO, Marcus; ARAÚJO, Clara. Participação feminina e dinâmica no HGPE nas eleições de 2010 para Câmara dos Deputados. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.453-473, 2012.

SACCHET, Tereza; SPECK, Bruno. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanhas e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.417-452, 2012.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SARDENBERG, Cecília; MACEDO, Marcia. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice; RODRIGUES, Alexnaldo T. e VANIN, Iole M. (Orgs.). **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011.

SAWAIA, Bader Burihan. Identidade: uma ideologia separatista? In: B. B. SAWAIA. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, p. 119-127, 2001.

SCHILT, Kristen; CONNELL, Catherine. Do workplace gender transitions make gender trouble?. **Gender, Work & Organization**, v. 14, n. 6, p. 596-618, 2007.

SCOTT, Joan. Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism. **Socialist Review**, v. 15, 1985.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, V. 20, nº 2, jul/dez. p. 71-99, 1995.

SILVA, Aline Pacheco *et al.* Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX. **Revista Vozes dos Vales**, v. 2, 2012.

SOARES, Vera. Percepções e atitudes: ser mulher e participação política. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (orgs.) **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados: uma década de mudança na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC, 2013.

SOUZA, Eloísio Moulin de *et al*. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 13-25, 2006.

SOUZA, Eloísio Moulin; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, 2010.

SOUZA, Eloísio Moulin; BIANCO, Mônica de Fátima. Subvertendo o desejo no teatro das organizações: problematizações contemporâneas sobre o desejo e a expansão da vida nas relações de trabalho. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 2, 2011.

SOUZA, Eloísio Moulin. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 2, 2012.

SOUZA, Eloisio Moulin de; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Uma análise sobre as políticas de diversidade promovidas por bancos. **Psicologia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 315-326, 2012.

SOUZA, Eloísio Moulin; CORVINO, Márcia de Mello Fonseca; LOPES, Beatriz Correia. Uma análise dos estudos sobre o feminino e as mulheres na área de administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 67, p. 603-621, 2013.

SOUZA, Eloísio Moulin; PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. (Re)Produção do Heterossexismo e Heteronormatividade nas Relações De Trabalho: a Discriminação de Homossexuais por Homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, 2013.

SOUZA, Eloísio Moulin. Poder, diferença e subjetividade: a problematização do normal. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 1, p. 103-143, jun. 2014.

SOUZA, Eloísio Moulin de; BIANCO, Mônica de Fátima; JUNQUILHO, Gelson Silva. Contestações sobre o Masculino no Contexto do Trabalho: Estudo Pós-modernista em Mineradoras e Siderurgias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, p. 269, 2015.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de religião**, v. 27, n. 1, p. 177-201, 2013.

STOLLER, Robert J. **Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero**. Artes Médicas, 1993.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Editora da UNICAMP, 2006.

THANEM, Torkild; WALLENBERG, Louise. Just doing gender? Transvestism and the power of underdoing gender in everyday life and work. **Organization**, 2014.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, v. 24, p. 127-152, 2005.

TOZONI REIS, José Roberto. Família, emoção e ideologia. **Psicologia social: o homem em movimento**, v. 13, p. 99-123, 1984.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, 1987.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições**, Brasília – DF: Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes>>. Acesso em 30 de Agosto de 2016.

VALEIRÃO, Kelin; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. A Escola Enquanto Instituição Disciplinar. **Educação Pública**, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR C. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, p.105-118, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CALDAS, Miguel Pinto. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, 2006.

WEBER, Max. A política como vocação. In: H. H. GERTH & C. W. MILLS (Eds.). **Max Weber: ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, p.55-89, 1982.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. **Gender & Society**, v. 1, n. 2, p. 125-151, 1987.

WESTBROOK, Laurel; SCHILT, Kristen. Doing Gender, Determining Gender Transgender People, Gender Panics, and the Maintenance of the Sex/Gender/Sexuality System. **Gender & Society**, v. 28, n. 1, p. 32-57, 2014.

WRIGHT, Sonia; AZEVEDO, Eulália Lima; SANTANA, Joselita. As mulheres na disputa para o Senado no processo eleitoral de 2010. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C.

R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p.257-281, 2012.

APÊNDICE I – A PROCURA DE UMA HISTÓRIA

Encontrar uma mulher em cargos eletivos não é algo fácil, pois a quantidade é limitadíssima, como o leitor dessa pesquisa verá mais à frente, além disso, menos ainda se dispuseram a participar da pesquisa. A busca por uma pesquisada se deu antes até da aprovação do projeto pela banca de qualificação, momento em que algumas afirmaram que participariam, mas depois declinaram o convite antes mesmo de algum encontro gravado.

A primeira a ser contatada em um primeiro momento não declinou, ainda em fevereiro de 2016, mas como ela era ligada ao Partido dos Trabalhadores, o qual estava naquela grande disputa pelo impeachment/golpe e ter participado já de inúmeras pesquisas na Universidade Federal do Espírito Santo, falou que tudo que tinha para ajudar em pesquisas já tinha sido feito. Após isso, o pesquisador teve alguns contatos com mulheres políticas no Espírito Santo, mas ou não conseguia agendar ou a política contatada não possuía algum dos critérios estabelecidos. Dessa forma, resolveu focar em seu estado de origem, a Bahia, por ter maior acesso as prováveis participantes. Em maio de 2016, outra possível participante, uma deputada estadual, foi contatada; de início aceitou e se colocou à disposição, reafirmando sua participação no mês de junho. Apesar disso, em julho de 2016, quando começariam os encontros, ela rejeitou a marcação e colocou como justificativa as eleições que estavam próximas, e que um filho concorreria a prefeito. Foi sobre essa deputada estadual que foi dada entrada no Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO A). Na terceira tentativa, já com vereadora, observou que a escolhida teria tempo e disposição para participar, mas na primeira conversa o pesquisador notou que ela não cumpria o critério de tempo, ficando apenas quatro anos como vereadora.

Em agosto de 2016, surgiu uma quarta provável participante. Em uma breve visita a oficina de seu marido, ouvimos um pouco da história e agendamos os encontros para colher os depoimentos. Ela nos apresentou algum material da vida dela, inclusive citou um livro biográfico que não conseguimos ter acesso na íntegra, apenas um resumo da obra em um jornal da região. Apesar de toda disponibilidade de participar da pesquisa, a participante e o pesquisador só conseguiram agendar os encontros em

outubro de 2016, devido a alguns motivos particulares e após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFES. Após três encontros, ao final do mês de outubro de 2016, a mãe da pesquisada foi hospitalizada em outra cidade, inviabilizando a continuação da pesquisa com essa participante.

No final de outubro de 2016 conseguimos entrar em contato com Maria²⁴ através de um terceiro contato que possuía uma boa relação com a mesma. Como ela estava com viagem em Salvador, conseguimos agendar os encontros em novembro de 2016. Todos foram realizados no gabinete da participante. Maria está indo para o seu terceiro mandato consecutivo, feito que nenhuma mulher conseguiu na casa legislativa da pesquisada até hoje. Além disso, Maria é uma das poucas políticas em sua cidade que fazem atividades voltadas pra mulheres, talvez por possuir nível superior na área da saúde. Em seu primeiro mandato, Maria foi a mais bem votada e estabeleceu um recorde até hoje não superado. Na Câmara de Vereadores que Maria faz parte, em seu primeiro mandato a mesma teve como colega outra mulher, no segundo mandato teve duas companheiras e nesse terceiro que inicia em 2017, estará sozinha na Câmara.

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



Programa de
Pós- Graduação
em Administração
UFES
Mestrado e Doutorado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Programa de Pós - Graduação em Administração
Av. Fernando Ferrari, 514- Campus Universitário - Goiabeiras

CEP. 29075-910-ES-Brasil-Telefax .(27) 3335.7712

E-Mail ppgadm@gmail.com

www.ppgadm.ufes.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Resolução Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012.

Título da Pesquisa: Fazendo gênero na política institucional: uma história de vida no legislativo.

Nome do Professor: Prof. Dr. Eloísio Moulin de Souza

Nome do Orientando (Pesquisador): Adller Moreira Chaves

Comitê de Ética em Pesquisa: (27) 3145-9820

Você foi convidada a participar da pesquisa intitulada “Fazendo gênero na política institucional legislativa: uma história de vida no legislativo”, sob a responsabilidade de Adller Moreira Chaves. A presente pesquisa tem como finalidade analisar as relações de gênero no ambiente da política institucional legislativa a partir da história de vida de uma vereadora em uma cidade no interior do estado da Bahia. As informações serão utilizadas para a dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) bem como para documentos científicos derivados desse trabalho. Todos os dados são estritamente confidenciais, sendo o nome trocado por outro fictício para manter a participante da pesquisa no anonimato.

Os procedimentos adotados nesse trabalho são derivados do método biográfico de história de vida. Serão realizados entre 8 (oito) e 15 (quinze) encontros para colher depoimentos da vida da participante. As perguntas são livres e você pode recusar de responder qualquer momento. Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente aos critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta pesquisa com seres humanos. Os relatos seguirão os padrões científicos reconhecidos e serão recolhidos em local escolhido pela participante.

Os benefícios esperados com a sua participação visam contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre as relações de gênero na política institucional ao considerar a sua história de vida. A participação é voluntária e você pode a qualquer momento se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar ou retirar seu consentimento. Garantimos o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem quaisquer prejuízos. Ressaltamos que a senhora não terá nenhuma despesa, como também não receberá nenhuma remuneração, ressaltando que eventuais gastos na pesquisa são de responsabilidade do pesquisador.

A pesquisa não apresenta riscos físicos relacionados à sua saúde física, dada à característica da pesquisa. O risco relacionado à sua privacidade, imagem e confidencialidade das informações fornecidas, está ressaltado na garantia de não

acarretamento de prejuízo em sua relação com o pesquisador, através do anonimato das informações fornecidas. Você receberá uma via deste termo com os dados do pesquisador podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, entre em contato com o pesquisador Adler Moreira Chaves, nos telefones (27) 4009-7708/ (77) 9 91380326 ou no endereço: Avenida Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras - Vitória - ES, 29090-075.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa CEP - UFES, localizado no Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), sala 07, situado à Avenida Fernando Ferrari, nº 514, Campus Universitário/Goiabeiras - Vitória - ES, 29090-075, telefone (27) 3145-9820.

Após estes esclarecimentos, solicitamos seu consentimento de forma livre e esclarecida para a sua participação nesta pesquisa.

Vitória/ES, ____ de _____ de 2016.

Participante da Pesquisa

Adler Moreira Chaves

APÊNDICE III – ROTEIRO PARA RECOLHIMENTO NOS ENCONTROS

ROTEIRO PARA RECOLHIMENTO DA HISTÓRIA DE VIDA

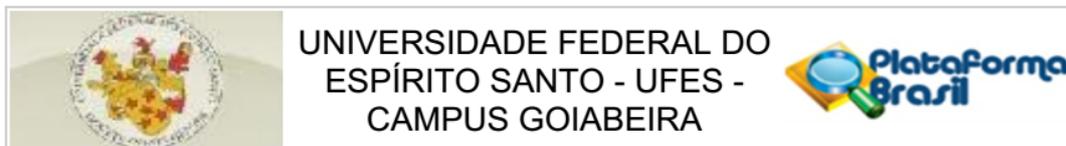
Roteiro de entrevista baseada no método da história oral, que será realizada com uma ex-vereadora de uma cidade do interior da Bahia. Para iniciar, solicita-se que a entrevistada diga seu nome completo, local de nascimento e ano.

Conte-me sua história: entrevistado narra livremente sobre sua trajetória de vida.

- Infância: fatos que marcaram, dificuldades e lembranças.
 - Relação com os familiares, com os colegas e os amigos.
- Adolescência: fatos que marcaram, dificuldades e lembranças.
 - Relação com os familiares, com colegas e amigos.
- Estado civil, filhos, irmãos, religião.
 - Moradia, relação com os familiares.
- Trajetória profissional: locais que já trabalhou e como foi a entrada neles; dificuldades na execução dos trabalhos, bem como o pensamento acerca deles; fatores que fizeram sair daqueles locais.
- Envolvimento com a política: desde quando? Incentivo de quem? Decisão própria? Familiares a favor?
- Entrada em cargos eletivos: como se deu a entrada? Sofreu preconceito no primeiro cargo eletivo? Dificuldades? Mudança de vida?
- Relacionamentos após adentrar na política: relação com os familiares? Relação com os colegas? Relação com os eleitores? Relação com os assessores? Facilidades e dificuldades de relacionamentos provenientes do cargo?
- Modo de vida após eleição: alterou o quê? Necessidade de alterar o estilo? Influência da religião?

É importante ressaltar que esse roteiro é apenas para que o pesquisador se situe acerca de alguns pontos principais. O relato será livre e contado pela entrevistada com raríssimas exceções.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FAZENDO GÊNERO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA HISTÓRIA DE VIDA NO LEGISLATIVO

Pesquisador: Adller Moreira Chaves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57393316.6.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.775.770

Apresentação do Projeto:

A pesquisa busca entender como as identidades de gênero de mulheres são constituídas com base nas relações de poder na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA), por meio da utilização do método biográfico de história de vida com uma deputada estadual.

Objetivo da Pesquisa:

Trata-se de um estudo empírico com abordagem de pesquisa qualitativa que visa analisar como se dá a constituição da identidade de gênero de uma deputada estadual na Assembleia Legislativa da Bahia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador afirma que como a coleta de dados se dará com uma única pesquisada, e sua história da vida, pode ser que relembrar alguns momentos de sua vida seja problemático. Afirma ainda que, tendo em vista este aspecto, escolheu uma pesquisada que, em nenhum momento de sua vida, apresentou problemas psicológicos decorrentes de momentos de sua vida e que não tem histórico familiar e nem próprio de depressão. O pesquisador afirma que trabalhará com o anonimato da pesquisada, visando não revelar nenhum dado que terceiros possam identificá-la; bem como, destruir todo o material após o tempo padrão de cinco anos. Como benefícios o pesquisador aponta que a pesquisada contribuirá com um trabalho de grande valia para os

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 1.775.770

estudos organizacionais, pois adentra uma área pouco explorada e discutida que são as relações de gênero e poder, com uma abordagem pós-estruturalista.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa apresenta fundamentação teórico metodológica e relevância científica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e demais documentos, encontram-se de acordo com o preconizado com a Resolução nº 466/2012.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_738990.pdf	13/09/2016 13:23:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	13/09/2016 13:19:47	Adller Moreira Chaves	Aceito
Folha de Rosto	Assinatura_Diretor.pdf	16/06/2016 14:26:01	Adller Moreira Chaves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Adller.pdf	13/06/2016 19:28:38	Adller Moreira Chaves	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3145-9820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO - UFES -
CAMPUS GOIABEIRA



Continuação do Parecer: 1.775.770

VITORIA, 14 de Outubro de 2016

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com